



Vocabulário de análise das atividades

Jean-Marie Barbier

FE Fundação
Carlos Chagas

Cátedra UNESCO sobre
Profissionalização Docente



unesco

Cátedra

Vocabulário de análise das atividades

Vocabulário de análise das atividades

Pensar as conceitualizações ordinárias

Jean-Marie Barbier

tradução

Pauline Cuenin

revisão técnica

Daisy Cunha

FE Fundação
Carlos Chagas

Cátedra UNESCO sobre
Profissionalização Docente



unesco

Cátedra

B191v Barbier, Jean-Marie

Vocabulário de análise das atividades: Pensar as conceitualizações ordinárias / Jean-Marie Barbier; Tradução de Pauline Cuenin; Revisão técnica: Daisy Cunha; – São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2023.

192p.; e-book

Inclui índice e bibliografia.

ISBN 978-85-60876-19-8

DOI 10.18222/fcc-60876-19-8

Título original: *Vocabulaire d'analyse des activités: Penser les conceptualisations ordinaires*

1. Vocabulário. 2. Epistemologia. 3. Educação. I. Cuenin, Pauline. II. Cunha, Daisy. III. Título.

CDU: 801.3

Índice para catálogo sistemático

1. Vocabulário – 801.3

Elaborada por Ana Maria de Souza CRB-8/5580

Biblioteca Ana Maria Poppovic – Bamp

2023

Fundação Carlos Chagas

Av. Prof. Francisco Morato, n. 1565

05513-900 – Jd. Guedala – São Paulo

www.fcc.org.br

[...]

*Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Con él las palabras que pienso y declaro.*

[...]

*Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto
Así yo distingo dicha de quebranto
Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es mi mismo canto
Y el canto de todos, que es mi propio canto.
Gracias a la vida!*

Violeta Parra, *Gracias a la vida*, 1966

Sumário



NOTA À EDIÇÃO BRASILEIRA – <i>Lúcia Villas Bôas</i>	6
NOTAS DO AUTOR	7
Advertência	7
Preâmbulo	9
Prefácio à primeira edição	11
Prefácio à segunda edição	23
VOCABULÁRIO DE ANÁLISE DAS ATIVIDADES.....	30
REFERÊNCIAS	188

Nota à edição brasileira



[...] *eu jogo palavra no vento
e fico vendo ela voar.*

Ricardo Aleixo, *Palavrear*

Esta publicação, disponibilizada agora em língua portuguesa, após mais de uma década de seu lançamento, ocorrido na França em 2011, é uma iniciativa da Fundação Carlos Chagas, por meio de sua Cátedra Unesco sobre Profissionalização Docente.

Traduzida da segunda edição francesa, revista e ampliada, ela nos oferece uma perspectiva aprofundada e precisa do significado e da utilização das palavras relacionadas às verbalizações da ação, tanto no contexto acadêmico como em seus usos na vida cotidiana.

Conduzindo-nos habilmente por um vocabulário cuidadosamente selecionado, Jean-Marie Barbier nos convida a refletir sobre a sutileza das expressões e a pluralidade de verbetes enraizados nos campos da educação, da formação de adultos e da pesquisa.

Assim, ao explorar a pluralidade dos diferentes termos, ao adotar uma abordagem ensaística e ao provocar deslocamentos no pensamento, o autor nos oferece uma perspectiva valiosa para a análise e compreensão das atividades em diversos contextos, desafiando-nos a ampliar nossos horizontes e a adotar uma postura mais crítica e reflexiva em relação às palavras que utilizamos diariamente e que têm implicações em nosso modo de ser e de estar no mundo.

Lúcia Villas Bôas

Diretora-Vice-Presidente Operacional da Fundação Carlos Chagas
Coordenadora da Cátedra Unesco sobre Profissionalização Docente

Notas do autor



Advertência

Este *Vocabulário* tem o *status* de um ensaio. Segundo a expressão de uma doutoranda de Formação para Adultos do Conservatório Nacional das Artes e Ofícios (CNAM), trata-se somente de “proposições para pensar”.

Trabalho pessoal, ele envolve somente o seu autor. No entanto, ele foi submetido à discussão coletiva de um laboratório e à crítica benevolente e exigente de uma rede de colegas, amigos, leitores próximos, pesquisadores, profissionais. Que uns e outros sejam agradecidos pelo contributo precioso dado na finalização deste livro. Esta publicação é apenas um passo suplementar em direção ao convite à discussão no âmbito de uma comunidade científica e profissional mais ampla.

É um *Vocabulário dinâmico e evolutivo*. É evidente que ele foi concebido durante pesquisas que tratam principalmente da educação, formação, pesquisa, condução das ações, construção dos sujeitos em situação de ação. Isso se observará pelo privilégio dado a certas entradas, que lhe retira todo o caráter enciclopédico, o que não é, de modo algum, sua intenção.

Ele poderia também ser enriquecido com um material de referências e com um material crítico, de acordo com as tradições acadêmicas. Nós quisemos, em uma primeira fase, ir ao essencial: mostrar a fecundidade eventual de uma estabilização provisória de ferramen-

tas teóricas coerentes entre si, privilegiando a “entrada atividade”, e utilizáveis tanto por profissionais como por pesquisadores interessados na análise das atividades, preocupação que, hoje em dia, torna-se tão importante na vida profissional, social e científica. Ele foi concebido para evoluir sem perder a sua coerência. Na mente do seu autor, ele pode ser, com retomadas posteriores, aprofundado e enriquecido com precisões, com a implementação de outros quadros de pensamento e com referência a outros campos de atividade, de modo transversal.

A sua intenção é precisamente refletir sobre quadros habituais de pensamento e de verbalização da ação. Esses quadros são amplamente comuns à linguagem “sábida” e à linguagem “profana”. Eles se inscrevem em culturas, vividas como evidências e que, às vezes, podem se revelar como obstáculos para pensar de outra maneira, como se vê, por exemplo, nas oposições teoria/prática, objeto/sujeito.

Este *Vocabulário* busca provocar mudanças de pensamento sobre conceitos ordinários. Ele ganha sentido em uma perspectiva de inteligibilidade dos quadros comuns de verbalização da ação, propondo, em particular, definições com intenção científica de definições sociais. É um *Vocabulário* com intenção epistemológica, inscrevendo-se ele mesmo em uma problemática teórica explicitada na introdução. Cabe ao leitor apreciar a sua fecundidade, mas parece desejável que este *Vocabulário* seja abordado e usado em função do que faz a sua especificidade e coerência de intenção.

Não é um dicionário da linguagem erudita sobre a ação. É uma ferramenta suscetível de permitir a todos os que utilizam, profissionalmente ou não, a terminologia da ação de se questionar sobre as ferramentas que eles utilizam. O interesse do trabalho sobre os conceitos do dia a dia pode também ser, em nossa opinião, favorecer a adoção, por profissionais, de uma postura de análise das suas próprias atividades, representações e comunicações. As definições propostas se apresentam mais como ferramentas geradoras de saberes do que como saberes em si. Nesse sentido, elas são suscetíveis de serem utilizadas por diversos atores.

Este *Vocabulário* foi concebido com economia, justamente para ser facilmente utilizável. Os textos são curtos. As citações têm um lugar modesto; algumas são orais; elas visam a facilitar o trabalho de evocação do leitor. Os conteúdos contêm poucas repetições e estão estruturados em torno de entradas classificadas por ordem alfabética, mesmo se pudessem ter sido agrupados. Pareceu-nos que a coerência global não seria aprimorada e que era preferível proceder a múltiplas anotações remissivas que manifestassem e operacionalizassem essa coerência.

Entre as suas múltiplas dívidas, o autor deste *Vocabulário* não poderia terminar esta advertência sem evocar os ricos saberes inscritos nas construções etimológicas, traços de conceitualizações esquecidas, efetuadas em atos, centrais no seu discurso, nem o trabalho fundador e ainda insubstituível do *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*, dirigido por André Lalande, publicado pela primeira vez em 1926 e regularmente reeditado desde então, obra que ilustra a contribuição essencial do posicionamento filosófico quando se trata de refletir sobre os quadros comuns do pensamento da ação.

Preâmbulo

Entrando por palavras e constituído de palavras, um vocabulário é ele próprio um produto de atividade que, para ser apreciado, deve ser situado de novo no seu contexto, na sua história, nas opções epistemológicas, teóricas, metodológicas e sociais que estão subjacentes, e nas suas implicações metodológicas e sociais. Em se tratando deste *Vocabulário de análise das atividades*, essas condições e opções podem ser resumidas da seguinte forma:

A análise das atividades é uma “questão viva” socialmente

Ela interessa diretamente aos profissionais dos “ofícios sobre os ofícios” (formação, acompanhamento, conselho, engenharia, auditoria, *coaching*, desenvolvimento das competências, análise do trabalho, gestão dos saberes, memória dos ofícios, organização, *expertise*, etc.), que enfrentam hoje em dia uma forte demanda social de melhor conhecimento não apenas das atividades prescritas, mas também das ati-

vidades reais. Essa demanda emana tanto das organizações, que podem ver a análise das atividades como uma via de melhoria dos desempenhos, como dos próprios sujeitos envolvidos, que podem vê-la como uma ocasião de colocar em representação e em discurso, para eles e para os outros, aquilo que faz a sua identidade e profissionalidade.

Ela também interessa diretamente aos meios do ensino profissional superior, nos quais se vê o desenvolvimento de novos campos de pesquisa, de formação e de intervenção correspondentes a campos de atividades: pesquisas em gestão, ergonomia, educação, comunicação, trabalho social, terapia, saúde, atividades físicas e desportivas, “ciências de engenharia”, por exemplo. A análise das atividades aparece, ao mesmo tempo, como uma ferramenta de pesquisa, como uma ferramenta de formação (formar a partir da análise da vivência) e como uma ferramenta de transformação/otimização da ação.

Finalmente, ela interessa a muitos atores dos próprios meios da pesquisa, sensíveis à mudança de um paradigma em que a pesquisa aparece como uma produção de saberes sobre o funcionamento do mundo, e a ação como uma aplicação desses saberes, a um paradigma que conceba a pesquisa como acompanhando os processos de transformação do mundo e tratando desses processos.

Para além das ciências humanas, isso é visível, por exemplo, no interesse pela dinâmica dos sistemas. Tudo ocorre como se um novo interesse social se desenvolvesse em torno de um melhor conhecimento das mudanças, evoluções, dinâmicas. Em nossa opinião, nós entendemos, desde muito tempo, que a construção de arquiteturas conceituais comuns a diferentes campos de pesquisa correspondentes a campos de práticas poderia dar origem à constituição de comunidades científicas ampliadas; em primeiro lugar, nós poderíamos falar de antropologia das práticas e, mais particularmente, de antropologia das práticas profissionais.

Prefácio à primeira edição

O interesse pela análise da atividade está, para o autor deste *Vocabulário*, no cruzamento de várias experiências

Experiência direta de pesquisas individuais e coletivas “com inteligibilidade” sobre as atividades de formação, as atividades de pesquisa, as atividades de condução das ações e, mais recentemente, sobre as atividades de direção e as atividades de cuidados, isto é, sobre os objetos profissionais que são mais habitualmente o objeto de um discurso prescritivo do que de um discurso com intenção científica.

Experiência de formação de profissionais da formação e do desenvolvimento das competências, baseada na hipótese de que a análise pelos profissionais das suas próprias atividades pode constituir uma poderosa ferramenta de profissionalização.

Experiência conjunta de direção de um laboratório que define seu objeto em referência a um campo de atividade – neste caso, a formação para adultos – e de uma formação em pesquisa (mestrado europeu e doutorado) com o mesmo objetivo.

Experiência de iniciativas institucionais (edição, manifestações científicas e profissionais, dispositivos, redes, em particular a Bienal da Educação, da Formação e das Práticas Profissionais, e proposta de criação de uma cátedra Unesco “Formação e Atividades Profissionais”), com intenções gerais de articular pesquisa e profissionalização, desafios científicos, desafios profissionais e desafios sociais.

Por fim, experiência de uma reflexão epistemológica, teórica e metodológica sobre as relações das construções mentais e discursivas dos sujeitos sobre as suas atividades com a realização dessas atividades.

No campo da análise das atividades, os contornos dos objetos são, essencialmente, dados pelos atores

Um campo de ação humana se define, primeiro, como um campo de intenções sustentadas por atores e se delimita por essas intenções. O campo da formação, por exemplo, pode ser caracterizado como um campo ordenado em torno da produção de novas capacidades suscetíveis de serem transferidas a outros espaços. Como cada um sabe, nada

garante essa produção e essa transferência, que podem não ocorrer. O mesmo se aplica às atividades terapêuticas, que podem ser analisadas como intervenções em processos vitais, mas que não se confundem com eles; ou, melhor ainda, atividades de comunicação, que podem ser analisadas como ofertas de significações em uma intenção de influência sobre os outros, mas essas significações diferem das construções de sentido reais construídas a partir daí pelos destinatários.

O objeto emblemático da análise das atividades é, com certeza, a noção de ação, definida neste *Vocabulário* como o que, aos olhos de um sujeito, é uma unidade significativa das suas atividades. Esses objetos dificilmente podem evitar a questão do que faz o seu caráter inédito, singular. A emergência das atividades em situação, os sentidos que os sujeitos constroem sobre elas ou as significações que eles lhes dão obrigam, como com os epistemólogos da história, a considerar o que faz a singularidade das atividades e a mobilizar, para esse fim, uma ferramenta de análise suscetível de acumular a identificação de regularidades e singularidades como, por exemplo, as noções de configuração (“organização singular de formas regulares”, no nosso *Vocabulário*), de trajetória, de percurso.

Esses objetos dificilmente podem ser isolados do seu contexto, do seu ambiente. Independentemente da questão das condições da emergência das atividades (processos já em andamento, emoções, investimentos), a construção pelos sujeitos da sua situação, os acoplamentos sujeitos-ambientes são parte integrante das suas atividades, o que nos leva a falar de relações sujeitos/atividades/ambientes.

A análise da atividade é uma atividade

Tende-se muitas vezes a confundir a atividade que se refere a uma atividade com a atividade em si. Representar a atividade, verbalizá-la são atividades distintas das atividades de que elas tratam. Condições de emergência, sujeitos envolvidos, episódios de atividades, resultados e efeitos são muito diferentes.

A análise da atividade representa sempre um envolvimento suplementar em relação à atividade; ela é habitualmente ordenada acerca

de uma intenção dominante: segundo os casos, intenção de pesquisa, intenção de formação ou de profissionalização, intenção de otimização da ação. O que não exclui a acumulação de intenções e efeitos fora do campo de intenção.

É importante, portanto, considerar as próprias abordagens de análise como atividades. A análise é uma abordagem com a intenção de produção de saberes; ela tem um caráter histórico, social, processual, construído. Ela constitui apenas uma das modalidades da atividade humana e não tem estatuto particular, a não ser o de colocar em perspectiva e envolver outras atividades humanas. Ela merece uma reflexão epistemológica, uma tomada de distância em relação a si mesma.

A análise é uma produção de saberes, ou seja, ela estabelece ligações entre entes

A noção de análise é uma noção geralmente vaga. Como tivemos a oportunidade de trabalhar com a atividade de avaliação, o autor deste *Vocabulário* foi conduzido a distinguir estritamente esta última da atividade de análise. O produto da avaliação é uma atribuição de valor, e resulta de uma relação entre um desejável e uma forma existente.

O produto da análise é um saber que se pode caracterizar como um enunciado que é objeto de um reconhecimento social, relativo a uma correlação entre vários existentes ou, melhor ainda, entre as representações relativas a vários existentes. É, então, conveniente distinguir entre as abordagens intelectuais que têm por intenção dominante a inteligibilidade das atividades, isto é, a produção de representações relativas ao estabelecimento de ligações entre fenômenos identificáveis dentro dessas atividades e as abordagens que têm por intenção dominante a sua otimização ou finalização, isto é, a produção de representações sobre uma transformação possível dessas atividades.

Nós falaremos de atividade de inteligibilidade para insistir nas correlações entre existentes que caracterizam o trabalho de análise.

A análise das atividades mobiliza um vocabulário específico

Confundem-se frequentemente categorias de inteligibilidade da atividade com categorias espontaneamente utilizadas pelos sujeitos para pensar em ou falar das suas atividades. O que os sujeitos chamam de prática, por exemplo, é muitas vezes apenas o discurso que eles têm sobre a sua própria atividade.

As ciências sociais têm por função construir outras significações além daquelas que os sujeitos espontaneamente dão para os seus atos.

A análise das atividades deve salientar tanto os “fazer” dos sujeitos como os seus “pensamentos” e os seus “dizeres” sobre as suas “realizações”. Isso leva a distinguir entre conceitos mobilizadores, suscetíveis de favorecer o envolvimento dos sujeitos nas suas atividades, e conceitos de análise ou de inteligibilidade, suscetíveis de produzir saberes sobre as atividades, e, de um modo mais geral, distinguir entre léxico da ação e léxico da inteligibilidade da ação.

O léxico da ação é utilizado pelos sujeitos envolvidos em uma ação nas suas comunicações entre si e com os seus parceiros no que respeita à condução e à finalização da sua ação. Os conceitos que o constituem se situam, simultaneamente, em vários registros de significações, em particular em três: um registro mental, um registro afetivo e um registro conativo. Eles são marcados axiologicamente e desempenham um papel funcional no estabelecimento de uma ligação entre a representação de um existente e a representação de um desejável.

Eles são portadores, no seu enunciado, de um juízo de valor; são utilizados para fins de mobilização da ação. Eles são investidos de interesses de atores: localizando-se no campo da desejabilidade, se inscrevem no âmbito de dinâmicas de atores diferentes, o que lhes confere sentidos e significações diferenciados. Eles incluem, para os sujeitos que os utilizam, o estabelecimento de ligações entre espaço ou campo de ação envolvido e outros espaços ou campos de ação. Eles mantêm entre si ligações de intersignificação e funcionamento em rede. No total, essa rede conceitual, baseada em um pressuposto da consciência do ator, funciona como produtor de uma totalidade significativa, suscetível de se transformar de maneira contínua. Nas ações

de pesquisa “em inteligibilidade”, o léxico da ação pode ser considerado como um material para a pesquisa, em nenhum caso como o seu quadro conceitual.

As características do léxico da inteligibilidade das ações podem ser identificadas, em especial, a partir de abordagens de conhecimento que sejam de tipo histórico, de tipo clínico, ou de todas as abordagens de análise que envolvam precisamente ações “situadas” no seu ambiente e na sua dimensão dinâmica. Esses conceitos apresentam, pelo contrário, tanto quanto possível, para os que os utilizam um caráter unívoco na esfera da sua utilização. São ainda, para os que os utilizam, relativos a um existente, com exclusão de um desejável. Eles possibilitam e pressupõem o estabelecimento de ligações de influência recíproca ou de interdependência entre vários existentes. Todo o valor de um trabalho de inteligibilidade consiste no estabelecimento de ligações que não tinham sido feitas antes e que levam os sujeitos que as operam a “mudanças de pensamento”.

A análise da atividade envolve de fato opções teóricas

As que estão presentes neste *Vocabulário* podem ser resumidas da maneira seguinte:

1. *Uma abordagem transversal* a todas as formas de atividades e a todas as formas de associações ou combinações de atividades. Quer as atividades dos sujeitos humanos produzam a transformação do seu ambiente externo (o “fazer”), a transformação das suas próprias representações (o “pensar” em particular), a influência sobre os outros (o “dizer” ou o “comunicar”) ou as três ao mesmo tempo, como é frequentemente o caso, ferramentas gerais de análise semelhantes podem ser utilizadas. A atividade não é reduzida à atividade visível, física, material; ela designa *o conjunto dos processos em que um sujeito humano está envolvido em suas relações com os seus diferentes ambientes.*

Os pesquisadores e profissionais interessados na análise da atividade, independentemente do campo privilegiado dos seus investimentos (educação, gestão, ergonomia, trabalho social, comuni-

cação, saúde, ciências de engenharia), portanto, podem encontrar um grande interesse na construção *de arquiteturas conceituais transversais* e formas de trabalho comuns no âmbito de intercâmbios ampliados entre campos de pesquisa que correspondem a campos de atividades.

2. *Uma abordagem holística.* A atual organização dominante do campo intelectual em disciplinas e subdisciplinas autônomas tende a favorecer os desacoplamentos do exterior dos objetos (por exemplo, o social, o individual, a linguagem) e a desconectar, por exemplo, os componentes afetivos, mentais ou conativos presentes na atividade humana (tratados frequentemente de maneira separada, por exemplo, pela psicologia cognitiva e pela psicologia clínica); ela deixa ao profissional a carga da sua rearticulação. Um projeto de inteligibilidade das atividades pressupõe provavelmente pensar no seu entrelaçamento, na sua consubstancialidade.

A nossa problematização da atividade tenta articular: uma face “*encarnada*”, “*corporal*”, que se esforça em assumir as dimensões de *ser físico* na situação; uma face “*subjetiva*”, que se esforça em assumir o sentido que os sujeitos constroem para si em torno das suas atividades; e uma face “*social*”, que se esforça em assumir as significações dadas às atividades nas suas interações. Ela tende a ligar emoções, conações, representações e comunicações. Ela não é reduzida, então, à atividade visível, material.

A noção de objetivo, por exemplo, pode ser definida ao mesmo tempo como uma representação, como um afeto e em referência a um lançamento de atividade: é um “desejo mentalizado”, a “imagem antecipadora e finalizante de um estado”,¹ ou ainda, como o escreve J.-M. Salanskis,² um “impulso resultativo”. É também tanto uma construção mental quanto uma construção discursiva. O mesmo se aplica à noção de investimento, que, independente-

1. J.-M. Barbier, *Vocabulaire d'analyse des activités*, 2017.
2. J.-M. Salanskis, *Modèles et pensées de l'action*, 2000.

mente do campo de atividade envolvido, é ao mesmo tempo uma antecipação, uma esperança e um lançamento de atividade.

De maneira geral, a hipótese sobre a qual é construído este *Vocabulário* é que ação, percepção, cognição, emoção e transformação de si são indissociáveis.

3. *Uma abordagem cruzando construção das atividades e construção dos sujeitos humanos.* O “fazer”, o “cotidiano”, o “ordinário” das atividades humanas, em situação, é tanto uma transformação do mundo quanto uma transformação dos sujeitos que transformam o mundo: as atividades não são apenas transformações das entidades do mundo físico, social ou mental; elas são, ao mesmo tempo, transformações dos sujeitos individuais ou coletivos envolvidos. Não se podem entender umas sem se referir às outras. Ao ensinar, formar ou acompanhar o desenvolvimento de competências, o professor, o formador ou o treinador se transformam como se transforma a pessoa que aprende, o aluno ou o profissional. Uma ação é mais bem entendida à luz das dinâmicas de mudança que afetam os atores envolvidos. Um exemplo pode ser dado pela definição da aprendizagem em termos de transformação valorizada dos hábitos de atividades. O conceito de hábito de atividade é um conceito central tanto em uma teoria da construção dos sujeitos como em uma teoria da construção das atividades.
4. *Uma abordagem que associa as atividades dos sujeitos em interação.* A maioria das atividades dos sujeitos são interatividades; elas emergem em resposta às atividades de outros sujeitos e, às vezes, inscrevem-se no âmbito de atividades coletivas. Esse acoplamento é mais evidente quando essas atividades têm por intenção agir sobre as atividades de outros, como é o caso, por exemplo, da comunicação, do gerenciamento, da educação, da ação social, da ação terapêutica, da ação política. A análise das relações entre sujeitos dentro das atividades ocupa um lugar central e ferramentas como a noção de *transação* ou de negociação são particularmente úteis para entender tanto a construção dessas interatividades quanto as construções dos sujeitos individuais e coletivos nessas inter/atividades.

5. *Uma abordagem situada que se interessa pela função situante (P. Astier³) da atividade.* A noção de ação humana ou prática, declinada no singular, tem sentido apenas para os vocabulários filosófico, prescritivo ou finalizante. As ciências sociais e a história só conhecem atividades ou ações concretas e conceitualizadas. A inteligibilidade de um campo de atividade pressupõe dispor de ferramentas para pensar as relações entre as atividades e o seu ambiente praxeológico, como a distinção proposta por J. Lave entre “arena” (contexto para o observador) e “setting” (contexto para o ator). Nesse espírito, encontra-se neste *Vocabulário* uma distinção entre funções de fundação (doação de obra), funções de colocação em representação e de discurso (concepção/direção de obra) e funções de aperfeiçoamento das ações.
6. *Uma abordagem histórica e dinâmica.* O ordenamento linear das atividades existe apenas nas conceitualizações metodológicas ou profissionais, ou quando o respeito desse ordenamento constitui um desafio de segurança. Quando elas são vistas na escala dos seus contextos e dos sujeitos envolvidos, as atividades humanas são muitas vezes analisáveis em termos de construções progressivas. Elas são marcadas por uma evolução constante dos contextos de emergência, dos conteúdos e dos episódios de atividade, das representações que os sujeitos fazem deles como sujeitos que agem, dos resultados e dos efeitos dessas atividades. As mais elaboradas se apresentam muitas vezes explicitamente como iterativas e cíclicas. A ação racional é mais um discurso sobre a atividade do que uma realidade. A uma lógica de análise das etapas convém provavelmente substituir uma lógica de análise das funções. As funções são caracterizadas tanto pelo tipo de produtos e efeitos resultantes quanto pela singularidade desses produtos e pela sua evolução ao longo do exercício da atividade. Assim, a abordagem do dinâmico e do singular requer paradoxalmente mais investimentos teóricos

3. P. Astier, “La fonction situante de l’activité. Le cas d’une blanchisserie industrielle”, 2003.

do que uma análise que privilegia a identificação dos invariantes; ela pressupõe, de fato, a análise de configurações. Os recortes de campos de atividade são eles próprios construções históricas, por natureza obsoletas.

A análise das atividades tem implicações metodológicas

A análise das atividades encontra uma dificuldade importante que é o problema do tratamento dos sentidos e significações que os atores constroem e atribuem aos seus atos. O acesso a esses objetos gera pelo menos quatro tipos de problemas.

Em primeiro lugar, e isso continua a ser um problema teórico, é necessário distinguir entre os *sentidos* que os sujeitos constroem sobre os seus atos (representações e afetos associados) e as *significações* que eles desejam propor aos outros, que são mais do nível das comunicações. Embora existam fortes interações entre umas e outras, essas entidades não se confundem quando são objetos de pesquisa. Elas estão correlacionadas com componentes identitários diferentes (representação de si próprio destinada a si, imagem de si proposta a outrem ou representação da imagem que os outros fazem de si).

Esses sentidos e significações, mesmo relativos a uma mesma atividade, continuam se modificando no sujeito envolvido. Tal sentido construído ou tal significação dada no momento do exercício do ato podem, depois, transformar-se em um outro momento da vida desse sujeito, como se sabe no que diz respeito à lembrança; para D. Stern, da Universidade de Genebra, os momentos de vivência da experiência, de formação da representação dessa experiência, de implementação na memória e no discurso são, desse ponto de vista, outros tantos momentos diferentes. Um mesmo episódio de atividade pode ser objeto de ressemiotizações contínuas, que podem ser outros tantos objetos para a análise.

A própria coleta de informações para a análise, sobretudo se for feita diretamente com os sujeitos envolvidos (por entrevista, questionário, observação, experiência), é por si só uma situação de comunicação, que tem os seus desafios específicos e que influencia as significações dadas.

Enfim, se é possível acessar quase diretamente, apesar da sua mobilidade, as significações dadas (discursos, gestos), apenas indiretamente é possível acessar os sentidos construídos (por inferência, pela mediação de enunciados).

As opções teóricas anteriormente desenvolvidas estão, portanto, diretamente correlacionadas com uma grande variedade possível de ferramentas e com uma possível referência a uma combinação de tradições metodológicas: tradições de tipo sócio-histórico na abordagem dos contextos e trajetórias, tradições de tipo clínico, hermenêutico ou fenomenológico na abordagem dos sentidos e significações, tradições de tipo objetivante na abordagem do exercício das atividades.

Nessa perspectiva, três tipos de ferramentas conhecidas podem desempenhar um papel privilegiado: a análise de trajetória individual ou coletiva, a análise de discurso, a análise do trabalho. Uma posição epistemológica construtivista leva, no entanto, a relacionar constantemente objeto, hipóteses, indicadores e ferramentas de produção de informações e a redefinir uns em função dos outros.

Ela também tem implicações sociais: análise da atividade e pesquisa sobre a atividade não são estritamente a mesma coisa

Uma ideologia bastante difundida nos meios da formação permanente e mais amplamente em numerosos meios profissionais tende a promover o “acesso” de todos os profissionais a formas de pesquisa sobre as suas próprias atividades e, ao mesmo tempo, valorizar de fato a atividade discursiva teórica.

Nas formações para a análise das atividades oferecidas a profissionais, o pesquisador é, às vezes, considerado referente identitário. É claro que essa orientação esbarra em algumas realidades: a pesquisa pressupõe um investimento de tempo e de atividade específica e só um pequeno número de profissionais pode fazer o percurso completo, tendo em vista as condições em que eles se encontram; o pior é constatar que, várias vezes, quando conseguiram fazê-lo, eles perderam a sua identificação de profissionais em benefício de identificações mais valorizadas socialmente por eles, como a de professor-pesquisador.

As coisas podem provavelmente ser vistas de outra maneira. Não é tanto a pesquisa que é acessível a todos os profissionais, mas precisamente a atividade de análise ou de inteligibilidade. Os profissionais não produzem apenas saberes de experiência, saberes operativos e outros saberes relativos à condução da ação; eles produzem frequentemente representações ou saberes teóricos, representações ou saberes de inteligibilidade, correlações entre representações fatuais relativas ao funcionamento do mundo ou ao funcionamento das atividades de transformação do mundo. Esses saberes podem, aliás, constituir o ponto de partida de uma pesquisa conduzida por eles próprios ou por outros. A atividade de pesquisa pressupõe, por seu turno, uma formalização da atividade de produção de saberes e uma comunicação sobre essa atividade, segundo algumas regras. O papel próprio aos pesquisadores, se eles visam no final à inteligibilidade da singularidade das ações, talvez seja menos o de produzir saberes que o de produzir ferramentas geradoras de saberes, o que é, além do mais, suscetível de favorecer trocas e transposições entre campos de pesquisa correspondentes a campos de atividade no âmbito de comunidades científicas ampliadas. Em outros termos, coloca-se a questão da divisão social do trabalho de análise e de inteligibilidade.

Um desafio essencial

A análise das atividades não é uma questão totalmente nova; aqui como em outros lugares, é a sua valorização e o lugar social que lhe é dado que são fenômenos novos. É importante, então, situá-la em uma conjuntura econômica e social mais ampla e em relação a desafios que estão sempre se redefinindo.

As mutações econômicas e sociais contemporâneas, que tendem a privilegiar uma economia de serviços e a flexibilidade das atividades produtivas, não são indiferentes à tendência atual das empresas e das organizações para conhecer melhor o seu funcionamento real, o que explica a moda da crítica do modelo taylorista.

Novos recursos de produtividade e, portanto, de rentabilidade, são esperados do conhecimento desses funcionamentos reais, em particu-

lar do conhecimento que emerge dos atores que estão diretamente implicados. A otimização dos processos produtivos é hoje menos uma otimização por especialização do que uma otimização por recomposição.

Não se pode deixar de notar a dupla correspondência histórica: por um lado, entre a progressão da divisão social do trabalho nas organizações produtivas e a constituição de disciplinas e campos acadêmicos no século XIX e na primeira metade do século XX; por outro lado, entre a generalização da abordagem do projeto, o interesse contemporâneo pelas noções de processo, de “ofício de empresa”, de dispositivo unificador, e o que nós dissemos da constituição de campos de atividade em campos de pesquisa.

Como não ver também reciprocamente que, do ponto de vista dos profissionais e, de forma mais geral, do ponto de vista dos sujeitos, a análise das atividades pode igualmente ser uma poderosa ferramenta de afirmação de si e de crescimento do seu poder sobre o próprio terreno da sua presença?

Como não ver ainda que a definição ampla que nós damos da atividade tem como consequência que a relação que os sujeitos mantêm com a sua atividade não está tão longe da relação que eles têm com a sua própria vida? Ligação que nós quisemos salientar pelo poema na epígrafe deste *Vocabulário (Gracias a la vida)*.

Por fim, isso mostra quanto a análise e a inteligibilidade das atividades podem constituir um desafio direto ou indireto para a definição e a redefinição das relações entre os sujeitos humanos. Mais uma razão para dar importância e interesse à produção de ferramentas ao mesmo tempo precisas, rigorosas, de alcance amplo e de grande fecundidade heurística e praxeológica, considerando as transposições que os sujeitos efetuam permanentemente.

Prefácio à segunda edição

Et, au regard de disputer par contention, je ne veux le faire: aussi est-ce chose trop vile et le laisse à ces marauds sophistes, Sorbillons, Sorbonagres, Sorborigènes, Sorbonicoles, Sorboniformes, Sorboniseques, Nicorbisans, Borsonisans, Saniborsans, lesquels en leurs disputations, ne cherchent vérité, mais contradiction et débats.

Rabelais, *Pantagruel*, cap. 8
(posteriormente censurado pelo autor).

Pensar as conceitualizações ordinárias

Se este *Vocabulário* tem agora esse subtítulo, a sua intenção não mudou. Pelo contrário. Ela apenas se aprofundou; trata-se de “tornar estranho” o que nos é o mais “obstinadamente familiar”: as próprias categorias nas quais nós pensamos e verbalizamos a nossa própria experiência.

O que é verdade nas ciências físicas é provavelmente verdade nas ciências sociais: colocar a distância as categorias compartilhadas da nossa relação com o mundo, conceituar as suas conceitualizações-em-atto são ferramentas de liberdade intelectual, e provavelmente uma via heurística fecunda. O que pode ser também uma modesta ferramenta de transformação social.

Paradoxalmente, ao nos afastarmos provisoriamente da nossa experiência, talvez possamos nos aproximar melhor dela. Quanto mais “vitais” forem os objetos do nosso esforço de conhecimento, mais eles exigirão talvez uma visão metateórica, desde que a produção de saberes não seja apenas uma questão de especialistas. É claro que é uma outra via, diferente da via acadêmica que fazia Wittgenstein dizer: “Nós sentimos que, mesmo quando todas as questões científicas possíveis tiverem sido resolvidas, os problemas que interessam à nossa vida não terão sido nem mesmo tocados”.

Um livro destinado a dois públicos

Em uma perspectiva única, desenvolver uma vida intelectual a partir de, sobre e para o ordinário que nos constrói a cada dia, e consi-

derando também uma demanda crescente pela análise das atividades como ferramenta de ação, de pesquisa e de profissionalização, este livro tem de fato dois públicos:

- Um público de pesquisadores, professores-pesquisadores e formadores de formação profissional superior, que conhecem as regras, as virtudes e os limites do discurso acadêmico, mas também muito interessados nos desenvolvimentos das teorias da atividade como organizações conceituais pertinentes em relação aos seus questionamentos. Ele os convida mais particularmente a prestar atenção às evidências, aos “isso é óbvio” e a outros *pressupostos* da linguagem da ação introduzidos na própria abordagem de pesquisa e que se tornam *passageiros clandestinos* dos discursos científicos. Ele os convida também a tomar cuidado com as frequentes confusões entre *avaliação e análise*, entre *conceitos mobilizadores e conceitos de inteligibilidade*, entre *conceitos construídos e conceitos naturalizados*, entre *objetos a serem pensados* (entidades do mundo) e *objetos de pensamento* (conceitos). Se ele toma como objeto o vocabulário cotidiano, ele não se interessa em nada pela diversidade das significações das palavras como o faz o dicionário, mas pelas regularidades observáveis na diversidade de usos convencionais pouco controlados, mas comuns.
- Um público de profissionais, de atores sociais interessados em ou que praticam a análise das atividades nas suas diferentes formas, e mais amplamente atentos ao desenvolvimento de uma *vida intelectual profissional*. Para eles, o autor afastou deliberadamente um vocabulário mais dotado de desafios acadêmicos do que de desafios profissionais e sociais, o que os obrigaria também a se posicionar sob a bandeira de uma disciplina ou de uma teoria.

Para uns e para outros, trata-se apenas de promover com rigor uma postura de análise: entender e não julgar ou, como escrevia Spinoza, “entender e não amaldiçoar as ações humanas”.⁴

4. B. Spinoza, *Éthique*, III, 1677.

Propostas

Tal como os escritores, os pesquisadores talvez tenham também o seu “gueuloir” (G. Flaubert). O autor destas linhas está acostumado a dizer aos seus alunos que a sua primeira escrita de pesquisa é uma comunicação “para si mesmos”, em geral muito complicada para ser destinada imediatamente aos outros e que, por consequência, deve ser simplificada.

Talvez uma segunda edição seja também uma segunda oportunidade de “gueuloir” e, desta vez, em presença social de outrem. Esta segunda edição se beneficiou de múltiplos retornos profissionais e pessoais (em particular, de C. Barbier, M. Dutoit, E. Marinowicz-Hetka, L. Pham Quang, V. Remery, E. Sanders, J. Thievenaz, N. Topin, L. Villas Bôas, M. L. Vitali e os participantes regulares nos trabalhos do Eixo 2 do Centre de Recherche sur la Formation [Centro de Pesquisa sobre Formação] (CRF), autores coletivos, entre outros, de uma modificação do subtítulo). Tal como a primeira, ela é um apelo ao debate mais preocupado com a essência do que com o posicionamento. Pela mesma razão, ela dá lugar a traduções para outros idiomas (na Polônia, no Brasil, entre outros), considerando que as questões colocadas ultrapassam singularmente as convenções de linguagem da cultura francesa. Obrigado aos meus entes que tiveram de suportar ocasionalmente o meu questionamento frequente.

Opções epistemológicas “em ato”

Caminhando nas reflexões, este livro deu lugar a várias rupturas intelectuais que talvez seja importante especificar, na medida em que elas estruturam de fato os hábitos de pensamento do autor e tiveram uma forte influência sobre as formulações escolhidas nas entradas propostas.

a. Salientar os processos

A maior parte das ciências humanas se baseia em uma *autonomização* do seu objeto e em uma *autonomização mais centrada nos estados do que nos processos*. As designações variam segundo os autores: fato social em sociologia para Durkheim, enunciado em linguística depois

de Saussure, conduta ou comportamento em psicologia após Janet ou Watson. Em todos os casos, observa-se o mesmo fenômeno: a delimitação de um campo de legitimidade, sendo as superposições ou conflitos entre campos resolvidos por disciplinas de interface como a psicologia social ou a sociolinguística.

Definir os espaços de atividade, especificando o que eles transformam-em-ato (e não o que eles dizem transformar, considerando este dizer), pode ser uma mudança importante nas posturas científicas. Cabe ao leitor apreciar a fecundidade desse esforço e, se for o caso, prolongá-lo. Para o seu uso próprio, o autor deste *Vocabulário* conseguiu apreciar os efeitos heurísticos na definição dos afetos, das emoções e dos sentimentos ou, ainda, na caracterização dos campos de atividade.

Em suma, está em jogo um pensamento de transformação.

b. Distinguir objeto a ser pensado e objeto de pensamento

A atitude dominante dos meios de pesquisa é a de *naturalizar os próprios construídos*: os conceitos que se criaram para observar entidades do mundo se tornam entidades do mundo. Nas ciências sociais, podem ser, por exemplo, os esquemas, os *habitus*, os padrões (*patterns*), o ego, o superego, o inconsciente, etc., que acabam existindo aos olhos dos sujeitos. Muitas teses ou trabalhos de pesquisa têm por objeto conceitos e, então, confundem objeto a ser pensado com ferramenta de pensamento.

A distinção entre “atividade”, no singular, e “atividades”, no plural, pode nos facilitar a tarefa. De fato, é difícil não ter uma abordagem holística da atividade: ela é, ao mesmo tempo, percepção e transformação, do mundo e de si mesmo, afeto e *performance*, etc. *A atividade é um objeto a ser pensado e os múltiplos cortes que são feitos se tornam objetos de pensamento*. As “atividades” propriamente ditas são objetos/ferramentas de pensamento/discursos criados pelos sujeitos para representar a sua atividade ou comunicar sobre ela.

Tudo depende, portanto, do espaço em que nos encontramos: espaço da própria atividade, espaço de pensamento sobre a atividade,

espaço de comunicação sobre a atividade. O aparecimento de um espaço de análise permite, por exemplo, distinções entre faces da atividade ou articulações entre espaços de atividade. A análise pode impor uma autonomia relativa dos seus objetos; no entanto, ela não dispensa um trabalho de recomposição dos componentes que ela distingue.

De um modo geral, convém não confundir entidades do mundo e construtos para observá-las. As famosas leis da natureza não “dirigem” o mundo; pelo contrário, elas são ferramentas indispensáveis na construção da relação de conhecimento e de transformação que os sujeitos humanos mantêm com o mundo. A atividade humana constrói essas leis mais do que as revela. O mundo não é nem singular, nem regular, a não ser em relação a um esforço de conhecimento e de transformação. Ele é, simplesmente.

c. Pensar as mobilidades funcionais

Considerar o mundo e a relação que os sujeitos humanos mantêm com ele como em constante transformação apresenta outra consequência: essa concepção duplamente dinâmica obriga a pensar na mobilidade das funções dentro da atividade e na disjunção entre *status* e função dentro da atividade.

O que é o produto de um espaço de atividade pode se tornar o meio de outro espaço de atividade, tudo isso no âmbito da atividade de um mesmo sujeito. Por exemplo, se, no mundo social, identificam-se atividades de determinação dos objetivos de uma ação, o seu produto pode se tornar o meio de outras atividades, desta vez de avaliação. De um papel de finalização da ação, o objetivo passa a ter um papel de referência na avaliação. Temos boas razões para pensar que os quadros da atividade são, na realidade, muitas vezes *utilizados como meios dos produtos de outros espaços de atividades*. Segundo as palavras de P. Astier,⁵ *a atividade não é apenas situada, ela é situante*.

5. P. Astier, “La fonction situante de l’activité. Le cas d’une blanchisserie industrielle”, 2003.

d. Pensar as correlações de transformação

O modelo epistemológico dominante nos meios acadêmicos é ainda pensar em termos de causalidade e de determinação. Privilegiar uma “entrada atividade” tanto no ato de conhecimento como nos objetos do ato de conhecimento obriga a pensar na questão das *transformações conjuntas, das solidariedades de transformação entre espaços de atividades*. Essa perspectiva leva a abandonar as escalas de tempo como modo principal de organização das ações e a passar de uma lógica de etapa, como se faz geralmente na literatura profissional, *a uma lógica de funções que precisamente podem ocorrer ao longo da atividade e se influenciar mutuamente*. A mesma perspectiva leva a abandonar a ideia de que possam existir etapas de desenvolvimento tanto para os grupos quanto para os indivíduos. É possível identificar muito cedo, nos sujeitos individuais e coletivos, a presença de múltiplas funções sem a hierarquizar.

Essas opções epistemológicas, assim como as opções teóricas já especificadas na primeira edição, são certamente influenciadas por autores como Spinoza ou correntes como o pragmatismo americano ou a psicologia histórico-cultural. Essas filiações serão evidentemente observadas nos apoios que foram buscados em cada entrada e que foram referidos como tais e não no final da obra, contrariamente aos hábitos universitários. De fato, observamos que o uso deste livro é essencialmente um uso por entrada. Além disso, pode-se referir à publicação paralela de uma *Encyclopédie d'analyse des activités* [*Enciclopédia de análise das atividades*], codirigida por Marc Durand.⁶ Buscou-se também um apoio em textos com *status* mais literário, para facilitar o trabalho de evocação para o leitor, o que confirma o interesse de uma abordagem holística, ainda que discursiva.

Os principais campos abrangidos

Fruto, ao mesmo tempo, das pesquisas empíricas pessoais e coletivas, de atividades de rede, de seminários de laboratório, de longas

6. J.-M. Barbier e M. Durand (dir.), *Encyclopédie d'analyse des activités*, 2017.

mediações e de múltiplas trocas, este ensaio se limita, do ponto de vista dos seus objetos, às oportunidades de um itinerário que privilegiou, de fato, alguns campos.

Entre eles, encontram-se os seguintes:

- Um esforço de organização geral dos campos conceituais da ação e da atividade.
- Um primeiro trabalho de especificação dos espaços e dos campos de atividade em jogo, em particular, nas “profissões do humano”, aqui designadas em termos de profissões ou de atividades de intervenção sobre a atividade de outrem (educação, trabalho social, cuidados, segurança, etc.) ou na vida cotidiana.
- Um primeiro esforço de compreensão das articulações entre espaços de atividade.
- Um privilégio dado aos campos da educação e da pesquisa, que correspondem à experiência dominante do autor.
- Uma atenção muito especial dada aos enunciados que podem incluir uma confusão entre definições conceituais e qualificações. Significativamente, tendemos a colocar estas últimas no plural.

O estatuto de um ensaio

Tal como a primeira edição, esta obra se situa mais no nível das ferramentas de produção de saberes do que dos saberes propriamente ditos. A sua vocação é de ser especificada, transformada e completada por entradas mais amplas, sempre relativas, ao mesmo tempo, a desafios conceituais e desafios profissionais, sociais e/ou pessoais. Nesse sentido, parece-nos útil evocar de novo a fórmula de Alain Wisner, professor no CNAM: “eu me preocupo com psicologia fundamental, por isso eu vou aos locais de trabalho”. O que, para o ergônomo, é uma maneira de dizer os locais de vida.

Jean-Marie Barbier

Vocabulário de análise das atividades



AÇÃO

- Organização singular de atividades ordenadas em torno de uma transformação do mundo, apresentando uma unidade de função, de sentido e/ou de significação para os sujeitos envolvidos e os seus parceiros.

A ação é frequentemente apresentada como a antítese de um fenômeno puramente mental e/ou discursivo, opondo-se ao pensamento e/ou às palavras. No entanto, muitas ações são ações de pensamento ou de comunicação e todas as ações provavelmente se tornam coerentes a partir de um ordenamento em torno de uma transformação.

As ações são singulares; elas consistem em associações, organizações e combinações inéditas de atividades dos sujeitos individuais/coletivos envolvidos.

São ordenadas de maneira dominante em torno de transformações do mundo físico, social e/ou mental e, na maioria das vezes, dos três ao mesmo tempo. Elas apresentam simultaneamente efeitos de transformação dos sujeitos envolvidos.

São dotadas de uma unidade para os sujeitos envolvidos, tanto em relação a si como em relação ao seu ambiente. A ação tem consistência apenas para eles e para os seus parceiros. São eles que desenham os contornos. A ação tem frequentemente, por parte dos que estão envolvidos, atividades para colocar em representação/em discurso a sua própria atividade, a si próprios na atividade e o ambiente dessa atividade.

Essa maneira de definir a ação liga, no léxico da ação, a noção de “sujeito” à noção de ação. O sujeito se define como sujeito quando ele age, representa-se ou apresenta-se como sendo a causa das suas próprias ações (causalidade interna). Nos contextos ocidentais, a palavra “causa” teve, por essa razão, ao mesmo tempo o sentido de causa “final” (ou finalizante: para quê?) e de causa determinante (causa “causadora”: por quê?).

ACOMPANHAMENTO (tutoria)

- Ação que acopla atividades de um sujeito com atividades de um outro sujeito, ordenada em torno de uma intervenção sobre a gestão pelo sujeito acompanhado da sua própria atividade.

O acompanhamento é duplamente finalizado, pela *otimização* da atividade acompanhada e pelo *desenvolvimento* do sujeito acompanhado.

Faz parte das atividades de *intervenção sobre a atividade de outrem*: envolve um *acoplamento* da atividade do sujeito que acompanha com a atividade do sujeito acompanhado.

Faz parte das atividades *educativas* no sentido amplo, ainda que seja a ação que menos as manifeste: é ordenado em torno das transformações valorizadas de *hábitos de atividade*, no caso de condução ou de *gestão* pelo sujeito da sua própria atividade.

O acompanhamento é contínuo; ele se efetua durante a duração da atividade. Acompanhante e acompanhado pertencem ao mesmo *campo de atividade*.

O acompanhamento envolve frequentemente o entesouramento pelo sujeito acompanhado a partir de e dentro da sua própria atividade de momentos de *elaboração de experiência*.

Na sociedade contemporânea, o acompanhamento é objeto de uma valorização social e se inscreve no desenvolvimento de uma nova *cultura de ação*. No contexto de trabalho, ele se inscreve na cultura do *desenvolvimento das competências e da profissionalização*.

ACONTECIMENTO

- Fenômeno cuja ocorrência interrompe o curso de atividade de um sujeito.

ACOPLAMENTO DE ATIVIDADES

- Modo de interatividade entre sujeitos cuja combinação de envolvimento de atividades recíprocas é característica do domínio de atividade envolvido.

É o caso de todas as atividades *de intervenção sobre as atividades de outrem* que pressupõem, por um lado, um envolvimento de atividade dos atores que atuam para contribuir para a mudança de outrem e, por outro lado, um envolvimento de atividade dos sujeitos envolvidos.

A *comunicação* é uma situação particularmente manifesta de acoplamento de atividade: ela se baseia na combinação de uma atividade de *oferta de significação*, do lado do sujeito enunciador, e de uma atividade de *(re)construção de sentido*, do lado do sujeito destinatário.

A *educação*, qualquer que seja a sua forma, é também uma combinação de propostas de atividades com intenção de aprendizagem e transformações de hábitos de atividade por parte dos sujeitos.

O *gerenciamento* é uma combinação de atividades ordenadas ao envolvimento de atividade de outrem.

AFETO IDENTITÁRIO

- ▀ Afeto relacionado às construções mentais que os sujeitos operam em si mesmos durante as suas atividades.

As construções mentais que os sujeitos operam nas suas atividades estão em constante transformação. Elas são, em especial, compostas de *representações finalizadas*, relativas a coisas existentes, e de *representações finalizantes*, relativas aos desejos. O jogo das representações finalizadas/finalizantes e das suas transformações, as relações que se operam entre elas, as tensões que nelas se manifestam, os efeitos emocionais dessas tensões e os desencadeamentos de novas atividades que se encontram então induzidas desempenham um papel essencial na *dinâmica* das ações.

Ao mesmo tempo, as construções mentais que os sujeitos operam em si a partir das suas atividades têm o mesmo processo de transformação: as representações finalizadas feitas pelos sujeitos das suas próprias atividades contribuem de maneira essencial para a formação do *eu*, isto é, das suas representações do “eu atual”, enquanto as representações finalizantes feitas pelos sujeitos das suas próprias atividades contribuem de maneira essencial para a formação das suas representações do “eu desejado”, tal como ele é elaborado em situação pelo sujeito.

As *representações identitárias* produzidas pelos sujeitos durante a sua história são relacionadas por esses sujeitos, o que faz surgir coerên-

cias e tensões: relacionar representação do “eu atual” com representação do “eu desejado”; relacionar representação feita por um sujeito da representação que o outro tem dele com representação do “eu atual”; relacionar representação feita por um sujeito de si a partir da imagem que ele quer dar ao outro com representação feita da representação que o outro tem dele: pode-se pensar, assim, que o “eu normativo” é apenas a interiorização por si de uma imagem de si dada a si mesmo e aos outros.

Fazer essas relações produz efeitos emocionais diferentes consoante se trate de congruências ou tensões. Uma relação no modo da congruência tende a produzir mais um sentimento de prazer identitário. Uma relação no modo da tensão tende a produzir mais um sentimento de sofrimento identitário. Os afetos identitários podem ser provisórios ou mais duradouros, segundo o envolvimento dos sujeitos em novas atividades em reação a esses afetos.

A configuração específica de atividades pela qual os sujeitos reagem a esses afetos é característica da sua “*dinâmica identitária*”. Os sujeitos podem desenvolver uma grande variedade de atividades em resposta às emoções positivas e negativas que nascem dessa relação feita com as suas representações identitárias: novas representações do seu ambiente, das suas atividades, de si e de outrem (transformações de *setting*), novas comunicações (valorizações ou desvalorizações, por exemplo), novas atividades propriamente ditas (redução da angústia pela atividade, por exemplo).

AFETOS

- Transformações de tendências de atividade dos sujeitos por, em e para a atividade em curso.

Os afetos são transformações que tocam tanto os sujeitos como a sua atividade. “Por afeto”, escreve Spinoza, “refiro-me às afeições do corpo, pelas quais o poder de agir (*agenda potentia*) é aumentado ou diminuído (*augetur vel minuitur*), favorecido ou contrariado (*juvatur*

vel coercitur) [...]”.⁷ Os afetos não são estados, mas transformações e transformações recíprocas dos sujeitos pelas atividades e das atividades pelos sujeitos. Eles são uma face da atividade. Eles designam transformações que acompanham, ritmam e regulam a atividade em curso. Eles asseguram um papel regulador na dinâmica das transformações conjuntas sujeito/atividade.

Essas transformações são transformações do *impulso de atividade*. Esse impulso é designado de diversas maneiras por muitos autores: impulso de vida, força de existir, poder de agir, impulso vital, etc. Spinoza o designa em termos de “*conatus*”, que é tanto “*vis existendi*” (força de ser) como “*potentia agendi*” (poder de agir). “Cada coisa, tanto quanto está nela, se esforça para perseverar em seu ser”⁸ e “o esforço [*conatus*] com que cada coisa se esforça para perseverar em seu ser nada é para além da essência atual dessa coisa”.⁹ Fichte utiliza a palavra “*Trieb*” (impulso), “tomada objetivamente, a atividade é impulso”.¹⁰ Essa hipótese de impulso provavelmente explica a presença de sentimentos de prazer e de sofrimento. Esses sentimentos são percepções de si em atividade.

Quando são reconhecidos pelos sujeitos, os afetos são *sentidos*: eles são, então, normalmente objeto de uma indexação positiva ou negativa, entre outros, prazer e sofrimento. O que é sentido são *percepções* pelos sujeitos dos seus próprios afetos, percepções de si em atividade. Sentir prazer em uma atividade pode, assim, causar em um sujeito a continuidade da sua atividade, um afeto de *desejo*, tendência de atividade orientada para um objeto, ou de *vontade*, tendência orientada para uma atividade. Ao contrário, sentir dor pode causar repulsa ou aversão a um objeto ou a uma atividade.

Os afetos exercem uma função de transformação da atividade posterior do mesmo sujeito e, mais especificamente, de diferenciação das

7. B. Spinoza, *Éthique*, III, 3, 1677.

8. *Ibidem*, VI.

9. *Ibidem*, VII.

10. J. G. Fichte, *System der Sittenlehre nach den Prinzipien des Wissenschaftslehre*, 1778/1971, p. 105.

tendências de atividades. Eles são produzidos por atividades diferenciadas e produzem hábitos e tendências de atividades diferenciadas. Daniel Widlöcher traça em paralelo entre a diferenciação das ações e a diferenciação dos afetos: “os afetos [...] continuam acompanhando ações cada vez mais diferenciadas”.¹¹ Gradualmente, o impulso de atividade é especificado em tendências de atividades.

Quando acontecem durante atividades mentais, eles envolvem, ao mesmo tempo, as *representações* que os sujeitos fazem das suas atividades, as *representações* que os sujeitos fazem *de si* nas suas atividades (afetos identitários) e as representações que os sujeitos fazem do ambiente dessas atividades. As *representações finalizantes* constituem o modo de presença dos afetos dos sujeitos na *condução ou gestão mental das ações*: objetivos, propósitos, finalidades, projetos, etc.

ALEGRIA

- Experiência duradoura ligada ao desempenho, à *performance* da atividade desejada e que fundamenta o envolvimento na continuação da atividade.

Para Spinoza, a alegria nasce da presença do objeto desejado.

AMBIENTE

- Conjunto das entidades do mundo constituídas pelos sujeitos em atividade como objetos ou circunstâncias da sua atividade.

AMBIGUIDADE FUNCIONAL

- Polissemia ou deslizamento semântico ordenada(o) em torno de uma função de partilha de significações.

É o caso, por exemplo, da noção de *saberes*, utilizada ao mesmo tempo para designar os produtos do ato de pesquisa e os produtos do ato de formação. Essa ambiguidade permite passar permanentemente de um

11. D. Widlöcher, “De l’émotion primaire à l’affect différencié”, 1992, p. 54.

registro de significação a outro: dos reconhecimentos ligados aos saberes como enunciados (hierarquias de saberes) aos reconhecimentos ligados aos sujeitos (hierarquias dos sujeitos).

É também o caso da noção de *competências*, noção ligada às atividades em “situação real” quando ela é utilizada para designar o que seria *produzido* por percursos escolares ou formativos. Essa ambiguidade permite introduzir no universo escolar reconhecimentos ligados ao universo do trabalho ou da “vida real”.

As ambiguidades funcionais são extremamente frequentes nos léxicos *das intervenções sobre a atividade de outrem*. Elas não são falta de precisão ou falhas de rigor.

Desempenham, entre outras, duas funções: a) possibilitam que os atores envolvidos nas ações comuns, com base em dinâmicas muito diferentes, mantenham, pelo menos no que diz respeito às suas comunicações recíprocas, um aparente consenso sobre as *significações* que lhes são concedidas, ao mesmo tempo que se reservam a possibilidade para tomar *sentidos* muito diferenciados; b) possibilitam também aos atores em posição dominante impor de fato os seus sistemas de significações; se for necessário, pela desvalorização dos sistemas de referências prévias dos sujeitos em posição dominada (“recortes”, por exemplo).

ANÁLISE

● Atividade que produz enunciados sobre relações entre existentes.

As atividades de análise são frequentemente confundidas com as atividades de *identificação*, que consistem na caracterização de existentes, e com as atividades de *avaliação*, que consistem em atribuir valor aos entes. Consistem em estabelecer ligações entre *dados, informações*: conforme o caso, trata-se de relações, correlações, etc. Em qualquer caso, trata-se de propor uma *inteligibilidade* dos *existentes* identificados.

As atividades de análise correspondem no nível discursivo às atividades de *compreensão* no nível mental; estas são habitualmente associadas àquelas, que pressupõem, nos sujeitos envolvidos, a existência

prévia (ou a emergência em andamento) de construções mentais/discursivas ou de quadros relativos a ligações possíveis ou constatadas entre existentes.

Quando os enunciados sobre as ligações ou relações são objeto de um reconhecimento social, poder-se-á falar de *saberes* de inteligibilidade, enunciados socialmente valorizados nas relações entre entes.

ANÁLISE DAS NECESSIDADES

- Atividade que produz enunciados sobre objetivos de mudança que surtem no contexto de ações, que finalizam o recurso que é dado e que são suscetíveis de induzir a definição dos seus objetivos específicos.

A noção de *necessidades* tem a particularidade de se situar em dois registros de significações. Significações objetivantes: a necessidade seria uma necessidade natural ou social, para um sujeito, uma exigência; ela teria uma existência. Significações subjetivantes: a necessidade seria também nos sujeitos uma prova ou um sentimento de falta, de privação.

Além disso, a noção de análise se refere a uma atividade intelectual aplicada. Falar de análise das necessidades é, portanto, equivalente a inferir que uma abordagem de natureza científica seria suscetível de ser aplicada às necessidades, consideradas como um dado, como entes.

As análises das necessidades são, na verdade, organizações de atividades que têm como resultado a produção de enunciados relativos a mudanças desejáveis (*objetivos para a ação*) relacionadas aos contextos das ações e passíveis de suscitar o recurso a essas ações. Esses objetivos de mudança constituem o ponto de partida para a definição dos objetivos específicos das ações (*objetivos da ação*).

A dupla referência à noção de análise e à noção de necessidades, quando se trata de um processo de produção de objetivos que envolvem uma atribuição de valor, tem frequentemente por função evitar questionar o papel dos atores no processo e dar ao resultado da análise das necessidades os atributos sociais dos enunciados de saberes.

Se for utilizada na linguagem comum, a noção de análise das necessidades pode dificilmente, devido à sua *ambiguidade funcional*, ser considerada em um vocabulário com intenção de análise científica das atividades, preocupado com a univocidade.

ANALOGIA

- Conjunção de dois registros mentais ordenada em torno da indexação de uma construção mental por outra construção mental.

A analogia é, no nível mental, o equivalente à *metáfora* no nível discursivo. Produz uma nova construção de *sentido* enquanto a metáfora produz uma nova atribuição de *significação*.

APRENDIZAGENS

- Transformações de hábitos de atividade valorizadas pelo(s) sujeito(s) envolvido(s) e/ou pelo seu ambiente.

Na literatura acadêmica, as aprendizagens são muitas vezes limitadas às aprendizagens cognitivas, mentais ou discursivas. Estas constituem a intenção mais manifesta das ações educativas no universo escolar.

Na vida social, a extensão do conceito de aprendizagem é maior: pode-se pensar que todas as aprendizagens são, na verdade, muito mais amplamente, transformações de *hábitos de atividades*. Ter aprendido é, na realidade, fazer as coisas de forma diferente, sejam atividades mentais, discursivas, físicas ou as três ao mesmo tempo, caso mais frequente.

Apesar das divisões operadas entre saber, saber-fazer e saber-estar, as aprendizagens envolvem associações desses três tipos de atividades; são essas associações que são transformadas. Isso vale tanto no universo escolar, onde a maioria dos saberes são, na realidade, operações, quanto no universo da formação dos adultos.

O conceito de aprendizagens deve ser relacionado com o conceito de *atividades*, no plural; aprender é aprender algo. Esse algo é suscetível de ser identificado, designado, objeto de pensamento ou de discurso.

Para serem designadas como aprendizagens, essas transformações de hábitos de atividades são objeto de uma valorização, de uma atribuição de valor, de uma *qualificação*; não é apenas o sujeito que faz de outro modo, mas “nós” e/ou “ele” considera que é melhor assim. A atribuição de valor pode ser sobre o próprio sujeito e/ou sobre o seu ambiente social. A situação mais frequente é uma influência recíproca dessas valorizações.

Um exemplo dessas características pode ser dado pela aprendizagem da marcha da criança, acontecimento frequentemente muito interativo: “Quando a criança vem, a alegria chega e nos ilumina / ri-se, recria-se, ele é chamado e a sua mãe / treme ao vê-lo andar de pé”.¹²

APROPRIAÇÃO

- Transformação por um sujeito de uma entidade do mundo em componente da sua atividade.

Em um espaço de atividade determinado, a apropriação contribui para definir as relações entre sujeitos nesse espaço.

O uso de um possessivo é um indicador discursivo de uma relação de apropriação.

ARTE

- Conjunção de uma atividade de expressão de um sujeito com uma atividade de comunicação a outro.

A arte pressupõe uma atividade de expressão, isto é, o estabelecimento de uma ligação, entre a própria atividade do sujeito (autor ou produtor) e uma atividade manifestada a outrem (o produto ou a obra).

A arte pressupõe, além disso, uma interação: essa ligação entre atividade interna do sujeito e produto/obra é objeto de uma comunicação a outrem.

12. V. Hugo, “Lorsque l’enfant paraît”, 1831.

A arte é ordenada para a transformação dos modos de construção de sentido dos sujeitos. Falando da pintura, Bakhtin escreve: “Agora temos realmente uma janela que abre para o mundo onde nunca vivemos, agora vemos realmente no mundo de outro através dos olhos de outro”.¹³ Por conseguinte, ela pode contribuir para a produção de emoções: “O meu papel é dar alívio”.¹⁴

ARTEFATO

● Produto da atividade humana.

Um artefato é um objeto “moldado” pelo homem.

ASSOCIAÇÃO DE ATIVIDADES

● Ligação de simultaneidade que surge entre vários espaços de atividades em que se encontram envolvidos ao mesmo tempo vários sujeitos.

Ao contrário da conjunção, ordenada por um sujeito, a associação emerge na atividade: dentro da sua atividade, os mesmos sujeitos se encontram envolvidos ao mesmo tempo em atividades dependentes de diferentes espaços, em particular, atividades mentais, atividades de comunicação e atividades de transformação do mundo físico externo.

Ao contrário das culturas de pensamento e de ação dominantes, esses espaços de atividades não mantêm necessariamente entre si relações de determinação linear e hierárquica, como se vê, por exemplo, no caso do paradigma teoria-prática ou da hierarquia linguagem, pensamento e ação.

Como indicava Vygotski a propósito das relações entre pensamento e linguagem, pode-se pensar que esses diferentes espaços de atividades mantêm entre si relações de investimento recíproco: o que chamamos de “pensamento para a ação” pode ser considerado como um investimento pela atividade de pensamento na atividade de transformação do

13. M. Bakhtin, *Esthétique de la création verbale*, 1984, p. 54.

14. H. Matisse, *Entretien avec Georges Charbonnier*, 1951.

mundo; a “comunicação operativa”, como um investimento pela atividade de comunicação na atividade de transformação do mundo externo; o “pensamento verbal” ou o discurso interior, como um investimento pela atividade de comunicação na atividade de pensamento. Os recortes e o encerramento das ações, no sentido comum dos termos, são o resultado do investimento na atividade de transformação do mundo ao mesmo tempo pela atividade de pensamento e pela atividade de comunicação. Existem tanto relações de investimento recíproco de *espaços de atividades* quanto experiências de transformação dos sujeitos envolvidos: representações de si como sujeito que age, como sujeito que pensa, como sujeito que comunica, etc.

Cada espaço de atividade mantém uma autonomia relativa de funcionamento e requer ferramentas de análise específicas, mesmo que estas possam se articular entre si.

A noção de associação de atividade se liga às noções de *transformações conjuntas*, de solidariedade de transformação, de correlação de transformação. Estas últimas são, de fato, permitidas pelas associações de atividades (por exemplo, a associação neural/mental), o que torna, então, possíveis os fenômenos de plasticidade de *função*.

ATITUDES

- Enunciados relativos a propriedades atribuídas a sujeitos, suscetíveis de refletir sobre o seu envolvimento em atividades.

As atitudes são inferências a partir da observação do *envolvimento* dos sujeitos em atividades.

São enunciados sobre atributos conferidos a partir de então a esses sujeitos; eles os caracterizam na sua relação com sua própria atividade. Para Jean-Marc Monteil: “A atitude depende de uma disposição a reagir favoravelmente a qualquer objeto”.¹⁵

Podem ser analisadas como *qualificações de tendências de atividade*.

15. J.-M. Monteil, *Éduquer et former: perspectives psychosociales*, 1997, p. 127.

ATIVACÃO

- Engajamento de uma atividade por um sujeito.

ATIVIDADE (singular)

- Processo de percepção/transformação do mundo e de percepção/transformação de si que transforma o mundo, no qual e pelo qual está envolvido um ser vivo em suas relações com o seu ambiente.

A atividade é uma *transformação* do mundo, localizada em um tempo e em um espaço. É uma reconstrução. É “o que o sujeito faz ao mundo”. Essa transformação do mundo é, ao mesmo tempo, uma transformação do mundo físico, mental, social. A atividade não se reduz à atividade manifesta.

É, ao mesmo tempo, transformação do *sujeito*. A atividade é também o que o sujeito se faz ao fazer. Essas transformações são indissociáveis: a atividade é tanto transformação do mundo como transformação do sujeito que transforma o mundo.

A atividade é também *percepção* do mundo (o que o mundo faz ao sujeito), e percepção de si mesmo que percebe e transforma o mundo (o que o sujeito em atividade *experimenta*).

A atividade é ritmada e regulada pelos *afetos* que ela gera no seu seio. “Por afeto”, escreve Spinoza, “refiro-me às afeições do corpo, pelas quais o poder de agir (*agenda potentia*) é aumentado ou diminuído (*augetur vel minuitur*), favorecido ou contrariado (*juvatur vel coercitur*) [...]”.¹⁶

A atividade surge; ela não dá necessariamente lugar à intenção, ao contrário de uma cultura de pensamento persistente sobre a ação. Não podemos deixar de agir. A atividade emerge de qualquer forma. Pode-se supor que existe um *impulso de atividade*, não dissociável de um impulso de preservação de si em atividade.

Etimologicamente, o termo “atividade” designa o potencial que um ser vivo apresenta de transformação de si e do seu ambiente.

16. B. Spinoza, *Éthique*, III, 3, 1677.

Quando a atividade dá origem a reconstruções identificáveis pelo seu produto imediato, pode-se então distinguir *atividades* (no plural) dentro da atividade.

Quando as atividades são por si sós objeto de organização pelos sujeitos, pode-se falar de *ações*.

ATIVIDADE DESTINADA

- Interatividade caracterizada pelo envolvimento de atividade de um sujeito em direção a outro sujeito ou a si mesmo “como outro” (Ricoeur¹⁷), ordenada ao envolvimento de atividade do sujeito destinatário.

Todas as atividades de *intervenção sobre as atividades de outrem* (educação, gerenciamento, comunicação, trabalho social, política, segurança, etc.) têm, por parte do sujeito que intervém, um “agir para” uma atividade destinada “a”, neste caso, ao sujeito-alvo da intervenção. O mesmo se aplica às atividades dos sujeitos sobre as suas próprias atividades.

Essa atividade funciona como uma oferta com fins de envolvimento da atividade do sujeito-alvo.

Essa oferta se realiza em relações de poder entre sujeitos (ou mesmo internas aos sujeitos) muito variáveis, eventualmente muito assimétricas: no caso de questões de *segurança*, por exemplo, pode-se tratar do que se poderia chamar de “propostas de atividade obrigatória”.

A comunicação é a mais frequente das atividades destinadas. Ela funciona como uma oferta de significações ordenada à transformação das construções de sentido no destinatário. A destinação designa o(s) sujeito(s) cuja transformação de construções mentais é buscada através da comunicação.

Na comunicação, muitos enunciados são, de fato, “polidestinados”. No mesmo discurso, é possível distinguir vários espaços de comunicação, aos quais correspondem vários sujeitos enunciadore e vários sujeitos destinatários.

17. P. Ricoeur, *Philosophie de la volonté I*, 1960.

A autodestinação, isto é, a destinação de um sujeito a si mesmo, é apenas um caso particular, frequentemente observável. A sua função é agir sobre as suas próprias atividades.

ATIVIDADES (plural)

- Componentes da atividade humana suscetíveis de ser distinguidos a partir da identificação de regularidades ou de invariantes no seu processo de produção e no seu produto.

As atividades são objetos de *pensamento* ou de *discurso* sobre a atividade, utilizados por, em e para a atividade.

São identificáveis por um *produto* e por um *processo* de produção específicos. Elas podem ser analisadas como processos de *transformação*. Podem-se distinguir, entre outros, o *material* a partir do qual se realiza, o *meio* com o qual ela é realizada, as relações que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos e, por fim, o *produto* dessa transformação. Material, meio, sujeitos envolvidos e produto formam um sistema dinâmico. Como objetos de análise, elas apresentam uma autonomia relativa; como observa J. Nuttin,¹⁸ são atividades *sui generis*. Comunicar sobre um fazer é um fazer, mas não equivale ao fazer sobre o qual se comunica. Mantêm entre si relações de *associações* mútuas, de *organizações*, de *representações*, de *conjunções* dentro da atividade de um mesmo sujeito. As associações de atividades emergem na atividade: elas são particularmente manifestas no caso das relações entre pensamento e linguagem. As organizações de atividades são ordenadas pelos sujeitos nas suas ações em torno de *intenções*. As representações de atividades são formas de presença de atividades passadas, em andamento ou futuras na *gestão* ou na *condução* da ação.

As atividades ocorrem em processos de transformação já em andamento. O trabalho humano pode ser definido como uma intervenção no “curso natural” das coisas. Discutível, essa designação salienta o fato

18. J. Nuttin, *Théorie de la motivation humaine: du besoin projet d'action*, 1980.

de que muitos processos de transformação do mundo se desenvolvem com ou sem intervenção humana. O trabalho humano apenas influencia processos de transformação previamente iniciados.

Essa situação obriga a situar as atividades humanas em contextos dinâmicos e a pensar em conjunto a questão da própria atividade, do seu ambiente, do sujeito individual e/ou coletivo envolvido e das suas relações recíprocas. Fala-se frequentemente de *transformações conjuntas* ou de solidariedade de transformação.

ATO

- Atividade realizada destinada a outrem pelo sujeito que a realiza, o que dá lugar a reconhecimento e inferência por parte dos sujeitos a quem é destinada.

Um ato é realizado por um/múltiplos sujeito(s) em direção a outros sujeitos em situação de comunicação; é uma atividade *dirigida*.

Pressupõe que a atividade foi efetivada, que uma *transformação do mundo* foi realizada. Ele designa o que foi feito.

Permanece depois de ter sido realizado ou observado; deixa um *traço* que pode escapar a quem o realiza.

Dá lugar a reconhecimento, inferência e *construção de sentido* por parte dos sujeitos a quem é destinado, incluindo o próprio sujeito.

Contribui assim, de maneira *pluri* ou *polifuncional*, para transformar o mundo social, físico, mental.

ATORES

- Sujeitos reconhecidos e que se reconhecem como interagindo em um determinado campo de atividades.

AVALIAÇÃO

- Atividade atributiva de valor através da relação entre uma represen-

tação finalizada (representação de um existente) e uma representação finalizante (representação de um desejado).

Etimologicamente sendo uma extração de valor, a avaliação funciona, de fato, como uma atribuição de valor a um objeto.

A avaliação pode apresentar, nomeadamente, três tipos de objetos relacionados com as atividades: os sujeitos individuais e coletivos envolvidos nas atividades, as ações, o recurso às ações.

A avaliação é uma atividade mental e/ou discursiva cujo funcionamento pode ser analisado, em especial, a partir de quatro componentes: representação ou imagem de um existente, o referido, relativa ao objeto a ser avaliado; representação ou imagem de um desejado, o referente; relações entre sujeitos envolvidos na avaliação, em especial, a posse do referente; representação atributiva de valor ao objeto, o produto. Esses componentes estão em evolução constante e iterativa; eles mantêm entre si relações sistemáticas.

A avaliação pode ser apresentada como uma atividade de transformação de uma representação factual de um objeto em representação atributiva de valor a esse mesmo objeto.

AVALIAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DOS RESULTADOS DE UMA AÇÃO (avaliação dos efeitos, avaliação externa)

- Atividade que produz representações e/ou imagens retrospectivas e finalizantes, atributivas de valor *a posteriori* ao recurso a uma ação.

O que caracteriza a lógica de funcionamento das atividades de avaliação de transferência, que se distingue da sua lógica de desenvolvimento, é que elas produzem para os promotores uma representação ou uma imagem atributiva de valor retrospectiva ao recurso a uma ação em referência aos objetivos e problemas que deram origem a esse recurso.

Tem por objeto a contribuição que traz uma ação para a transformação

da situação que deu origem ao seu recurso. Elas se apresentam como juízo de utilidade.

Funcionam como um processo iterativo entre a representação e/ou a imagem dos objetivos perseguidos através dessa ação e relativos ao seu contexto, e uma identificação, durante ou após a ocorrência da ação, das transformações identificáveis nesse contexto. Esse processo pode pressupor, em especial, a determinação de indicadores e a especificação de critérios de transferência da ação.

Durante esse processo iterativo, estabelecem-se relações entre sujeitos muito ligadas às relações existentes na coordenação da construção dessas ações.

AVALIAÇÃO DE AÇÃO

- Atividade que produz especificamente representações e/ou imagens retrospectivas e finalizantes, atributivas de valor *a posteriori* à organização singular de atividades que essa ação constitui.

O que caracteriza a lógica de funcionamento das atividades de avaliação de ação, que se diferencia da sua lógica de desenvolvimento, muito variável, é que elas produzem uma representação ou uma imagem atributiva de valor *a posteriori* ao processo que constituiu essa intervenção.

Para produzir essa representação ou imagem atributiva de valor retrospectiva a organizações de atividades e suscetível de provocar afetos nos sujeitos envolvidos, elas pressupõem, em particular, um processo iterativo entre, por um lado, uma identificação do desenvolvimento efetivo e dos resultados imediatos dessa intervenção (referido da avaliação) e, por outro lado, o projeto relativo a essa ação, especificado sob a forma de critérios de realização (referente da avaliação).

Durante esse processo iterativo se estabelecem relações entre sujeitos que têm uma grande incidência na sua dinâmica; eles mantêm ligações estreitas com as relações entre sujeitos que podem ser constatadas na elaboração de projeto e, de forma mais geral, na condução dessas ações.

BELO – JULGAMENTO DE BELEZA

- Enunciado que qualifica a percepção por um sujeito de uma unidade entre ele, a sua atividade e o seu ambiente.

Considerada como universal, a beleza é desse ponto de vista profundamente singular.

Para o místico holandês Van Ruisbroek, “aquilo que nós somos, nós o contemplamos, aquilo que nós contemplamos, nós o somos”.

A beleza é um atributo, não um substantivo definido com base em uma qualificação (beleza hipostática).

BOM

- Enunciado que qualifica a percepção por um sujeito de uma adequação entre as suas tendências de atividade e as suas *performances* de atividade.

Para André Lalande, “diz-se de tudo o que é objeto de satisfação ou de aprovação em qualquer ordem de finalidade”.¹⁹

O bem é muitas vezes objeto de uma naturalização, que se impõe aos sujeitos. Na *Éthique à Nicomaque [Ética a Nicômaco]*,²⁰ Aristóteles faz da sua pesquisa o propósito de toda atividade no mundo.

Spinoza convida a uma posição inversa, muito heurística: é a relação do sujeito com o objeto que cria o juízo de apreciação do que é bom: “não é porque as coisas são boas que nós as desejamos, é porque nós as desejamos que elas são boas”.²¹ Essa posição não é diferente da do moralista La Rochefoucauld: “A felicidade está no gosto e não nas coisas, e é por termos o que gostamos que somos felizes, e não por termos o que os outros acham amável”.²²

19. A. Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, 2002, pp. 211-212.

20. Aristóteles, *Éthique à Nicomaque*, I 2 1094a.

21. B. Spinoza, *Éthique*, IV, 1677.

22. F. La Rochefoucauld, *Maximes*, 48, 1869.

CAMPO

- Conjunto de atividades socialmente reconhecidas como ordenadas em torno da produção de um determinado tipo de resultados.

Os campos de atividade são especializados na produção de um determinado tipo de bens e serviços socialmente úteis e se beneficiam de uma autonomia social relativa no exercício dessa função.

Designam o conjunto das entidades em *interação* nessa produção.

Designam, ao mesmo tempo, a rede das “posições” suscetíveis de serem ocupadas pelos sujeitos nessa produção. Na obra de Pierre Bourdieu, um campo é um “espaço estruturado de posições”.

São dotados de uma unidade de significação para os sujeitos que neles envolvem a sua atividade; preexistem a esse envolvimento.

CAPACIDADE

- Enunciado relativo a propriedades atribuídas a sujeitos em suas relações com classes de atividades, construídas por abstração e destacamento de invariantes, e consideradas como um potencial para esses mesmos sujeitos.

A noção de capacidades tende a se desenvolver nos contextos educativos organizados predominantemente segundo uma lógica centrada nos aprendizes e suas atividades e, mais geralmente, em contextos sociais que autonomizam os momentos de construção dos sujeitos humanos. Ela desempenha um papel central, em especial, na rede semântica que caracteriza a *cultura da formação*. Ela foi declinada, em particular, sob a forma do famoso tríptico: saber, saber-fazer, saber-estar, e o seu uso, como o das noções de habilidade e de aptidão, é relativamente contemporâneo.

As capacidades estabelecem uma ligação explícita entre o espaço da formação e os espaços de atividades que finalizam a formação. Elas são normalmente definidas a partir de atividades de *referência* (constituição de parâmetros de referência). Suscetíveis de serem produzidas ou transformadas nos sujeitos pelo próprio exercício da formação, elas são destinadas a serem transferidas para os espaços que a finalizam.

Essa situação foi descrita como um processo de descontextualização/recontextualização.

As capacidades são construtos atribuídos a sujeitos. Falar de uma capacidade (ou de uma atitude) é qualificar um sujeito supondo que ele possui as características conferidas. Essa característica explica que pasamos permanentemente do registro do ser ao registro do ter.

São potenciais: apresentar capacidades permitiria realizar as atividades associadas, sob reserva da transferência.

São portadoras de avaliação: possuir uma capacidade é necessariamente positivo e as classificações de capacidades são quase sempre organizadas segundo uma hierarquia de valor (cf. as taxonomias de objetivos).

Esses construtos são relativos às relações que os sujeitos mantêm com as *classes de atividades*. Eles são obtidos por operações de identificação e de análise das regularidades e invariantes dessas atividades, o que explica as contribuições que foram dadas por diferentes pesquisas no campo da psicologia.

Por fim, esses construtos são muitas vezes utilizados para a concepção e organização de intervenções finalizadas que visam à construção de sujeitos humanos. Por essa razão, a identificação das capacidades visadas é essencial na *engenharia* de formação.

CATEGORIA

- ▀ Quadro de pensamento/de discurso que permite aos sujeitos identificar, distinguir e classificar as entidades do mundo.

As categorias são os *quadros* da atividade de *identificação*.

Na abordagem da atividade, as categorias permitem, entre outros, passar do contínuo dos *fluxos de atividade* para o discreto do seu recorte.

CAUSA

- ▀ Representação/enunciado de uma ligação de determinação, de dependência necessária de ocorrência entre vários existentes.

Apresenta as características de uma ligação necessária entre vários entes.

Constitui um *quadro* frequente da atividade de análise e, mais amplamente, da atividade de pensamento tanto nas ciências como na vida cotidiana.

A noção de causa estrutura as culturas científicas da *explicação*.

Está presente também no pensamento mítico: nesse nível, pensamento científico e pensamento mítico podem ter funções semelhantes: “Entre o mundo mítico e o mundo da ciência, existe semelhança de funcionamento. Ambos são o mundo das causas, subjacente, ou melhor, misturado ao mundo dos efeitos sensíveis”.²³

CIRCUNSTÂNCIAS

- Fluxos de atividades identificados pelos sujeitos como ocorrendo independentemente da sua ação e considerados como tendo uma incidência sobre ela.

“Qualquer curso de ação depende essencialmente das suas circunstâncias sociais e materiais. Em vez de tentar retirar a ação das suas circunstâncias e representá-la como um plano racional, é melhor estudar como as pessoas utilizam as suas circunstâncias para efetuar uma ação inteligente”.²⁴

CLASSES DE ATIVIDADES

- Conjunto de atividades às quais são atribuídas uma ou várias características comuns.

A referência a classes de atividades desempenha um papel essencial na definição das *capacidades*.

23. L. Lévy-Bruhl, “Le réel et le mental”, 1935, p. 467.

24. L. Suchman, *Plans and situated actions: the problem of human-machine communication*, 1987, p. 50.

COMPETÊNCIA

- ❶ Propriedade conferida a sujeitos individuais e/ou coletivos mediante atribuição de características construídas por inferência a partir do seu envolvimento nas atividades situadas, finalizadas, que dão lugar à atribuição de valor.

A noção de competência tende a se desenvolver em contextos educativos e em contextos sociais que ligam a construção das atividades à construção dos sujeitos. É o caso das “novas formas da formação” (exemplo: formação integrada no trabalho, formação-produção, formação-ação, inserção pela economia, organização de qualificação ou aprendizagem, etc.), mas também, de um modo mais geral, daquilo que se convencionou chamar de “lógica competência”. Ela permite designar sob um mesmo vocábulo um “componente” identitário que seria ao mesmo tempo produzido por e investido na atividade, e reconhecido como tal.

As competências desempenham um papel central na rede semântica que caracteriza as culturas correspondentes: culturas do desenvolvimento de competências, culturas da profissionalização, culturas do acompanhamento, por exemplo.

As competências são construídas. Elas não têm o caráter de entidades psicológicas e sociais que seria possível reconhecer ou identificar; elas próprias são construções mentais e discursivas produzidas no quadro de interações entre sujeitos. Não existe competência que não seja dita, representada ou comunicada por sujeitos sobre outros sujeitos ou sobre eles mesmos.

No entanto, essas construções são objeto de um processo de *naturalização* tanto na linguagem erudita como na linguagem social: pensa-se que as competências existem e fala-se, em particular, de mobilização das competências. Querer produzir saberes científicos diretos sobre as competências faz parte desse processo de naturalização. Isso confunde *léxico da ação* e *léxico da inteligibilidade* das ações. Na pesquisa com intenção científica, pelo contrário, é possível tomar como objeto as construções representacionais e discursivas observáveis a propósito das competências: “sentimento” de competência, definições de competên-

cias, etc. Se, em nossa opinião, não é possível dar definições científicas das competências, é, no entanto, possível dar definições com intenção científica das definições sociais das competências.

Essas construções se realizam por *inferência* a partir do envolvimento dos sujeitos em causa nas atividades situadas. Aqui se encontra a grande diferença com a noção de *capacidades*: enquanto as capacidades são construídas em previsão do futuro por abstração e identificação de invariantes em relação a uma determinada classe de atividades, as competências são inferidas para o presente a partir de ações singulares e situadas. Assim, as competências tomam todas as características atribuídas às atividades situadas; elas são singulares e consideram a singularidade das ações, elas são conceitualizadas e consideram a especificidade e o caráter evolutivo dos contextos, elas são finalizadas e consideram as finalizações das ações. A expressão “saber-fazer” é uma expressão bastante correta para considerar essas diferentes características.

As ações a partir das quais as competências são construídas são ações avaliadas em função das suas finalizações, bem-sucedidas ou não. Não existe competência sem referência a uma ação eficaz, sem juízo de valor ou de utilidade sobre a ação a partir da qual se opera essa inferência. A competência é uma avaliação do sujeito inferida a partir de uma avaliação da ação. Como discurso, ela é uma *qualificação*. A competência é objeto de uma indexação axiológica, positiva ou negativa, que vem diretamente da ação a partir da qual ela é inferida. A competência é inferida a partir de um *desempenho*.

A inferência que permite as suas construções é uma inferência causal. Essa inferência permite fazer aparecer a competência como explicação da ação e atribuí-la ao sujeito que está envolvido. As competências são propriedades conferidas a sujeitos individuais ou coletivos na sequência de inferências e imputações causais. É a partir da observação de atividades situadas, finalizadas e contingentes, iniciadas por esses sujeitos, que é construída a ideia de características suscetíveis de lhes serem atribuídas para salientar essas atividades.

Essa inferência pode envolver um sujeito individual ou coletivo. Muitas ações pressupõem, para atingir as suas metas, uma *coordenação* ou uma *coação* entre vários sujeitos individuais. É o caso, em particular, das novas organizações industriais ou produtivas que se referem à lógica de projeto como modo de gerenciamento. Assim, fala-se de competências coletivas. As competências coletivas pressupõem a experiência de *interações*, de comunicações, de intercompreensões, de partilhas de sentidos entre sujeitos individuais.

As competências são frequentemente descritas em termos de mobilização de combinações ou de combinações de recursos. Essa característica resulta diretamente do seu modo de construção por inferência a partir de ações situadas. Significativamente, em 1998, durante as jornadas internacionais de formação em Deauville, a organização patronal francesa Medef (Mouvement des Entreprises de France [Movimento das Empresas da França]) apresentou a competência como “uma combinação de conhecimentos, saber-fazer, experiências e comportamentos que se exercem em um contexto específico. Ela é observada durante a sua execução a partir da qual ela é validável”. As definições sociais mais recentes tendem a adicionar uma referência à mobilização de recursos externos. A atribuição de qualidade se efetua aos sujeitos, mas também, ao mesmo tempo, ao ambiente físico (material) ou social (rede) que se encontra mobilizado durante ações situadas. A noção social de competência pode, portanto, designar tanto recursos “internos” como recursos “externos”. Nesse sentido, fala-se de ambiente inteligente.

COMPONENTE

- Entidade que entra em um conjunto de entidades que podem ser consideradas correlacionadas.

COMPORTAMENTO

- Atividade situada associada a um sujeito e suscetível de dar lugar à observação, documentação, produção de informações.

Se não for necessariamente manifesto em todos os casos, o comportamento é “documentável” por um outro sujeito com vista à sua “objetivação”. Desse ponto de vista, ele é a unidade de base das psicologias que visam à “objetividade”, mas que podem ser consideradas como produzindo apenas a *objetivação*.

COMPREENSÃO

● Construção mental, em situação, referente às relações entre vários entes.

Etimologicamente, “compreender” significa “entender juntos”.

As atividades de compreensão são predominantemente mentais: elas têm como resultado uma representação de uma relação entre várias entidades do mundo resultando em *reconhecimento*.

Elas implicam a intervenção de construções mentais anteriores sobre esse tipo de relações que elas podem ajudar a transformar.

Às atividades de compreensão no plano mental correspondem no plano discursivo as atividades de *análise* e de *inteligibilidade*.

COMUNICAÇÃO

● Acoplamento entre atividades de oferta de significações por parte de um sujeito que comunica e atividades de construção de sentido por parte de um sujeito destinatário.

Na linguagem contemporânea, a noção de comunicação é objeto de valorizações/desvalorizações relacionadas com o lugar que essa atividade ocupa no estabelecimento das relações entre os sujeitos.

A comunicação funciona como uma combinação, um acoplamento entre *oferta de significações* com intenção ou com efeito de influência por parte do sujeito que comunica e *construção de sentido* nos sujeitos destinatários da comunicação. Ela é uma mobilização inédita de signos com uma intenção de influência.

As entidades características do espaço das atividades de comunicação são os *signos*, que não se limitam a signos discursivos. Os signos as-

sociam objetos do mundo aos quais se referem, significantes que se referem a eles e sujeitos que os interpretam. Comunicar é fazer sinal a alguém de algo.

Do lado do sujeito que comunica, as comunicações podem ser descritas como *reconstruções de significações* com intenção e efeito de reconstrução de sentido nos destinatários. Elas têm um alvo de influência no ambiente social dos sujeitos. Para Émile Benveniste, “é preciso entender o discurso na sua mais ampla extensão: qualquer enunciado que pressupõe um falante e um ouvinte, e, no primeiro, a intenção de influenciar o outro de todo jeito”.²⁵

Do lado do sujeito destinatário, o trabalho de reconstrução de sentido se realiza segundo uma lógica específica, própria desse sujeito destinatário e que se refere à sua história: “eu acredito”, indicava Soulages em 2007, “que eu pinto para que quem olhe para ela (a pintura), eu ou qualquer outra pessoa, possa se encontrar, diante dela, sozinho consigo mesmo”. A comunicação afeta aquelas e aqueles a quem ela é destinada; é de sua natureza mudá-los. Por exemplo, a música pode ser considerada como uma atividade de comunicação que tem por efeito interferir no *ritmo de atividade* dos sujeitos a quem ela é destinada ou para quem é produzida.

A uma oferta de significações a outro corresponde também, ao mesmo tempo, uma *apresentação de si*. As atividades de reconstrução de significações correspondem à reconstrução de si oferecida a outrem.

COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

- ❶ Comunicação de um sujeito relacionada à sua própria atividade ou à sua experiência elaborada.

A comunicação da experiência pode ser descrita como “o que eu digo do que me acontece” ou, ainda, “o que eu digo disso que eu faço do que me acontece”. Na vida profissional, fala-se frequentemente de partilha

25. É. Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, 1966, p. 241.

de experiência, expressão que vem muitas vezes de um léxico da ação, de uma linguagem mobilizadora.

“Comunicação” deve ser entendida no sentido amplo: trata-se de tudo o que é mostrado, contado, proposto por um sujeito sobre a sua própria experiência em uma interação. A comunicação de experiência não é, portanto, puramente discursiva: ela própria pode consistir em atividades de transformação do mundo que dão lugar à ostentação, como quando se trata de “dar o exemplo”. Portanto, trata-se de todas as formas de linguagem.

Quando a comunicação de experiência se realiza de modo dominante pela linguagem, ela pode assumir, entre outras, duas formas: a *narracão*, o relatório ou o relato; e o discurso formalizado de “transmissão” de experiência.

A comunicação de experiência envolve a relação que o sujeito mantém com outros sujeitos na ação de comunicação, em particular as percepções recíprocas de papéis. É nesse sentido que os conteúdos da comunicação devem ser apreciados.

A comunicação implica obrigatoriamente, de forma associada, um trabalho de (re)construção mental: estar em situação de comunicação de experiência leva, na realidade, o locutor a desenvolver um trabalho de elaboração da sua experiência, que muitas vezes ele apenas iniciou. Isso explica por que a maior parte dos métodos de formação e de desenvolvimento que colocam o ordinário, o cotidiano, o vivido no centro da sua abordagem utiliza, na verdade, a verbalização oral e escrita dessa experiência como via de desenvolvimento da elaboração de experiência.

De um modo geral, a comunicação de experiência passa por quadros sociais, gramáticas, convenções e regras sociais, códigos de linguagem e, mais amplamente, semióticos, o que tem uma influência considerável sobre os quadros mentais individuais e coletivos da *elaboração da experiência*. A comunicação de experiência leva os sujeitos que são destinatários a fazer um trabalho de reconstrução das suas organizações mentais que pode ser assimilado a negociações de *sentido*, ou seja, a um trabalho de subjetivação a partir desses quadros sociais.

Enfim, a comunicação de experiência contribui de modo determinante para a afirmação do *eu* (“identidade narrativa” de Ricoeur), ou melhor, dos *eu*, se quisermos considerar a multiplicidade dos espaços de enunciação em que se encontram os mesmos sujeitos.

COMUNICAÇÃO PARA SI

- Oferta de significação destinada por um sujeito a si mesmo, suscetível de ter uma influência em si.

O campo das atividades de comunicação para si é extremamente amplo: fala-se, em particular, de discurso interior, de monólogo interior, de linguagem egocêntrica. Nesses diferentes casos, a autodestinação é uma destinação explícita.

Mas existem também muitas situações, em particular de apresentação de si, em que a palavra é pluridestinada. Socialmente destinada a outrem, ela é, na verdade, destinada essencialmente a si, desempenhando funções, por exemplo, de resseguro, de autossugestão, etc.

Na análise das atividades, a conversa com a sócia, frequentemente utilizada, é na realidade uma situação que funciona como uma comunicação para si em presença de outrem. É também o que diz Pierre Vermersch da entrevista de explicitação.

O caráter tanto social como pessoal dos mecanismos de comunicação para si e de autodestinação foi descrito com muita sutileza por La Rochefoucauld: “Nós, homens tão acostumados a nos disfarçarmos para os outros que por fim nos disfarçamos para nós mesmos”.²⁶

CONCEITO

- Enunciado convencionalmente associado a construções mentais que ligam um conjunto de objetos de pensamento.

No sentido clássico, o conceito é uma representação do que é comum a vários objetos de pensamento.

26. F. La Rochefoucauld, *Maximes*, 119, 1869.

A um conceito é geralmente associada uma palavra. Para William James, “as palavras só podem ser os nomes dos conceitos”.²⁷ Um conceito é uma estabilização provisória de uma ligação entre uma construção discursiva e uma construção mental.

CONCEITO MOBILIZADOR

- Enunciado associado a uma representação finalizante, atributiva de valor, ligada a afetos suscetíveis de contribuir para o envolvimento dos sujeitos na ação.

CONCEITUALIZAÇÃO

- Construção mental e/ou discursiva relativa a um conjunto de objetos de pensamento.

Ao contrário das representações dominantes que assimilam conceito e teoria, a construção de muitas conceitualizações-em-ato não é consciente aos olhos dos sujeitos. É o caso de muitas entradas neste vocabulário.

CONDUÇÃO (gestão da ação)

- Construções mentais/afetos que se realizam durante uma ação nos sujeitos envolvidos, relativos às organizações de atividades que a caracterizam, dando-lhes um sentido, e suscetíveis de influenciar seu desempenho.

Essas atividades mentais se diferenciam das organizações de atividades a que se referem na medida em que elas não entram diretamente nos processos específicos de transformação do mundo que constituem estas últimas.

A condução das ações pode ser analisada como uma *dinâmica* de transformação de *representações finalizadas* e de *representações finalizantes* relativas a essas atividades.

27. W. James, *Philosophie de l'expérience*, 2007, p. 195.

A essa dinâmica de transformação das representações da atividade corresponde uma dinâmica de transformação das *representações de si* na atividade nos sujeitos envolvidos e das representações do ambiente dessas atividades.

CONFIGURAÇÃO

- Organização singular de formas regulares.

Todas as atividades humanas, emergentes ou organizadas no âmbito de ações, podem ser analisadas como configurações.

Do ponto de vista do sujeito que conhece, singularidade e regularidade são configurações.

CONHECIMENTO (singular)

- Experiência vivida por um sujeito de uma relação de atividade com uma entidade do mundo, que se torna um objeto para esse sujeito.

É no âmbito de uma atividade singular que uma entidade do mundo é conhecida por um sujeito. Eu conheço apenas agindo ou trabalhando.

É assimétrico: alguém é sujeito de conhecimento e alguém ou algo é objeto de conhecimento.

O objeto de conhecimento deve ter efeitos sobre o sujeito de conhecimento que ele contribui para transformar.

Essa relação de atividade é uma relação de familiaridade: só se conhecem os seres e as coisas tendo uma relação de familiaridade com eles. Para Hegel, “o propósito do conhecimento é despojar o mundo objetivo da sua estranheza e fazer com que nos sintamos mais em casa”.²⁸ E, para William James, “é em fragmentos do mundo muito diversos que as mentes dos diferentes homens se sentem mais em casa”.²⁹

Essa relação é modalizada segundo os tipos de objetos: entidades físicas e sociais, outros sujeitos, *saberes, regras, crenças*, etc.

28. F. Hegel, *Smaller logic*, § 194, 1817.

29. W. James, *Philosophie de l'expérience*, 2007, p. 20.

É também modalizada segundo o tipo de atividade envolvida: sensação, percepção, representação, consciência, etc.

Essa relação é eventualmente posta em representação e/ou em discurso. O sujeito se representa ou se pensa conhecedor.

CONHECIMENTOS (plural)

- Supostos estados, em sujeitos, que correspondem a possibilidades de atividade mental.

Os conhecimentos se constroem na ação. Muitas atividades humanas se organizam sob a forma de ações: elas têm unidades dotadas de função, de sentido e/ou de significações pelos sujeitos envolvidos. Elas são acompanhadas por atividades mentais relativas ao seu próprio desenvolvimento. Essas atividades mentais tratam tanto dos entes (*representações finalizadas*) quanto das intenções (*representações finalizantes*). No caso das atividades mentais que envolvem entes, elas podem consistir, por exemplo, em atividades de reconhecimento, de compreensão, de interpretação. Essas atividades têm como característica comum pressupor a intervenção de traços de construções mentais anteriores. O que é socialmente designado como *conhecimentos* (no plural) adquiridos depende da ativação dos traços dessas construções mentais anteriores.

Os conhecimentos são *possibilidades de atividade* mental. Eles se diferenciam, desse ponto de vista, dos *saberes*, dos quais eles aparecem como os complementos obrigatórios nas culturas do ensino e, de um modo mais geral, nas culturas de transmissão. Eles apresentam as características inversas: são variáveis de um indivíduo a outro, não são dissociáveis dos sujeitos que são suportes ou detentores supostos, não podem ser acumulados e conservados no sentido estrito, mas podem ser integrados e ativados em situação de ação e, por essa razão, descritos em termos de detenção e de posse. Em resumo, ao contrário das confusões e assimilações rápidas feitas entre saberes e conhecimentos, estes constituem uma entidade muito diferente dos saberes-enunciados, dos quais eles devem ser a interiorização.

Os conhecimentos se transformam na ação. Quando se trata das categorias mentais investidas nas atividades de reconhecimento, eles se transformam na abertura de ações de percepção. Quando se trata das categorias mentais investidas na compreensão ou na interpretação, eles se transformam durante a abertura de ações específicas chamadas de “inqueritos” por Dewey, na tradição pragmática de Peirce; os inqueritos consistem em passar de uma situação indeterminada aos olhos dos sujeitos para uma situação determinada. Durante essa fase, ocorre uma reconstrução dos seus quadros mentais, apreciada como uma aprendizagem interpretativa. Embora a construção de conhecimentos possa ser descrita às vezes em termos de investigação no sentido amplo (estar em investigação), ela não pode, em caso algum, ser assimilada a uma atividade social de investigação propriamente dita. Ela pertence ao mundo da construção dos sujeitos; no conjunto das aprendizagens, ela descreve mais as aprendizagens cognitivas.

Os conhecimentos se inscrevem, de modo mais geral, na história e na dinâmica dos sujeitos supostos de serem os seus suportes. Eles constituem, em particular, a condição prévia e o ambiente das operações de construção de sentidos que se operam nos destinatários da comunicação e deles são o resultado. Eles são reinvestidos nas novas atividades mentais que acompanham as atividades.

Eles são tanto representações do mundo quanto autorrepresentações de si que representam o mundo. Essas implicações identitárias têm uma importância essencial; elas são suscetíveis de explicar, em particular, os fenômenos de relações de sentido que podem ser observados entre sujeitos e conhecimentos (relação com o saber), os fenômenos de identificação das pessoas com os saberes que devem ser constitutivos da disciplina acadêmica ou profissional a que “pertencem”; elas explicam também os fenômenos de hierarquização social dos indivíduos ou de grupos em correspondência com a hierarquia social dos saberes que devem ser apropriados.

Os conhecimentos podem ser inferidos a partir da observação de enunciações ou de restituição de enunciados. A prova da posse de supostos

conhecimentos é considerada como trazida a partir do momento em que os sujeitos que devem possuí-los estejam em condições de efetuar enunciações que tornam públicas essas representações. Isso explica o poder, nos sistemas de ensino, das avaliações baseadas essencialmente nos enunciados escritos ou orais. Os mesmos sistemas de ensino impuseram também, durante muito tempo, as noções de exame ou de controle dos conhecimentos, mais em conformidade com o léxico desses sistemas do que a noção de avaliação. É também, provavelmente, a razão pela qual falamos de “conhecimentos declarativos”.

CONJUNÇÃO DE ATIVIDADES

- Estabelecimento por um sujeito de uma relação entre atividades.

CONSCIÊNCIA

- Conjunção estabelecida por um sujeito entre a representação que ele faz da sua atividade e a representação que ele faz de si mesmo como sujeito dessa atividade.

Essa ligação é destinada pelo sujeito para si mesmo e é ordenada à atividade que ele exerce sobre a sua própria atividade (agir sobre si).

A consciência é uma atividade; não é necessariamente uma ação que dá lugar, enquanto tal, à organização.

É uma atividade que ocorre: para Wallon, “a consciência é na vida psíquica apenas um momento muito fugaz e muito particular, é fora dela que a nossa atividade se desenvolve de maneira quase inteira”.³⁰

É uma atividade que relaciona.

As atividades relacionadas são, por um lado, construções que um sujeito realiza em torno de si e, por outro lado, construções que ele realiza em torno das suas atividades e do seu ambiente físico e social. Ela opera em um duplo sentido: a atividade e o sujeito da atividade.

30. H. Wallon, “La conscience et la vie subconsciente”, 1942, p. 6.

Para James, “a consciência é sempre consciência de uma ação”.³¹ Para Vygotski, ela é “a experiência vivida das experiências vividas”.³²

A noção de consciência está diretamente relacionada com o eu, construção mental que o sujeito opera sobre si na continuidade da sua atividade. Para Erik Erikson, “abordada sob o seu aspecto subjetivo, a identidade do eu é a percepção do fato de que existe uma semelhança consigo e uma continuidade até nos processos de síntese do eu, o que constitui o estilo de individualidade de uma pessoa, e que esse estilo coincide com a semelhança e a continuidade que fazem com que uma pessoa seja significativa para outras, elas próprias significativas, na comunidade imediata”.³³

CONSELHO

- Ação ordenada em torno de uma intervenção sobre as deliberações de ação de outros sujeitos.

CONSTRUÇÃO MENTAL

- Ação de um sujeito que tem como produto a transformação das suas próprias representações por ligação com outras representações.

Nessas construções mentais, é possível distinguir entre ações de pensamento, ordenadas em torno de transformações do mundo, e ações de produção imaginária, ordenadas em torno da ocorrência de afetos, emoções, sentimentos. Para Leonardo da Vinci, “pittura è cosa mentale”.

As construções mentais são ações, o seu produto pode ser novamente o meio de outras construções mentais; elas estão disponíveis como representações-vestígios dessas construções.

31. W. James, *Précis de psychologie*, 1921, p. 572 et seq.

32. L. S. Vygotski, *Le problème de la conscience dans la psychologie du comportement*, 1994.

33. E. Erikson, *Adolescence et crise. La quête d'identité*, 1972, pp. 48-49.

CONSTRUÇÕES DE SENTIDOS

- Atividades mentais/afetos que ocorrem em/para um determinado sujeito durante a criação de ligações entre construções mentais/afetos que acompanham a atividade em andamento e construções mentais/afetos que acompanhem as atividades anteriores. Essas atividades são destinadas pelo sujeito para si e têm incidência sobre a sua atividade posterior; elas são ordenadas a envolvimento de ações.

As atividades de construção de sentidos são atividades de ligação mental entre representações ocorridas durante uma atividade passada e representações ocorrendo durante uma atividade em andamento. Conforme o caso, fala-se de atividades de evocação, de reflexão, de tomada de consciência, de deliberação, de condução, etc. Em todos os casos, trata-se de representações para si e de um trabalho do sujeito para si. São também constituídas por *afetos* que acompanham as atividades relacionadas e a própria relação. Esses afetos envolvem tanto as representações relativas às atividades como as representações relativas aos sujeitos nas atividades (*afetos identitários*). A relação entre experiências, muitas vezes, conduz a novos *afetos* ou novas *emoções*, que podem ter efeitos sobre o desencadeamento de novas atividades.

Relacionam representações prévias do indivíduo, que constrói o sentido e novas representações. Para designar essas representações prévias, alguns autores³⁴ usaram por vezes a noção de ambiente cognitivo. Embora a presença dos afetos não seja salientada, a questão é precisamente saber como se constitui esse ambiente cognitivo: nem todas as representações são ativadas durante cada atividade de construção de sentidos. A constituição do ambiente cognitivo depende de variáveis da história individual, mas também de novas representações ligadas às experiências em andamento. As atividades de construção de sentidos levantam a questão das referências e dos espaços de referência em função dos quais elas se realizam: tal ato, tal objeto, tal enunciado pode fazer sentido em relação a um ou vários espaços de referência. Pode-se falar, então, de cargas ou de sobrecargas de sentido.

34. D. Sperber e D. Wilson, *La pertinence. Communication et cognition*, 1989.

Essas atividades funcionam como atividades atributivas de valor (*a priori* ou *a posteriori*). As construções de sentidos mobilizam, em particular, nas experiências anteriores, *representações finalizantes*, isto é, representações do que o sujeito considera como desejável para si próprio. É por isso que a questão do sentido não está diretamente ligada à questão do erro, mas mais à questão da *racionalidade* ou da *irracionalidade*, ou seja, das relações percebidas com os fins. De fato, fala-se de irracionalidade apenas quando não se percebe o sentido tomado por um sujeito no seu próprio comportamento. Nesse aspecto da vida mental, não existem erros propriamente ditos, mas “outros sentidos”.

Essas relações entre experiências diferentes de atividade são acompanhadas de relações de experiências de representações identitárias correspondentes. Elas podem se traduzir, por exemplo, em situações de confirmação identitária ou de desfasamento, que têm uma grande importância.

CONTEÚDO

- Unidade identificável dentro de uma atividade.

“O conteúdo é o que está dentro de outra coisa”.³⁵

A análise de conteúdo não trata de uma ação de comunicação como tal, mas dos *componentes* das ofertas de significações feitas durante essa ação.

CONTEXTO

- Conjunto das transformações em andamento suscetíveis de afetar a atividade de um sujeito.

CONTINENTE

- Atividade que organiza outra atividade.

35. A. Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, 2002, p. 180.

CONTROLE

- Atividade que produz informações sobre outras atividades.

O controle constitui geralmente a condição prévia para outras ações.

COOPERAÇÃO

- Modo de interatividade caracterizado pela intervenção de vários sujeitos no âmbito de ações que apresentam uma unidade de função.

CRIAÇÃO

- Transformação única, singular e simultânea de um sujeito, da sua atividade e do produto da sua atividade.

A criação não imita nada, não reproduz nada; o que ela produz não existia anteriormente para os sujeitos em atividade.

Afeta, ao mesmo tempo, sujeito, atividade, obra.

É um momento intenso de transformação: “o grão de areia que se coloca na ostra, que o engloba para se defender, e se torna uma pérola. A criação é essa dor” (Michel Polnareff).

CRISE

- Experimentada pelos sujeitos de uma transformação imposta nas suas organizações de atividades.

Para Gramsci, há crise quando o velho mundo não quer morrer e o novo mundo não pode nascer.

CRITÉRIO

- Especificação, própria às atividades de avaliação, dos objetivos que constituem o referente dessas avaliações (representações finalizantes) de modo a permitir a relação com o referido dessas avaliações (representações finalizadas).

CULTURA

- Conjunto das atividades próprias ou produtos de atividades próprias com os quais se identifica ou pelos quais é identificado um grupo humano, nas suas relações com outros grupos humanos.

Para Claude Lévi-Strauss, “qualquer civilização humana, por mais humilde que seja, se apresenta sob dois aspectos principais; por um lado, ela está no universo, por outro lado, ela própria é um universo”.

CULTURA DE AÇÃO

- Modo evolutivo, e compartilhado por vários sujeitos, de organização das construções de sentido a partir de, sobre e para as atividades em que eles estão envolvidos; essas construções podem dar lugar à comunicação no âmbito de interações com os outros.

Exemplos: culturas de ação profissional, culturas de ação educativa, culturas de gerenciamento, culturas de ação terapêutica, culturas de ação científica, culturas de ação social.

As culturas de ação são *modos*, isto é, regularidades observáveis em organizações de atividades. Elas são construídas pela análise: é uma *inferência* operada a partir da identificação de invariantes nas construções mentais que acompanham as organizações de atividades e que, entre outros, as ordenam em unidades de sentidos. E. Panofski fala de “hábito mental”;³⁶ F. Jullien, de “dobras da razão”.³⁷ Elas são, muitas vezes, inconscientes ou, melhor, impensadas; são impensados de pensamento.

As culturas de ação são compartilhadas. “Compartilhado” não quer dizer “coletivo”. Culturas de ação semelhantes podem estar presentes em sujeitos muito dispersos. Podemos pensar, por exemplo, nas grandes coerências identificáveis através do espaço e do tempo no pensamento chinês e no pensamento europeu.

36. E. Panofski, *Architecture gothique et pensée scolastique*, 1967.

37. F. Jullien, *Le nu impossible*, 2000/2005.

São levadas pelos sujeitos. As culturas de ação não são “obras” da atividade humana. As obras são, às vezes, consideradas como manifestações da cultura, enquanto esta é apenas uma inferência a partir delas. As culturas de ação, por sua vez, são o que se supõe estar presente nos sujeitos humanos que realizam as ações.

São evolutivas. As culturas de ação, mesmo que constituam seguramente estabilizações provisórias ou mais duradouras de processos, são produzidas por atividades e contribuem para a produção de atividades. Culturas e aprendizagens estão, de fato, muito ligadas, se se dá à noção de *aprendizagem* o sentido de transformação de um hábito de atividade. O termo “cultura” deriva da palavra latina *colere*, que significa “desenvolver”, e está, muitas vezes, ligado ao termo “educação”, no sentido amplo.

As culturas de ação organizam as construções de sentido a partir de, sobre e para as atividades em que os sujeitos estão envolvidos. Elas podem ser definidas como os modos segundo os quais se organizam essas atividades de construção de sentido. Esse caráter se manifesta especialmente durante fenômenos de aculturação, que foram descritos como processos de reinterpretação, ou seja, processos pelos quais as antigas significações são atribuídas a elementos novos ou pelos quais novos valores mudam a significação cultural de formas antigas. As culturas de ação podem dar lugar à comunicação no âmbito de interações com outros sujeitos ou grupos de sujeitos. A palavra “cultura”, no seu uso social mais frequente (o domínio da cultura), surge em situações de interações durante as quais se manifesta um desafio específico de comunicação a outrem, através de diferentes canais de expressão, construções de sentidos operadas por sujeitos ou grupos de sujeitos. “Comunicação” não significa “partilha” entre comunicadores: observam-se eventualmente fenômenos de incompreensão relativa e até relações de força entre culturas de ação.

CULTURA DE ATIVIDADE

- Modo evolutivo e compartilhado de organização de atividades.

As atividades que não dão necessariamente lugar ao desenvolvimento de construções de sentidos podem ter os mesmos caracteres de regularidades, de partilha e de evolução que as culturas de ação em um grupo. É o caso dos usos e costumes, maneiras de falar (exemplo: sotaque) ou de agir.

DECISÃO

- Ruptura de indiferença entre vários envolvimento de ação.

DEFINIÇÃO

- Enunciado relativo às significações convencionalmente ligadas a uma palavra ou a um signo em um determinado campo lexical.

A definição é um enunciado propositivo que liga conceitos supostamente conhecidos pelos destinatários de uma comunicação e suscetível de ter uma influência nas suas atividades de reconhecimento ou de compreensão.

DELIBERAÇÃO

- Comunicação autodestinada suscetível de produzir transformações de sentidos relativas ao envolvimento dos sujeitos individuais e coletivos nas ações.

A deliberação incide, em especial, sobre o envolvimento na ação: para Vincent Descombes, deliberar é “se perguntar como fazer algo quando parece que é uma boa ideia fazê-lo e, ao mesmo tempo, se perguntar se é realmente uma boa ideia fazer essa alguma coisa”.³⁸

DESAFIOS

- Antecipações de um sujeito individual ou coletivo que afetam uma evolução possível dos seus territórios de atividades e experiências similares.

38. V. Descombes, *Le raisonnement de l'ours*, 26, 1998.

DESEJO

- Experimento (no sentido de vivência, de algo que se experimenta) ligado, para um determinado sujeito, a uma tendência de atividade orientada para um objeto e/ou um sujeito singular.

O desejo é um experimento: “O desejo é o apetite com consciência de si”.³⁹

O desejo está, muitas vezes, ligado a um experimento anterior de prazer, projetado na continuidade da atividade. Para Paul Ricoeur: “O prazer imaginado se chama desejo”.⁴⁰

Está ligado aos desafios de continuidade dessa atividade; mais uma vez, para Spinoza: “O desejo não é falta, mas afirmação e conservação de si”.⁴¹

Influencia a avaliação e a qualificação do objeto desejado: “por outro lado, não desejamos uma coisa porque ela é boa, mas a consideramos boa porque a desejamos”.⁴²

Existem tantas espécies de desejo quanto existem espécies de afetos; ainda segundo Spinoza: “Há tantas espécies de desejo quanto há espécies de objetos que nos afetam”.⁴³

DESEMPENHO

- Processo singular e específico de transformação do mundo que constitui uma atividade.

As funções de desempenho correspondem aos fenômenos que entram diretamente na realização das ações.

Correspondem ao “fazer” dos participantes de uma ação ou dos prestadores solicitados.

39. B. Spinoza, *Éthique*, III, 1677.

40. P. Ricoeur, *Philosophie de la volonté I*, 1960.

41. B. Spinoza, *Éthique*, III, 1677.

42. *Ibidem*, IV.

43. *Ibidem*, III.

No caso das intervenções educativas, trata-se de todas as atividades que participam diretamente ou são suscetíveis de participar diretamente na ocorrência de aprendizagens.

A noção de desempenho pode substituir, em alguns casos, a noção de realização, que apresenta o inconveniente de pressupor construções mentais antecipadoras relativas a essa ação, o que é sempre o reflexo de culturas de pensamento ocidentais.

DESENVOLVIMENTO

- Transformação valorizada que afeta o conjunto da atividade de um mesmo sujeito, individual e/ou coletivo.

Embora a *aprendizagem* deva ser relacionada com a identificação de *atividades* precisas, e possa ser definida como uma transformação valorizada de *hábitos de atividade*, o desenvolvimento deve ser relacionado com o conjunto da *atividade* de um sujeito e pode ser definido como uma transformação valorizada que afeta o conjunto dessa atividade.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

- Organizações de atividades ordenadas ao mesmo tempo em torno de uma transformação de atividades e de uma transformação dos sujeitos envolvidos nessas atividades.

As ações de desenvolvimento das competências não se diferenciam das ações de profissionalização ou das ações de acompanhamento; a sua designação depende apenas do seu contexto de ocorrência. A *profissionalização* é entendida socialmente como uma intenção de transformação contínua de competências em um contexto de transformação contínua de atividades profissionais; ela pode ser definida como ordenada em torno de uma dupla intenção: de produção de bens e/ou de serviços e de transformação dos sujeitos envolvidos nessa produção. As *ações de acompanhamento* são atividades de sujeitos que se adicionam à atividade em andamento de outros sujeitos, com vista

a otimizar, ao mesmo tempo, a atividade em que estes últimos estão envolvidos e a sua própria transformação como sujeitos.

Essas ações ocorrem em contextos educativos e, de modo mais geral, em contextos sociais que ligam a construção das atividades à construção dos sujeitos. É o caso, evidentemente, daquilo que se convencionou chamar de novas formas da formação (formação integrada no trabalho, formação-produção, formação-ação, inserção pela economia, organização de qualificação ou aprendizagem, autoanálise do trabalho, análise das práticas, escrita sobre as atividades, engenharia das práticas, produção de ferramentas personalizadas, etc.). Essa intenção passa, na maior parte das vezes, pela implementação de dispositivos integrados no trabalho e na produção, que acompanham a atividade em situação, que se baseiam no fato de colocar em representação ou em discurso, individual e/ou coletivamente, essa atividade pelos sujeitos nela envolvidos. Disso se espera o desenvolvimento de competências de gestão e de retórica da ação.

Essas organizações de atividades são habitualmente acompanhadas de uma *cultura de ação* específica cuja *hipótese* central é a de que é possível transformar de forma conjunta as atividades e os sujeitos nas atividades: o ator e a ação, o operador e a operação, o praticante e a prática, o trabalhador e o trabalho. A referência principal dessa cultura é a noção de *competência*, que não serve para designar a referência (como é na cultura da formação) mas o próprio objeto da intervenção educativa. A figura emblemática é a do *acompanhante*: padrinho, tutor, homem-projeto, etc. O público-alvo, por sua vez, é considerado principalmente em referência à sua implicação na “ação real”: profissional, operador, ator social. As relações com o ambiente são também consideradas em termos de *transformação conjunta* da ação e do ambiente de ação, enquanto o motor da mudança é representado pelo aparecimento de práticas de gestão combinada com operações anteriormente dissociadas, o que explica a presença, nessa cultura, da temática das recomposições de atividade, das competências complexas, das competências cognitivas e das policompetências. Essa *cultura de ação* é acompanhada, muitas vezes, de uma cultura de pensamento construtivista.

As culturas do desenvolvimento de competências refletem modelos de trabalho e de produção “levados” pela jusante e que se inscrevem em uma economia de “serviços”. Elas recorrem a registros terminológicos que privilegiam a designação dos sujeitos humanos em relação com o seu envolvimento na ação e, particularmente, a noção própria de “sujeito”, no sentido de *sujeito* da sua ação.

DETERMINAÇÃO DOS OBJETIVOS DE UMA AÇÃO

- Atividade que produz especificamente representações e/ou imagens antecipadoras e finalizantes, atributivas de valor *a priori*, relativas às transformações de estado esperadas do objeto-alvo da intervenção que constitui essa ação.

O que caracteriza a lógica de funcionamento das atividades de determinação dos objetivos de uma ação, que se diferencia da sua lógica de desenvolvimento, eminentemente variável, é que elas produzem uma representação e/ou imagem antecipadora e finalizante do *estado* suposto do objeto sobre o qual incide a intervenção, no termo imediato dessa intervenção.

Para produzir essa representação/imagem atributiva de valor antecipador, suscetível de dinamizar a intervenção, essas atividades comportam um processo iterativo entre, por um lado, uma evocação da transformação da situação esperada para além dessa intervenção e que provoca o seu recurso (desejos de produção de mudanças, objetivos *para* a ação) e, por outro lado, uma identificação do estado inicial do objeto preciso dessa intervenção (situação de partida, perfil inicial).

Durante esse processo iterativo, estabelecem-se *relações* entre sujeitos que têm uma grande incidência no seu desenvolvimento (escolhas de objetivos para a ação privilegiadas, escolhas de representações/imagens do perfil inicial privilegiadas, escolhas de representações/imagens do resultado privilegiadas diferentes conforme o caso).

DINÂMICA

- Construção teórica ordenada em torno de uma inteligibilidade das regularidades observáveis nos processos de transformação das entidades do mundo.

As dinâmicas são ferramentas de análise dos existentes, elas não são existentes, ainda que, algumas vezes, se possa tender a naturalizá-las.

DINÂMICA IDENTITÁRIA

- Construção teórica ordenada em torno de uma inteligibilidade das regularidades observáveis nos processos de transformação dos sujeitos e das suas atividades sobre si.

Na sequência de *afetos de identidade* que emergem durante a atividade, os sujeitos podem desenvolver uma grande diversidade de reações em termos de atividades.

É possível observar algumas regularidades nas configurações de atividades dos sujeitos assim criadas em reação a esses afetos identitários, descritíveis em termos de dinâmicas identitárias.

Essas dinâmicas de identidade são construtos, em particular construtos de pesquisadores, para dar conta dessas configurações; elas não têm qualquer outra realidade; elas não podem, em particular, ser naturalizadas, nem ser atribuídas de forma estável a um sujeito. São ferramentas suscetíveis de permitir o estabelecimento de ligações entre observações que afetam comportamentos variados de sujeitos em um determinado momento da sua trajetória. O que importa não é tanto a sua designação, aliás variável segundo os autores, e eventualmente perigosa socialmente como ferramenta de qualificação dos sujeitos, mas o método de trabalho que os apoia. Esse pode ser enriquecido e conduzir à discussão das configurações identificadas e à identificação de novas configurações.

DIREÇÃO/CONCEPÇÃO DE OBRA

- Atividades que produzem o estabelecimento de representação e discurso da organização das ações.

A direção/concepção de obra de uma ação designa o conjunto das atividades mentais e discursivas relativas à organização singular das atividades que a constituem, os sujeitos envolvidos e as relações com o ambiente. Corresponde, entre outras, às funções de concepção e de arquitetura das ações, em especial quando elas são objeto de autonomização social. Nesse sentido, elas são um componente da engenharia das ações. Elas apresentam as mesmas características, em particular, da dinâmica evolutiva.

Pode-se falar de direção/concepção de obra, mesmo quando essas funções não estão sujeitas a uma autonomização social e quando não são desempenhadas pelos mesmos sujeitos que a função de proprietário da obra e a função de desempenho das ações.

DIRIGIR

- Ação ordenada em torno de uma intervenção sobre o envolvimento da atividade dos sujeitos em uma determinada organização de atividades.

DISCIPLINA

- Conjunto de regras que se impõem à atividade dos sujeitos que se identificam com um campo de atividade.

Todas as disciplinas são, desse ponto de vista, disciplinas de ação. Algumas o são explicitamente: gramática, direito, gênero literário, etc.

DISPOSITIVOS

- Organizações de meios passíveis de suscitar a atividade de sujeitos em referência a objetivos declarados.

Muitas ações pressupõem o envolvimento de atividades de vários tipos de atores, com referência a doações de significações que devem ser comuns.

Em todas essas situações, observa-se o aparecimento e a valorização da noção de dispositivo. Um dispositivo pode ser definido como uma organização de meios implementada por sujeitos, passível de suscitar o envolvimento de atividades de outros sujeitos em referência a objetivos declarados. Agamben chama de dispositivo “tudo o que, de uma forma ou de outra, tem a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”.⁴⁴

Trata-se de meios implementados em referência a objetivos: é certo que os dispositivos têm o *status* de existentes, mas o que lhes dá coerência é a intenção. As organizações de atividades previstas pelos dispositivos não devem ser confundidas com as atividades efetivas.

EDUCAÇÃO

- Ação ordenada em torno da ocorrência, em sujeitos, de aprendizagem, ou seja, transformações valorizadas de hábitos de atividades.

A educação é uma *intenção* declarada, representada ou em ato que ordena atividades: os sujeitos envolvidos em ações educativas podem se representar ou produzir enunciados sobre as transformações que eles desejam operar nos sujeitos-alvo dessa ação; eles não conhecem, no entanto, as transformações que se operam efetivamente e que ultrapassam singularmente os resultados da avaliação. Como todos os sujeitos envolvidos em intervenções sobre a atividade de outrem, eles “não sabem o que eles estão fazendo”.

Como todas as atividades de intervenção sobre a atividade de outrem, a educação ocorre sobre processos já em andamento – neste caso, construções de identidade que já surgiriam, na presença ou na ausência de ações educativas. A educação apenas modifica esses processos.

44. G. Agamben, *Qu'est ce qu'un dispositif?*, 2007.

O discurso que acompanha as ações educativas é um discurso axiológico, cheio de *valores*, que hierarquiza as atividades: aumentar os seus conhecimentos, transformar as suas capacidades, desenvolver as suas competências constituem necessariamente um progresso, individual e/ou social. Por essa razão, as noções de *saberes*, de *capacidades*, de *competências* não podem ser consideradas como conceitos de identificação ou de compreensão de fatos, são antes de mais nada ferramentas de finalização ou de avaliação das ações educativas; são *conceitos mobilizadores* para o envolvimento dos sujeitos nas ações. A retórica educativa tende a ocultar, de fato, os desaparecimentos de atividades que podem ocorrer em sujeitos em curso de escolarização, como o desaparecimento de atividades de expressão em crianças no momento dos primeiros aprendizados escolares, desaparecimentos que poderiam ser avaliados de outro ponto de vista como “perdas”.

A intenção dessas transformações de hábitos de atividades, descrita em termos de aumento de conhecimentos ou de desenvolvimento de capacidades e/ou competências, constitui o espaço de significação dado às ações educativas. Elas permitem a organização de artefatos, de dispositivos que combinam atividades de agentes educativos e atividades dos públicos-alvo e, posteriormente, a sua avaliação. O que habitualmente se designa pedagogia, didática ou engenharia da formação é, em boa parte, a organização de tais *artefatos*.

Pode-se constatar historicamente a presença de pelo menos três grandes tipos de ações educativas, que dão lugar a *culturas de ação* correspondentes: as ações de ensino, as ações de formação, as ações de desenvolvimento de competências.

EFEITOS DE UMA AÇÃO

- Transformações, consecutivas à ocorrência de uma ação, do contexto que a provocou, e transformações dos sujeitos envolvidos no seu desempenho.

EGO

Resultante das ações de representação de si, por si, para si.

O ego é uma construção mental que um sujeito opera por si, sobre si e para si.

É uma representação avaliativa dos seus próprios recursos, do seu poder de agir, das suas *possibilidades de atividades*, de sua agentividade.

A construção do ego e dos seus contornos se realiza na elaboração de experiência, que funciona como uma ação de pensamento que tem por objeto a atividade do sujeito.

O ego se constrói progressivamente: é a *resultante* das ações de *pensamento sobre si* do sujeito, por si e para si. Para Freud, “é necessário admitir que não existe desde o início, no indivíduo, uma unidade comparável ao ego; o ego deve sofrer um desenvolvimento”.⁴⁵

ELABORAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Ação de pensamento de um sujeito sobre a sua própria ação, incrustada na sua atividade e ordenada em torno dela (a partir de, sobre, para).

A elaboração da experiência é a construção por um sujeito, para as suas ações em curso e futuras e a partir de episódios anteriores da sua atividade, de construções mentais, retrospectivas e antecipadoras, relativas a organizações de atividades dotadas por esse mesmo sujeito de unidade de sentidos por estarem ordenadas em torno das suas intenções de transformação do mundo.

A experiência elaborada pode ser descrita como “o que eu faço com o que me acontece”. Para Aldous Huxley, “a experiência não é o que acontece ao indivíduo. É o que faz o indivíduo com o que lhe acontece”.⁴⁶ Ela corresponde sensivelmente à noção alemã de *Erfahrung* ou às noções francesas de “ser interior” ou de “impacto interior”.⁴⁷

45. S. Freud, *Pour introduire le narcissisme*, 1914.

46. A. Huxley, *The doors of perception*, 1954.

47. D. Jodelet, “Place de l’expérience vécue dans les processus de formation des représentations sociales”, 2006.

A elaboração de experiência emerge a partir da *atividade*, mas ela funciona como uma *ação* específica, que se desenvolve a partir de ações específicas. Ela funciona como um ciclo de ação adicional que se acrescenta ao ciclo de ação sobre o qual ela ocorre e mantém como ele uma relação de *incrustação* com a atividade.

Faz parte do registro das construções de *sentidos* que um sujeito opera sobre e a partir da sua própria atividade. Ela surge no âmbito de ações singulares de transformação do mundo físico, mental ou social, abertas por *emoções* específicas e que dão lugar a intenções particulares. Essa ocorrência, na maioria das vezes, se dá em uma situação apreciada pelo sujeito como nova, não conhecida ou não controlada, ou seja, indeterminada, em especial quando rotinas e hábitos já ativados se revelaram inoperantes na situação.

Por isso, a elaboração da experiência pressupõe o *envolvimento* de um sujeito em ações de transformação do mundo nas quais ele se reconhece. Ela pressupõe o desenvolvimento de uma ação de *pensamento*, isto é, de atividades de produção e de transformação de representações, sejam estas relativas ao funcionamento do mundo ou a transformações possíveis e desejadas do mundo.

Ela liga atividades de produção e de transformação de representações a desafios de transformação do mundo, razão pela qual talvez se veja muitas vezes aparecer no campo da elaboração da experiência a noção de problema, de problematização ou de reproblemática. Ela associa explicitamente processos mentais, afetos e aspectos conativos. Ela relaciona, no sujeito, compreensão do mundo e interpretação do mundo, representações do passado, do presente e antecipações do futuro. Ela é uma ação do sujeito para si mesmo. Ela produz o que Schütz chama de esquemas da nossa experiência (*Schemata unserer Erfahrung*)⁴⁸ concebíveis sem o domínio da linguagem.

As relações entre elaboração de experiência e ação são relações recíprocas: para Laing, “a experiência pessoal transforma um determinado

48. A. Schütz, *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*, 1932, p. 109.

campo em um campo de intenção e de ação; a nossa experiência pode ser transformada só pela ação”.⁴⁹

Por fim, a elaboração de experiência contribui de forma decisiva para a constituição daquilo que habitualmente é designado como “eu” (*ipse* em Ricoeur): a definição do eu e dos seus contornos pelos sujeitos não é dissociável da experiência elaborada.

ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE AÇÃO

- Atividade que produz especificamente representações e/ou imagens antecipadoras e finalizantes (atributivas de valor *a priori*) relativas à organização singular de atividades que constitui essa ação.

A lógica de funcionamento das atividades de elaboração de projeto, eventualmente diferente da sua lógica de desenvolvimento, consiste em chegar a representações e/ou imagens antecipadoras e finalizantes da sequência ordenada de atividades que essa ação constituirá. Empiricamente, o projeto se apresenta como uma combinação de objetivos e de meios. Ele atribui um valor antecipado às organizações desejáveis de atividades e é suscetível de dinamizá-las nos sujeitos envolvidos na sua realização.

Elas pressupõem, em particular, um processo iterativo entre, por um lado, os objetivos da ação, especificados sob a forma de prioridades, isto é, hierarquias de importância e/ou de desabilidade, e, por outro lado, uma identificação do contexto funcional da intervenção: restrições e recursos, potencialidades desse contexto.

Durante esse processo iterativo, estabelecem-se relações específicas entre sujeitos em que a experiência que os criadores têm de um campo de atividade em que se inscreve o projeto de ação apresenta uma grande importância.

O produto das atividades de elaboração de projeto pode assumir formas muito diversas: plano, programa, projeto operacional, progressão, sequência, etc.

49. R. D. Laing, *La politique de la famille*, 1969, p. 22.

EMOÇÃO

- ▀ Ruptura/suspensão da atividade em curso/transformação das construções de sentidos que os sujeitos operam em torno da sua própria atividade.

As emoções surgem em contextos de ruptura/suspensão da atividade em curso, quando o sujeito é obrigado a renunciar aos seus “hábitos de atividade”. As linhas que Jean-Paul Sartre⁵⁰ dedica a resumir o seu pensamento sobre as emoções são claras para esse assunto. Assim ele escreve: “Quando os caminhos traçados se tornam muito difíceis ou quando não vemos o caminho, já não podemos permanecer em um mundo tão urgente e tão difícil. Todos os caminhos estão bloqueados, mas é preciso agir”. John Dewey⁵¹ desenvolve a mesma orientação quando baseia o desenvolvimento daquilo que ele chama de *inquérito* (*inquiry*) em uma situação de *indeterminação* que diz respeito tanto à situação (situação indeterminada) como ao sujeito em situação (sujeito indeterminado). A temática da *ruptura*, por exemplo, está no centro da definição construída por Pierre Livet;⁵² ele fala de “*diferencial* entre um ou vários traços percebidos (ou imaginados ou pensados) da situação em causa e o prolongamento dos nossos pensamentos, imaginações, percepções ou ações em curso. Esse diferencial é apreciado relativamente às nossas orientações afetivas atuais (desejos, preferências, sentimentos, humores), quer essas orientações sejam já ativas, quer se trate das nossas disposições atualmente ativáveis. Quanto mais importante for esse diferencial, mais intensa será a emoção”.⁵³

As emoções assim descritas apresentam, em particular, quatro características: elas são individuais e/ou compartilhadas; elas afetam os sujeitos de forma global, qualquer que seja o domínio (ou os domínios) em que tenha surgido a ruptura ou o diferencial; elas podem ter, aos olhos dos sujeitos, um caráter relativamente discreto, como as “microemo-

50. J.-P. Sartre, *Esquisse d'une théorie des émotions*, 1995, p. 43.

51. J. Dewey, *Logique. La théorie de l'enquête*, 1993b.

52. P. Livet, *Émotions et rationalité morale*, 2002, p. 23.

53. *Ibidem, ibidem.*

ções” durante trocas conversacionais, ou, pelo contrário, um caráter manifesto, como se convencionou chamar de “experiências significativas”; elas são vividas pelos sujeitos como tensões, que geram, no sentido etimológico do termo (*ex-movere*), novas atividades. Não há ações sem emoção.

As emoções implicam, a partir dessa ruptura ou dessa suspensão, o desenvolvimento de uma atividade de percepção, de reconhecimento ou, pelo contrário, de repulsão por parte do sujeito. A emoção é um momento de intensa atividade do sujeito, quer para ocultar aos seus próprios olhos a relação sujeito/atividade/situação, quer, pelo contrário, para reconhecê-la, representá-la. Esse segundo caminho foi principalmente trabalhado pelos psicólogos, o que explica a importância dada à noção de avaliação (*valuation*, em Dewey⁵⁴) que apresenta a vantagem de envolver situação, sujeito e atividade. Dependendo do caso, esse reconhecimento assume a forma de uma surpresa, de algo inesperado, de uma situação indeterminada, de uma decepção, eventualmente de uma sideração. A relação sujeito/atividade/situação se torna ponto de partida, objeto e meta de uma atividade do sujeito destinada a si mesmo. Etimologicamente, emoção (*ex-movere*) significa “movimento” e “fora de”. As emoções conduzem a uma grande diversidade de atividades novas, orientadas de fato para a resolução dessas tensões. Elas podem gerar imediatamente uma transformação do curso habitual de atividade, assimilável a uma reação, adaptada ou não, à evolução do ambiente, sem implicar o início de uma atividade de reflexão propriamente dita sobre a nova situação; elas podem gerar o desenvolvimento de uma atividade de pensamento específica sobre a nova situação; elas podem gerar uma atividade de repulsão das representações formadas durante a situação inicial, tendo essa repulsão precisamente por função facilitar a resolução dessas tensões; as emoções podem gerar também uma atividade de transformação das representações iniciais da situação; elas podem, por fim, gerar atividades de comuni-

54. J. Dewey, *La formation des valeurs*, 1993a.

cação entre sujeitos: por exemplo, em casos de conflitos de interesses para o estabelecimento de acordos, regras ou convenções. Essas diferentes atividades não são necessariamente alternativas: elas estão muitas vezes associadas na resolução das tensões.

Quando as emoções dão lugar ao desenvolvimento de uma ação de pensamento, de reconstrução de sentido, que o sujeito destina a si mesmo e que se envolve na sua atividade, pode-se falar de *elaboração da experiência*. O “inquerito”, tal como descrito por Dewey, é uma “transformação controlada ou dirigida de uma situação que é tão determinada nas suas distinções e relações constitutivas que ela converte os elementos da situação original em um todo unificado;⁵⁵ P. Livet fala de revisão pelos sujeitos, ou seja, de reorganizações das suas hierarquias de relações sujeitos-atividades-ambientes. A elaboração da experiência é uma ação singular cuja intenção seria a construção, para o sujeito e as suas ações em curso, a partir de episódios da sua atividade, de representações mentais, retrospectivas e antecipadoras, de organizações de atividades, dotadas de unidades de sentidos em função das suas intenções de transformações do mundo.

EMOÇÕES IDENTITÁRIAS

- Rupturas/reconstruções efetuadas por sujeitos que tocam as representações que eles fazem de si e afetos ligados.

“Dói-me ser eu”.⁵⁶

EMPATIA

- Qualificação de uma atividade pela qual um sujeito elabora, para si, uma experiência daquilo que ele considera ser a vivência ou a elaboração de experiência de um outro sujeito. É o reconhecimento das emoções do outro.

55. J. Dewey, *La formation des valeurs*, 1993a, p. 69.

56. J. Brel, “L’ivrogne”, 1961.

A empatia qualifica a relação de um sujeito com um outro sujeito.

Qualifica-a como uma relação entre duas experiências: “Para falar de amor aos namorados, não precisa ter feito uma pesquisa sobre o amor, precisa ter estado enamorado”.⁵⁷

Para Gaston Bachelard, “os professores não entendem que não se entenda”.⁵⁸

Distingue-se da simpatia, que é a qualificação de uma experiência compartilhada.

Pode ser o objeto de uma ação de desenvolvimento de atitude, em especial, nos profissionais das “profissões do humano”, suscetíveis de contribuir para agir em atividades já em curso.

ENCADEAMENTO

- Desenvolvimento no âmbito da atividade de uma ação “em ciclo” a partir de, sobre e para a atividade.

A ação como organização singular de atividades ordenadas em torno de uma transformação pode ser considerada como um momento singular “em ciclo” encadeado à atividade de um ou mais sujeitos.

Por sua vez, a elaboração de experiência a partir de, sobre e para a ação pode ser considerada como um momento singular “em ciclo” encadeado ele próprio a essa ação singular: em certos aspectos pode-se falar de um duplo ciclo.

ENERGIA

- Qualificação da intensidade de investimento do sujeito na sua atividade.

57. A. Malraux, *L'espoir*, 1937.

58. G. Bachelard, *La formation de l'esprit scientifique*, 1993, p. 19.

ENGENHARIA

- Atividade que produz a concepção, a avaliação e, mais amplamente, a condução de uma intervenção construída em função da especificidade de uma situação.

A engenharia é uma função mental socializada, que dá lugar à comunicação. O que está em causa é conceber ou avaliar, e não fazer ou realizar, mas “acompanhar” esse fazer ou essa realização. A linguagem espontaneamente utilizada é a da *concepção/direção de obra* ou da “arquitetura” de uma obra. Ela dá lugar à comunicação dos seus resultados sob uma forma linguística e/ou gráfica aos atores comanditários e aos atores intervenientes, cujas atividades ela visa a permitir coordenar. Por extensão, a noção também pode ser utilizada em situações em que os comanditários, os conceptores e os intervenientes se confundem, pelo menos em parte; ela designa, então, a única parte da concepção e avaliação (caso da engenharia das suas próprias práticas).

A engenharia é finalizada por uma intenção de racionalização das organizações de atividades em função da situação. Embora exista claramente uma diferença entre “organizações pensadas” e “organizações-em-ato”, o vocabulário espontaneamente utilizado é o do rigor, da eficácia, da adaptação, da finalização, da otimização. Em todos os casos, coloca-se o problema das relações entre situação e intervenção ou, mais exatamente, da representação dessas relações.

A noção de engenharia é utilizada ao mesmo tempo para designar o processo a que ela se refere (as atividades de engenharia) e o seu resultado (o produto: os documentos comunicados, eventualmente vendidos). Essa situação é comum ao vocabulário da atividade: é o caso, em particular, da própria noção de representação.

ENSAIO

- Desempenho/avaliação conjunta da transformação do mundo e da transformação de si que constitui uma atividade.

Para Foucault, “o ‘ensaio’ – que deve ser entendido como prova modificadora de si mesmo no jogo da verdade e não como apropriação simplificadora de outrem para fins de comunicação – é o corpo vivo da filosofia se, pelo menos, esta ainda é o que era antes, isto é, uma ‘ascese’, um exercício de si no pensamento”.⁵⁹

ENSINO

- Organização de atividades ordenadas em torno da disponibilização de conhecimentos de forma apropriável pelos públicos-alvo, assumindo sua apropriação por esses públicos-alvo como forma de conhecimentos.

Ações de ensino surgem em contextos educativos organizados predominantemente segundo uma lógica de comunicação. Essa comunicação pode assumir diferentes formas. Ser imediata e se efetuar em um tempo e em um local especializados, como o ensino presencial, a forma dominante nos sistemas escolares e universitários, e que apresenta uma notável persistência. Ser imediata e se efetuar nos próprios tempos da atividade a que se refere, como o sistema de tutoria. Ser diferida e se efetuar em tempos e locais especializados, como a disponibilização de recursos educativos tradicionais (livros, suportes didáticos) ou mais recentes (*softwares*, CD, etc.). Por fim, ela pode ser imediata e/ou diferida e se efetuar a distância, como a utilização da internet para fins educativos.

A essas ações de ensino correspondem *culturas* que manifestam uma forte coerência. Nessas culturas, tudo gira em torno dos *saberes*, da sua detenção e transmissão pelas pessoas que ensinam (em francês um “*enseignant*”, “aquele que ensina”), da sua apropriação pelas pessoas que são ensinadas (em francês um “*enseigné*”, um “ensinado”) sob forma de *conhecimentos*, da relação que cada um mantém com esses saberes. Os intervenientes são habitualmente identificados com uma terminologia que salienta a sua função de detenção de saberes:

59. M. Foucault, *L'usage des plaisirs*, 1984, p. 15.

a figura emblemática é a do professor. O público-alvo é, por sua vez, pelo contrário, habitualmente identificado com uma terminologia que salienta uma situação de privação ou de recepção: aluno, estudante, ouvinte. As relações com o ambiente são essencialmente consideradas em termos de conceitualização/aplicação (relação teoria-prática). Quanto aos próprios saberes, eles devem ser regularmente renovados pelo aparecimento de novos saberes de referência, provenientes da pesquisa científica, da pesquisa tecnológica ou da experiência profissional. Esses saberes de referência sofrem uma série de transformações antes de aparecerem sob a forma de saberes ensinados ou de conteúdos efetivamente transmitidos.

As culturas do ensino parecem coerentes no seu funcionamento com culturas mais gerais de ação que distinguem e hierarquizam palavra, pensamento e ação, hierarquia estruturante do pensamento ocidental, e que se encontram nas distinções-oposições-complementaridades teoria/prática, concepção/realização, acadêmico/profissional. Elas se referem também a modos de organização do trabalho e da atividade baseados em uma distinção social entre condução e execução.

A hipótese que fundamenta essas culturas é uma hipótese de *apropriação*, por parte desses públicos, desses saberes e da sua transformação sob a forma de conhecimentos. Evidentemente, trata-se aqui apenas de uma hipótese fundadora da organização desses campos e dessas ações, e não de uma análise do seu funcionamento efetivo, que é questão completamente diferente, mais difícil; mas essa hipótese tem uma força social tal que ela se impõe aos sistemas de representações e às significações conferidas pelos atores.

Nos espaços sociais de ensino, os que aprendem constroem, na realidade, os seus conhecimentos tanto quanto nas outras situações de ação, mas eles o fazem mais a partir do reconhecimento, da compreensão e da interpretação que efetuam dos enunciados sobre o mundo do que a partir de ações de transformação do mundo (pelo menos nas pedagogias tradicionais).

ENTRADA ATIVIDADE

- Cultura de pesquisa que tende a construir os objetos das ciências sociais em termos de atividade ou em referência à atividade e a situar a própria abordagem de pesquisa como uma atividade.

Essa cultura de pesquisa é baseada, em particular, nos seguintes pressupostos:

Todas as ciências humanas e sociais têm, de fato, como material, atividades. Para além das suas diferenças, elas enfrentam uma mesma realidade: a atividade humana, na diversidade das suas condições de exercício, na sua historicidade, singularidade e ocorrência inédita, e na unidade que lhe dá o fato de ser desenvolvida por sujeitos humanos.

As disciplinas tendem a dissociar o seu objeto nessas atividades. É significativo que, na maioria dos dicionários ou vocabulários com intenção científica, as definições dos termos relativos à atividade sejam precisamente por disciplina. O discurso fundador destas é um discurso de designação em exterioridade ao seu objeto: “fato social” no caso da sociologia durkheimiana, “comportamento observável” no caso da psicologia behaviorista, etc.; ele também é um discurso de encerramento desse objeto: um fato social se explica por outros fatos sociais. As atividades “resistem” muitas vezes a essas divisões: afirmações frequentes (*post hoc*) da complementaridade dessas abordagens disciplinares e repetidas falhas das suas tentativas de articulação concreta.

É possível se dotar de objetos de pesquisa que correspondem aos contornos dados pelos atores. Um campo de ação se define, primeiro, como um campo de intenções de transformação do mundo, sustentadas por atores, e se delimita por essas intenções. A constituição de campos de pesquisas que correspondem a campos de ação pode retomar como objetos ou materiais os contornos de significações dados pelos sujeitos, individuais e/ou coletivos, às organizações de atividades em que estão implicados, sem os tomar como explicação dessas organizações. O objeto emblemático desse tipo de abordagem de pesquisas é precisamente a *ação*, definida como um conjunto de fenômenos que, para um sujeito, constitui uma unidade significativa das suas atividades.

A atividade constitui um objeto privilegiado para a construção progressiva de uma cultura de pensamento transversal a várias disciplinas e campos de práticas. Quer as atividades dos sujeitos humanos tenham como objeto dominante aparente a transformação do seu ambiente externo (o “fazer”), a transformação das suas próprias representações (o “pensar”) ou a influência sobre os outros (o “dizer”), elas podem ser analisadas com ferramentas em grande parte comuns. Isso faz da abordagem “campos de práticas” uma abordagem transversal e dos próprios campos de práticas e das suas divisões construções históricas, por natureza, obsoletas.

Pode-se pensar que essa abordagem transversal pressupõe uma abordagem holística, uma abordagem cruzada da construção das atividades e dos sujeitos humanos, uma abordagem baseada na consideração das interatividades, uma abordagem situada, uma abordagem historicista e dinâmica que analisa as atividades humanas em termos de construções. Paradoxalmente, a abordagem do dinâmico e do singular requer mais investimentos teóricos que uma análise que privilegie a identificação dos invariantes de atividades.

A “entrada atividade” procura dar conta simultaneamente da dimensão observável das atividades, independentemente dos pontos de vista dos sujeitos envolvidos, dos sentidos que os sujeitos humanos constroem em volta delas ou das significações que lhes dão. Ela considera que esses sentidos e significações são materiais ou objetos para a pesquisa, e não ferramentas de análise e/ou de interpretação. Em outras palavras, as ciências sociais têm por objeto tanto as atividades dos sujeitos humanos, independentemente da consciência que eles possam ter delas, como as construções representacionais e discursivas que eles edificam em torno delas.

A *análise* e a *pesquisa* são atividades como outras, o que tem grande incidência na própria condução da pesquisa e na análise pelo pesquisador da sua própria atividade: relações entre “pesquisadores” e “profissionais” na produção de saberes de inteligibilidade e na pesquisa, o distanciamento dos quadros teóricos investidos, relativização dos

saberes produzidos, etc. Observa-se uma coerência entre os modelos de causalidade privilegiados na análise por aqueles que os conduzem (modelo determinista, modelo de correlação recíproca, por exemplo) e os sistemas de pensamento e de intervenção social muito mais gerais em que eles se inscrevem. Se a produção de conhecimentos é uma atividade, social e historicamente situada, os conhecimentos produzidos têm, por si sós, um caráter de construções provisórias. A noção de pesquisa com intenção científica substitui a noção de ciência. A “entrada atividade” tem em vista, de forma vinculada e coerente, um objeto teórico central, a atividade, e objetos de estudo particulares: o envolvimento dos sujeitos humanos nas suas atividades cotidianas, por exemplo, o que permite novas divisões menos dependentes das características da atividade de pesquisa.

ENTRADA NA SUBJETIVIDADE DE OUTREM

- Simulação por um sujeito das atividades psíquicas de outro sujeito.

ENVOLVIMENTO

- Ativação, por um sujeito, de um ordenamento de atividades em que e pelo qual o sujeito que age se reconhece como agindo.

O envolvimento é frequentemente objeto de arbitragem entre várias atividades possíveis.

EPISÓDIO DE ATIVIDADE

- Divisão temporal da atividade dotada de uma unidade de função por/para um observador.

ESPAÇO DE ATIVIDADES

- Conjunto circunscrito pelas entidades em interação que entram em um processo de transformação do mundo por sujeitos e caracterizável por esse tipo de transformação.

A noção de espaço de atividade é uma ferramenta de inteligibilidade; ela não implica necessariamente, ao contrário da noção de campo, um reconhecimento pelos sujeitos envolvidos.

Na análise, os espaços de atividades se beneficiam de uma autonomia relativa de funcionamento: são atividades *sui generis*. Um espaço mental, por exemplo, é um espaço de transformação de representações; um espaço de comunicação, um espaço de transformação de significações. Para Sperber e Wilson, “os nossos pensamentos permanecem onde estiveram, nos nossos cérebros”.⁶⁰

No desenvolvimento da sua atividade, um mesmo sujeito pode se encontrar em vários espaços de atividades ao mesmo tempo, como é frequentemente o caso entre atividades mentais, atividades discursivas e atividades de transformação do mundo externo. Esses espaços são, então, objeto de uma articulação entre si. Dependendo do caso, pode-se falar, em particular, de associação, de organização de atividades ou de encadeamento de atividades. Os espaços de atividade não se organizam em hierarquia de reconhecimento.

Espaços de possibilidades de atividades podem ser construídos para a atividade dos sujeitos: aproximam-se das noções de *dispositivos*; eles podem ser espaços construídos dentro e através da atividade dos sujeitos: aproximam-se das noções de *investimento* de atividade e de *subjetivação*.

Discrepâncias podem surgir entre campos socialmente reconhecidos e espaços de atividades; para Charles Péguy, “não há nada de tão contrário às funções da ciência que as funções do ensino, uma vez que as funções da ciência exigem uma permanente preocupação enquanto as funções do ensino exigem uma segurança imperturbável”.

ESTABELECIMENTO DE DADOS

- Atividade de pesquisa que produz enunciados válidos sobre existentes, que visem a identificá-los e caracterizá-los.

60. D. Sperber e D. Wilson, *La pertinence. Communication et cognition*, 1989.

Essas atividades são ordenadas para o estabelecimento de *fatos*, para a atualização de fenômenos, para a definição de características, para o estabelecimento de medidas, de classificações, de acontecimentos ou de cadeias de acontecimentos. Elas tendem hoje a se desenvolver segundo o formato “atividades”, como se verifica com a implementação de observatórios de práticas em setores mais variados da vida social.

Tradicionalmente, nas organizações de pesquisa, são consagradas a elas disciplinas ou subdisciplinas inteiras, identificáveis aliás porque lhes foi frequentemente associada, em particular nas ciências sociais, a terminação “-grafia”. Elas constituem também um segmento importante (o segmento empírico) das pesquisas realizadas em domínios disciplinares mais amplos, para os quais elas constituem pontos de apoio estruturados.

Essas pesquisas surgem, em particular, em situações em que é diagnosticado um problema de “déficit de informação” ou de qualidade de informação: domínios, por exemplo, em que o acesso ao objeto é difícil, em que a informação está ausente ou é pouco fiável, em que se questiona também a sua eventual quantificação.

O seu objeto é, portanto, “aquilo sobre o qual se procura produzir informações”, ou seja, a parte do mundo físico, psíquico ou social que se procura identificar.

O léxico utilizado por esse tipo de atividade é, tanto quanto possível, um léxico unívoco: a um conceito corresponde uma significação, o que dá lugar geralmente à *definição*. É um léxico relativo aos entes: os conteúdos prescritivos ou finalizantes coletados com sujeitos durante a constituição de dados são considerados como atividades discursivas relatadas aos seus autores; eles têm, portanto, o estatuto de fatos.

Essas atividades se centram, em especial, nos processos de produção, de coleta e de tratamento das informações e desenvolvem de maneira precisa ferramentas sociais de controle desses processos (crítica das fontes, das condições de coleta das observações, depoimentos, descri-

ções). Elas se interessam, em particular, pela relação entre atores e objeto sobre o qual são produzidos os dados.

Os seus resultados são os dados produzidos. A qualidade desses resultados depende da ligação de correspondência entre esses dados e o “objeto” a que se referem. Fala-se frequentemente de fiabilidade. Em alguns casos, podem levar à descoberta de fenômenos desconhecidos anteriormente (ou seja, por definição, inéditos).

Esses resultados são utilizados tanto na “ação”, na educação, quanto nas outras pesquisas. Na ação, eles facilitam, em particular, as atividades de reconhecimento do mundo, que favorecem elas próprias o envolvimento da intervenção. Na educação, eles constituem uma parte considerável da cultura transmitida. Na pesquisa, eles autorizam, como vimos, o desenvolvimento de outras formas de pesquisa garantindo a sua “base”.

ESTADO

- Produto da atribuição a uma entidade do mundo, físico, social ou mental, de características específicas que resultam de uma operação pontual de identificação.

ESTILO

- Forma singular, atribuível a um sujeito, de desenvolver e transformar a sua própria atividade.

ESTRATÉGIAS

- Construções mentais/discursivas antecipadoras e finalizantes dos sujeitos sobre as organizações de atividades em que ele é suscetível de se envolver.

A estratégia de um sujeito considera a estimação que ele faz dos seus próprios recursos e das intenções e meios dos outros com quem se envolve, quer em uma relação de cooperação, quer de concorrência ou de luta.

ESTRATÉGIAS IDENTITÁRIAS

- Construções mentais/discursivas antecipadoras e finalizantes de um sujeito relativas às suas próprias transformações como sujeito.

O estabelecimento de relações que os sujeitos fazem entre as suas representações identitárias nem sempre é consciente aos seus olhos; a forma como reagem aos seus afetos através das atividades, com frequência, também não é. De forma geral, os sujeitos não dominam muito mentalmente a relação atividades/afetos.

Em alguns casos, no entanto, esse “trabalho identitário” dá lugar à ação por parte deles, isto é, ao estabelecimento de representação e à gestão explícita. É o que se constata nomeadamente em todas as situações de *deliberação* sobre si: balanço pessoal, orientação, reelaboração de projeto. Essas situações se caracterizam por uma tripla ativação: ativação de construções mentais e discursivas dos sujeitos sobre si, ativação dos afetos/experimentações correspondentes, ativação do seu modo de resolução mental sob forma de estratégias identitárias.

Como é sempre no que diz respeito ao envolvimento das ações, é possível identificar, na origem das situações de “deliberação sobre si”, *emoções*, isto é, rupturas no decurso habitual da atividade de um sujeito. Neste caso, evidentemente, trata-se de circunstâncias que fazem “ocorrência” para ele, não apenas a propósito de tal atividade em particular, mas a propósito da sua atividade em geral como sujeito. Essas emoções podem ser positivas ou negativas: poderão ser, por exemplo, “encontros” ou, pelo contrário, “rupturas” ou “acidentes” no ciclo de vida. Existe uma ligação direta entre o conteúdo dessas emoções e a elaboração de estratégias identitárias que se inscrevem em uma lógica de continuidade ou, pelo contrário, de ruptura.

As situações de “deliberação sobre si” são vivenciadas pelos sujeitos como momentos fortes de cultivo de si, momentos aos quais eles dão precisamente o sentido de serem os “sujeitos da sua própria vida”. O que está em jogo é a relação que eles mantêm com o exercício da sua própria subjetividade.

Os atos de “deliberação sobre si” funcionam como atividades mentais/afetivas. A sua lógica de conjunto pode ser entendida, em especial, a partir de três elementos: representações do sujeito sobre a sua própria forma de conduzir as suas atividades anteriores, *referentes identitários*, modo como um sujeito reage pelas suas próprias atividades aos afetos identitários que o envolvem (*dinâmicas identitárias*).

A conclusão desses atos é constituída por estratégias identitárias propriamente ditas, isto é, projetos de si. As estratégias identitárias são construções mentais e discursivas relativas ao que um sujeito deseja para si.

ÉTICA

- Discurso feito por sujeitos sobre os valores que fundamentam a sua atividade.

EU

- Imagem de si dada por si a outrem ou a si.

O “eu” é uma construção discursiva. Segundo Benveniste, “a subjetividade é apenas a emergência no ser de uma propriedade da linguagem. É o ego que diz ego [...]; “eu” se remete ao ato de discurso individual em que é pronunciado, e designa o falante. A realidade para a qual ele remete é a realidade do discurso”.⁶¹

É uma construção discursiva do sujeito sobre si. A construção do *eu* pode ser analisada como uma comunicação sobre *mim*.

Essa construção é destinada a outro sujeito (comunicação de si a outrem) ou a si (comunicação de si a si, como no discurso interior ou na face autodestinada da comunicação a outrem). Esse eu é, então, um eu destinado.

61. É. Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, 1966, p. 261.

EVOLUÇÃO

- Transformação que afeta o conjunto da atividade de um sujeito.

EXERCÍCIO

- Desempenho de atividade ordenada em torno da manutenção/trans-
formação de hábitos de atividades.

EXISTÊNCIA

- Conjunto das construções de sentido que um sujeito efetua em torno da sua própria vida, do conjunto da sua atividade, da permanência dessa atividade e da sua própria permanência como sujeito.

Em Foucault, “as ‘artes da existência’ são práticas pensadas e voluntárias pelas quais os homens determinam regras de conduta mas procuram se transformar, se modificar no seu ser singular e fazer da sua vida uma obra que tenha alguns valores estéticos e responda a alguns critérios de estilo”.⁶²

EXISTENTE

- Entidades ou entes do mundo oferecidos à atividade dos sujeitos.

Etimologicamente (*ex-stare*), o termo *existir* salienta um processo de emergência.

Os entes emergem na atividade dos sujeitos como parâmetros ou variáveis da sua atividade. Eles constituem o ambiente dessa atividade. Na percepção, eles são constituídos como objetos. Fala-se, às vezes, de realidades vivas, isto é, realidades para seres vivos. São “ser-no-mundo” para os sujeitos. Para Berkeley, “ser é ser percebido”.

Na *condução das ações*, o *referido* constitui um modo de presença, de consideração explícita dos existentes.

62. M. Foucault, *L'usage des plaisirs*, 1984, p. 16.

EXPERIÊNCIA

- Transformação reconhecida como uma combinação de uma atividade e de um sujeito em e por essa atividade.

O que é convencionalmente chamado de “experiência”, na língua francesa, pode abranger, na realidade, três tipos de espaços psíquicos sociais diferentes:

A *vivência* da atividade, que implica a relação direta que um sujeito mantém com o ambiente físico e social em que atua, no preciso momento em que age: pré-pensado, mundo percebido, interações reais, vivência real, realidade histórico-empírica. A vivência da atividade não comporta, enquanto tal, a representação da atividade; ela tem um estatuto pré-semântico em relação a ela. No entanto, ela comporta frequentemente atividades mentais e discursivas em relação com o ambiente físico e social da atividade. A vivência da atividade corresponde bastante bem ao sentido da palavra alemã *Erlebnis*, ao sentido das palavras espanholas e portuguesas *vivido* e *vivencia/vivência*, ou ainda ao sentido da palavra inglesa *experience*. A *vivência* é o que acontece aos sujeitos. Ela está ligada à constituição do eu (veja *vivência*).

A experiência elaborada: refere-se às representações “para si” que um sujeito faz da sua atividade “em situação”, dele mesmo na sua atividade e do ambiente relacionado com a sua atividade. Essas representações são solidárias e estão sempre em transformação. Elas são imediatas ou ativadas pela memória. Esse espaço de representação para si é bastante bem descrito pela noção francesa de “foro íntimo” (“*for intérieur*”), pela noção de ressonância interior (Jodelet) ou, ainda, pela noção alemã de *Erfahrung*. Durante essas representações para si, organizam-se as construções de sentidos. É desse espaço que depende a *elaboração da experiência*. A experiência elaborada é o que os sujeitos fazem do que lhes acontece. No *Vocabulário* de Lalande, a experiência em geral é definida como “o fato de *experimentar* alguma coisa, na medida em que esse fato seja considerado não somente como um fenômeno transitório, mas

como alargando e enriquecendo o pensamento”,⁶³ o que liga vivência e ressonância da vivência. A elaboração da experiência pressupõe uma ação de pensamento sobre a sua própria atividade. Ela é o conjunto das construções de sentido que os sujeitos operam a partir de, sobre e para a sua própria atividade, que eles reconhecem como suas, em ligação, portanto, com a atribuição de identidade. Essas construções são consideradas pelos sujeitos e o seu ambiente como recursos para a continuidade da sua atividade (veja *elaboração da experiência*).

A experiência comunicada. A comunicação sobre a experiência implica a relação que um sujeito mantém com outros sujeitos a propósito da sua atividade: relato, história, narração. É o que os sujeitos dizem sobre o que lhes acontece. A comunicação sobre a experiência é uma comunicação destinada (veja *comunicação de experiência*).

EXPERIMENTO (no sentido de vivência)

- Percepção pelo sujeito dos afetos/transformações de si ocorridos durante a sua atividade.

O experimento é uma percepção de si em atividade por um sujeito.

É um reconhecimento por um sujeito dos seus afetos e, de maneira associada, das transformações de si mesmo em relação aos seus afetos. Esses afetos e transformações são reconhecidos como seus.

O experimento participa tanto na vivência quanto na elaboração pelo sujeito da sua experiência.

O experimento de existência é um experimento vinculado às construções mentais que um sujeito efetua em torno do conjunto da sua atividade.

EXPLICAÇÃO

- Enunciado relativo a relações causais entre vários existentes.

63. Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, 2002, p. 321.

Empresta-se de Julien Gracq esta afirmação: “Quando se tem uma chave para explicar, põe-se toda a realidade em fechadura”.

EXPRESSÃO

- Relação estabelecida entre uma atividade própria do sujeito, destinada a si mesmo, e uma atividade manifesta, destinada a outrem.

Quando essa relação é estabelecida pelo próprio sujeito, não se diz que ele expressa, mas que ele se expressa. “E então tenho os meus mimos também... eu caço as moscas. Eu abano as mãos, assim, para mostrar que estou feliz. Às vezes também quando há algo que me incomoda. E, então, quando estou feliz ou excitada com alguma coisa, eu esfrego as mãos muito rapidamente. Eu evito fazer esses gestos na frente das pessoas. A minha mãe me considera muito excessiva nas minhas reações”.⁶⁴

FACE DA ATIVIDADE

- Objeto de pensamento constituído na atividade.

A atividade de análise pode dividir, na atividade humana, objetos dotados de uma certa autonomia para a análise. Pode-se, por exemplo, distinguir: a face corporal da atividade, relativa ao mundo físico e à sua transformação; a face subjetiva da atividade, relativa ao mundo interno dos sujeitos e à sua transformação; a face social da atividade, relativa ao mundo social e à sua transformação.

FADIGA

- Ruptura no envolvimento ou na continuação da atividade de um sujeito.

FATO

- Qualificação de um enunciado novo relativo a um existente.

64. E. Laloux, *Triso et alors!*, 2014, p. 102.

Os fatos se estabelecem em enunciados.

São relativos a um ente: apresentam uma correspondência entre esses enunciados, as representações associadas a eles e os objetos a que se referem.

Trata-se de enunciados novos: “Se nos questionamos o que é um fato”, escreve J.-P. Sartre, “vemos que é definido por isto, que devemos encontrá-lo durante uma pesquisa e que se apresenta como um enriquecimento inesperado e uma novidade em relação aos fatos anteriores”.⁶⁵

FAZER

- Enunciado que qualifica um desempenho, um processo de transformação do mundo.

FENÔMENO

- Nova percepção de um ente por um sujeito.

Etimologicamente, fenômeno remete à raiz “aparecer”: é fenômeno somente se for fenômeno para alguém e relativo a alguma coisa.

Um fenômeno se manifesta por si mesmo. Ele é percebido ou perceptível por sujeitos.

FINALIZAÇÃO

- Atividade atributiva de valor retrospectiva ou antecipadora a outra atividade.

As atribuições de valor podem ser, entre outros, de dois tipos: atribuições de valor antecipadoras em relação à ação, discursos centrados nos problemas a resolver, nos disfuncionamentos, nos desafios, etc., e que podem conduzir à definição de objetivos e projetos; atribuições de valor retrospectivas em relação à ação, em particular todos os discursos de avaliação.

65. J.-P. Sartre, *Esquisse d'une théorie des émotions*, 1995, p. 7.

São frequentemente destinadas a outrem, com fins de influenciar as construções de sentido deste último.

As pesquisas que se pretendem “científicas” têm por intenção produzir enunciados relativos a atividades de inteligibilidade e não a atividades de finalização. Na realidade, elas concedem uma parte mais importante do que geralmente se pensa aos discursos de finalização, que podem “escapar” aos autores que constituem “passageiros clandestinos” do discurso científico, ou, pelo contrário, ser deliberados, a fim de influenciar os destinatários jogando com os atributos sociais do discurso científico. Elas são identificáveis através da ocorrência de enunciados de tipo prescritivo, normativo, deontológico e, sobretudo, axiológico. Encontram-se em todas as comunicações de pesquisa, os termos mais frequentes sendo, por exemplo, “deve”, “é necessário”, “é conveniente” ou a utilização do registro do bem, da verdade, da eficácia, da eficiência, etc.

Nas comunicações de pesquisa, encontram-se discursos de finalização, em especial, sobre três tipos de objetos: sobre os problemas ou desafios que estão na origem de abordagens de pesquisa e sobre a forma de enfrentá-los; sobre a condução das próprias abordagens de pesquisa, que funcionam também elas como ações e que se acompanham de problemáticas de ação de pesquisa, claramente distintas das problemáticas teóricas; sobre os desafios, intenções, ideologias, valores, objetivos, projetos de diferentes atores envolvidos em vários níveis.

Nas abordagens de pesquisa em otimização, as atividades de finalização são normalmente objeto de um controle social: explicitação dos objetivos perseguidos pelos sujeitos, dos valores apresentados; designação dos sujeitos envolvidos; pode-se falar de uma *objetivação da subjetividade*, individual e social. É o que ocorre, em especial, nas avaliações e nas elaborações de projeto que se apresentam como abordagens de pesquisa: pesquisas avaliadoras, pesquisas-desenvolvimento, algumas formas de pesquisa-ação.

FLUXO, CURSO

- Qualificação da atividade percebida como sendo transformadora e em transformação.

A atividade é frequentemente comparada a um escoamento para designar ao mesmo tempo a sua continuação temporal e o seu caráter transformador e em transformação.

A noção de fluxo é uma ferramenta de descrição, de *identificação* da atividade como sendo transformadora e em transformação; ela se diferencia da noção de *dinâmica*, que é uma ferramenta de *análise* da atividade.

A noção de curso fundamentou uma corrente de pensamento de pesquisa importante no domínio das atividades.

FORMAÇÃO

- Organização de atividades ordenadas em torno da produção de novas capacidades ou atitudes suscetíveis de serem transferidas para outras situações distintas da situação de formação e que a finalizam.

As *culturas* de formação concebem a ação educativa em relação explícita com atividades de *referência*, nomeadamente, na formação de adultos, as atividades profissionais. Elas definem as aprendizagens com noções próximas da noção de *capacidade*, mesmo que utilizem nesse sentido a palavra “competência”, justamente pela sua valorização atual. A noção de *capacidade* e outras, como o famoso tríptico “saber, saber-fazer, saber-ser” ou as noções de habilidade, atitude ou aptidão, não se apresentam como centradas nos saberes, mas nos sujeitos aprendendo e nas situações em que se encontram. A figura emblemática dessas culturas é a figura do “formador”, visto como um organizador de situações de aprendizagem. O público-alvo é, por sua vez, designado de forma “ativa”: “aprendendo”, “se educando”. A ação educativa é concebida como um *acoplamento explícito* entre as atividades dos sujeitos “formadores” e as atividades dos sujeitos “aprendendo”, para produzir nos que aprendem novas capacidades visando à sua transferência para outras situações. As capacidades são definidas, em especial, por meio de parâmetros de referência produzidos a partir de uma análise dos invariantes

e regularidades constatados nas atividades de referência no âmbito de uma “engenharia da formação”. Produzidas na formação, as capacidades são destinadas a ser transferidas depois para o espaço da atividade de referência. Pode-se falar de um processo de descontextualização/recontextualização. O motor da mudança consiste no aparecimento de novas atividades ou de novos campos de atividade, para os quais devem ser produzidas novas capacidades. As culturas de formação produzem uma rede semântica própria.

As culturas de formação mostram-se coerentes no seu funcionamento com modos de pensar a ação humana distinguindo e combinando momentos de atividades ordenadas em torno da construção dos sujeitos (formação) e momentos de atividades ordenadas em torno da “mobilização” dos sujeitos (produção, trabalho), como na “alternância” ou na “formação ao longo da vida”. Elas fazem eco a modos de organização do trabalho baseados em uma valorização da gestão da ação, na distinção de “campos de ação”, que apresentam uma autonomia relativa, e na sua articulação. As capacidades fazem mais amplamente parte da zona semântica das qualidades, habilidades, aptidões obtidas por construção-abstração das relações que os sujeitos mantêm com as suas atividades e em dissociação relativa com os seus envolvimento efetivos nas mesmas atividades *in situ*.

FORMAÇÃO DOS ADULTOS

- Ações de formação cujo público se reconhece em uma experiência profissional e/ou social e produz, nessa base de representações antecipadoras e finalizantes, sua própria transformação, que orienta os seus envolvimento de formação.

FUNÇÃO

- Contribuição específica que traz um componente de um conjunto interdependente para a produção desse conjunto.

Pensar em termos de função permite que a análise da atividade escape a uma categorização puramente temporal.

A noção de função é uma ferramenta de *análise* que permite salientar a multiplicidade das atividades que se pode distinguir no seio da atividade.

No seio da atividade de um mesmo sujeito, uma mesma entidade pode ter várias funções relacionadas com a multiplicidade das atividades assim distinguidas: ora ser um produto, ora ser um meio, ora ser um material. Pode-se falar de *mobilidade funcional*. Um bom exemplo nos é dado na condução da ação pelo fato de o produto das atividades de determinação de objetivos se tornar o meio da atividade de avaliação.

GOZO

- Ação ordenada em torno da produção de prazer.

O gozo pode ser considerado como o prazer do prazer.

Tem a ver com a satisfação que um sujeito que deseja e que fala pode experimentar ao realizar um desejo.

HÁBITO DE ATIVIDADE

- Estabilização provisória em um sujeito de uma organização-em-ato de atividades que pode ser colocada em ação em uma situação recorrente, investida e transformada pelo próprio exercício da atividade.

O conceito de hábito de atividade, desenvolvido em particular por John Dewey, é um conceito-chave para destacar tanto transformações da atividade quanto transformações dos sujeitos em atividade.

É considerado como característica de um sujeito individual ou coletivo, construído em e pela história desse sujeito. O hábito é uma forma de agir, e não uma atividade particular. Ele não dá necessariamente lugar a uma mentalização ou a um discurso por parte desse sujeito ou do seu ambiente. Ele tem um *status* pré-semântico em relação à atividade. Em contrapartida, ele pode envolver atividades mentais ou discursivas.

É construído na atividade: um hábito se constrói na atividade e incorpora de fato as relações que o sujeito mantém com o seu ambien-

te. Ele se transforma com essa atividade. Ele não deve ser confundido com a repetição. Ele é o ponto de partida de uma reconstrução.

A noção de hábito de atividade pode se aproximar das noções de esquema ou *habitus* quando os autores envolvidos insistem no caráter dinâmico, em transformação do que é designado por essas noções, o que é menos o caso das noções de repertório ou de rotina da atividade. Ela desempenha, de qualquer jeito, a mesma função de ligar passado, presente e futuro de um mesmo sujeito e transformação do sujeito e da atividade. Pierre Bourdieu, por exemplo, dá regularmente na sua obra uma definição relativamente causalista do *habitus*, mas que liga passado, presente e futuro de um mesmo sujeito: é uma “estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante”.

Em certos aspectos, os hábitos de atividade poderiam ser comparados aos caminhos dos caminhantes: eles existem apenas pela atividade, mas não se confundem com ela; eles aparecem, transformam-se e desaparecem com o exercício da atividade.

HIPÓTESE DE AÇÃO

- Construções mentais mantidas como verdadeiras em uma situação de ação pelo(s) sujeito(s) envolvido(s) e que lhe(s) permitem se comprometer com ela.

Uma hipótese de ação pressupõe uma crença de que uma determinada organização de atividades produzirá um determinado tipo de resultado. Para designar as concepções de relações prévias às concepções de ação, Gérard Vergnaud fala de “teorema em ato”. No sentido habitual, porém, os teoremas são enunciados.

As hipóteses de ação são objeto de transformações pela experiência e/ou pela pesquisa.

IDEIA

- Enunciado relativo a uma construção mental considerada como nova pelo sujeito que a constrói.

IDENTIDADE

- Representação/imagem global que liga as representações/imagens que os sujeitos constroem em torno de si próprios nos diferentes espaços e campos de atividade em que eles se encontram presentes.

A construção da identidade é um processo contínuo: as representações se transformam em conexão com a evolução das situações e experiências. Essas representações conduzem muitas vezes a uma reorganização das experiências e a uma reconstrução do que é apresentado como acontecimento nas experiências. Isso induz a definição das identidades como processos, e não como estados. No entanto, uma permanência identificadora é garantida, exceto em situações de ruptura, precisamente descritas como patologias da identidade.

As identidades são construções. É importante distinguir entre objeto das abordagens de identificação, abordagens de identificação e resultado das abordagens de identificação. A identidade não é o objeto dos processos de identificação. Ela é o resultado; é uma construção por atribuição; ao ser feita, ela se torna uma realidade social tão forte como a realidade que pretende identificar. A conotação essencialista da identidade está muitas vezes ligada com uma conotação determinista: se as identidades são o objeto das abordagens de identificação, elas assumem então um *status* explicativo. É a identidade que explicaria as atividades, e não as identidades que seriam construídas a partir das atividades. Considerar a identidade como o resultado das abordagens de identificação exclui da linguagem com intenção científica qualquer discurso direto sobre o que seria a identidade de um indivíduo, de um grupo ou da humanidade; de fato, tal linguagem participa da construção que ela tem por objeto; é assimilável a um discurso avaliador, qualificante ou finalizante.

Essas construções são construções representacionais associadas a afetos. Quando a atividade de relação entre várias representações consiste em estabelecer uma unidade entre diferentes atividades como atribuíveis a um mesmo indivíduo, estamos então precisamente em presença do que se pode designar como *representações identitárias* (“identidades

para si”), definidas, desde Erikson, em referência a duas características: a unidade e a continuidade.⁶⁶ As representações identitárias abrangem o vasto campo das representações de si, na literatura francofônica, ou de *self-concept*, na literatura anglofônica. Elas podem ser definidas como representações atributivas do que faria a unidade ou a continuidade de um sujeito através das suas atividades. Elas são acompanhadas de afetos específicos: *os afetos identitários*.

Elas são também, muitas vezes, construções discursivas ou comunicacionais. A identificação de um sujeito passa frequentemente por enunciados, eles próprios, ligados a representações. Nas relações entre sujeitos, as interações entre atividades linguísticas e atividades representacionais são muito fortes. Qualquer atividade de comunicação, esteja ela diretamente ligada à definição de si ou não, comporta um desafio de apresentação ou de representação de si dada a outrem. Esse desafio é direto nos discursos sobre si, nos relatos de si, nas histórias e nas biografias, mas está também presente nos discursos que os sujeitos fazem sobre as suas atividades. Devido a esses desafios, aquilo que os sujeitos chamam de *práticas* pode ser definido como discursos que os sujeitos fazem sobre as suas próprias atividades, o que relativiza o alcance descritivo da “análise das práticas”. Esse desafio está presente na ostentação de atividades, como é constatado nas expressões “dar-se a ver”, “se produzir” ou nas expressões populares muito sugestivas, como “fazer o seu número” ou “fazer o seu cinema”, quando essas ostentações são deliberadas. Na tradição científica, muitas ferramentas foram forjadas para dar conta dessa situação: noções de *persona*, de “face”, de apresentação de si; é possível reservar a expressão *imagens identitárias* (“identidades para outrem”) para designar essas representações dadas ou propostas a outrem. As imagens identitárias são ofertas de significações que têm como desafio a construção de representações identitárias no destinatário, mas também, de fato, no falante.

66. E. Erikson, *Adolescence et crise. La quête d'identité*, 1972.

IDENTIFICAÇÃO (atividade de)

- Atividade discursiva que produz enunciados relativos à caracterização de fatos, de acontecimentos, de objetos físicos e/ou sociais presentes ou passados.

Identificar consiste em estabelecer que uma entidade é idêntica a uma outra em função do caráter. É uma atividade que resulta na produção de enunciados de caracterização de existentes.

As atividades de identificação correspondem no plano discursivo àquilo que chamamos anteriormente, no registro mental, de atividades de reconhecimento, com as quais elas estão com frequência estreitamente associadas.

Quando as atividades de identificação dão lugar à validação, elas correspondem às atividades de *estabelecimento de dados*. Em todos os casos, trata-se de “descrever” existentes, o que mobiliza de fato quadros prévios ou em curso de emergência, em especial quadros de categorização.

O estabelecimento de dados ou a produção de informações pode passar, em particular, por quatro vias. A reutilização de informações já produzidas: estudo de traços de atividades, como é o caso de todas as formas de estudo de documentos, de objetos, de ferramentas, de lugares. A observação, isto é, a concentração da atenção no desenrolar dessas atividades. A produção de discursos pelos sujeitos sobre as suas atividades, em especial todas as formas de entrevista e de questionário. A provocação das atividades sobre as quais se procura produzir informações: experiências, testes, etc.

Quando elas se inscrevem em ações de pesquisa, elas correspondem ao que se designa como trabalho empírico. De acordo com o caso, fala-se de atualizar fenômenos, coletar informações, estabelecer fatos, constituir material empírico, etc. Uma grande parte do trabalho de pesquisa lhes é consagrado. Os enunciados sobre os entes são habitualmente promovidos pelos atores da pesquisa como “dados”; trata-se claramente de construções, o que leva a preferir o termo “produção” à expressão “coleta de informações”. A inscrição das atividades de identificação em ações de pesquisa se acompanha muitas vezes de uma explicitação

e, eventualmente, de uma discussão das suas ferramentas: poder-se-á falar, por exemplo, de *indicadores*, de descritores, de variáveis. As atividades de identificação estão estreitamente relacionadas com a questão da definição do objeto da pesquisa: determinar um objeto de pesquisa equivale, de fato, a delimitar uma parte do universo físico e/ou social de que se pretende dar conta. É comum que a natureza das informações efetivamente produzidas obrigue a fazer evoluir o objeto. Muitas pesquisas pretendem ter por objeto representações enquanto apenas têm como material comunicações sobre representações.

IMAGEM DADA

- Oferta de significação de um sujeito comunicante destinada a influenciar a representação que o sujeito destinatário pode fazer de um objeto, de uma situação, de uma pessoa, de um acontecimento.

As imagens fazem parte do universo das *comunicações* e não se limitam aos discursos, que, no entanto, constituem uma parte muito importante dele.

A noção de imagem está próxima da noção de “representação pública” ou de representação dada. Victor Hugo gostava de dizer que a casa é do dono, mas a fachada é de todos.

IMAGEM IDENTITÁRIA DADA

- Comunicação entre sujeitos especificamente destinada a influenciar as suas representações identitárias recíprocas.

A imagem de si dada é o tipo de representação de si que um sujeito procura produzir nos destinatários de uma comunicação, incluindo ele próprio. A essa imagem de si oferecida a outrem corresponde uma imagem de si dada por outrem. Essas noções estão próximas da noção de face, de imagem pública, de *persona* ou, ainda, de identidade para outrem. Imagens identitárias dadas e representações identitárias construídas estão em interação: de acordo com Laing, “contamos com as nossas comunicações para nos informar sobre a identi-

dade que outrem nos atribui [...] e, portanto, para nos forjar a nós próprios”.⁶⁷

Os atos de comunicação em geral podem, de fato, ser definidos como atos de transformação de *significações*: isto é, os falantes produzem significações sempre novas ou inéditas a partir de significações anteriores que foram objeto de uma estabilização provisória. Os atos de comunicação que têm por desafio ou intenção a imagem de si dada a outrem não funcionam de outro modo: é a partir de outras imagens provisoriamente estabilizadas que se efetua o trabalho de composição da imagem de si dada. É assim que provavelmente se deve explicar o poder das filiações reivindicadas ou das *referências* identitárias (pertencimento a determinada disciplina, determinado ofício, grupo social ou cultural), que não deixam de ter consequências para as representações identitárias e o caráter obrigatoriamente compósito da imagem dada no final das contas.

A identificação das imagens de si oferecidas a outrem e das imagens de si dadas por outrem convida a uma reflexão específica: no domínio da análise do discurso, por exemplo, a identificação, para além do conteúdo manifesto, dos marcadores de relações entre sujeitos enunciadore e enunciados. Essas imagens estão estreitamente ligadas com a questão das pessoas na língua e com a questão cultural do sujeito.

Os atos de comunicação sobre a atividade ou na atividade sempre tiveram muita importância na vida profissional. Na sociologia das profissões, eles estabeleceram um critério de constituição dos grupos profissionais: um profissional é alguém que está em condições de prestar contas aos outros, de falar (*prophémi*) da sua atividade profissional e enunciar o saber que pretende fundamentar. Com a expansão das atividades de serviços, as trocas verbais e as atividades de comunicação se tornaram ainda mais importantes. As atividades de comunicação sobre as suas próprias competências se tornam mesmo um elemento importante no funcionamento do mercado de trabalho. Pode-se falar às vezes de retórica das suas próprias ações.

67. R. D. Laing, *Le soi et les autres*, 1971, p. 29.

IMAGINAÇÃO

- Atividade autônoma de transformação de objetos mentais, ordenada em torno de transformações do eu.

O imaginário é o produto da atividade da imaginação. Ele se refere às construções que os sujeitos consideram como internas à sua atividade mental e que não estão relacionadas com entidades do mundo.

O imaginário pode dar lugar à comunicação, em especial, na arte e na literatura e exerce, em particular, uma função de transformação de afetos nos sujeitos.

O imaginário se opõe, evidentemente, à *realidade*, que é uma construção mental ou discursiva relativa a *existentes* fora dos sujeitos e ordenada para a transformação desses existentes. O imaginário é relativo aos existentes internos aos sujeitos e é ordenado para as atividades dos sujeitos sobre si mesmos.

Para Fernando Pessoa, “a literatura é a prova de que a vida não é suficiente”.

IMPULSO DE ATIVIDADE

- Relação entre um sujeito e o conjunto da sua atividade.

O impulso de atividade/impulso de ser é relativo à persistência da atividade de um sujeito e conjuntamente à preservação de si como sujeito em atividade. Esse impulso é chamado de *conatus* por Spinoza: “o esforço através do qual cada coisa se empenha para perseverar no seu ser não é nada fora da essência atual dessa coisa – *Conatus, quo una quaeque res in suo esse perseverar econatur, nihil est praeter ipsius rei actualem essentiam*”.⁶⁸

A hipótese do impulso de atividade permite dar conta da ocorrência e da diferenciação dos *afetos* no/pelo exercício da atividade. Essa hipótese é feita por um grande número de autores que, conforme o caso,

68. B. Spinoza, *Éthique*, III, Proposition 7, 1677.

utilizam diferentes denominações: impulso de vida, força de existir, poder de agir, etc.

Pode também dar conta da presença de experimentos de prazer e de sofrimento. Esses experimentos são percepções de si em atividade, avaliações-em-ato pelo sujeito do seu próprio funcionamento. A sua valência positiva ou negativa pode estar ligada, para o sujeito, a um desafio de continuidade ou de interrupção da atividade e, por conseguinte, a um desafio de perseverança do ser.

A palavra “impulso” surgiu de forma construída com Fichte, que utiliza a palavra *Trieb* (impulso): segundo ele, “tomada de forma objetiva, atividade é impulso”.⁶⁹

INATO

Algo adquirido transmitido de forma intergeracional.

Considerado socialmente como atributo natural de um sujeito, o inato é, na verdade, na maior parte dos casos, algo adquirido, transmitido de forma intergeracional.

INCONSCIENTE

Enunciado que qualifica uma atividade de um sujeito não dando lugar ao estabelecimento de uma ligação com a representação que ele próprio possui.

Do ponto de vista da análise da atividade, é útil distinguir dois tipos de inconsciente: o inconsciente no sentido “cognitivo”, quando o processo mental do sujeito que põe como objeto a sua própria atividade não é ativado; o inconsciente no sentido freudiano, quando a atividade de consciência é uma atividade impedida por uma outra atividade (em particular, a repulsão).

69. Fichte, “System der Sittenlehre nach den Prinzipien des Wissenschaftslehre”, 1778/1971, p. 105.

Devereux define dois segmentos do inconsciente, o segmento étnico e o segmento idiossincrático. O primeiro é constituído por “tudo aquilo que, de acordo com as exigências fundamentais da sua cultura, cada geração aprende a reprimir”; o segundo por “o que é reprimido sob a ação dos estresses únicos e específicos”.⁷⁰

INDETERMINAÇÃO

- Interpretação de uma situação que não permite o envolvimento de um sujeito em uma ação.

INDICADOR

- Identificação de uma entidade a partir da qual é feita uma inferência sobre outra entidade.

INDIVÍDUO

- Unidade de envolvimento de atividade.

Segundo Spinoza, o indivíduo é uma unidade de composição que permite distingui-lo dos outros e garante a sua permanência para além das variações que podem ocorrer.

INFERÊNCIA

- Atividade mental cuja indução, dedução e abdução são casos particulares que consistem em passar de uma atribuição de existente a um objeto para uma atribuição de existente a outro objeto.

INFLUÊNCIA

- Efeito exercido pela atividade de sujeitos sobre a atividade de outros sujeitos.

70. G. Devereux, *Essai d'ethnopsychiatrie générale*, 1970, pp. 5-6.

INFORMAÇÃO

- Comunicação que tem por intenção e efeito uma representação compartilhada de existente.

INOVAÇÃO

- Transformação valorizada dos hábitos de concepção/condução/gestão das ações.

As inovações só o são em relação aos hábitos de pensar a ação dos sujeitos.

Essas transformações afetam o conjunto das ações humanas. Claude Bernard, como muitos descobridores, descreve a fé de travesso que o levou a novos caminhos: “Cada um segue o seu caminho. Alguns estão preparados há muito tempo e percorrem um caminho que estava traçado. Eu entrei no campo científico por caminhos tortuosos e me libertei das regras me jogando no campo, o que outros talvez não ousaram fazer. Mas eu acredito que, na psicologia, não foi ruim porque isso me levou a novos caminhos”.⁷¹

INSTINTO

- Hábito de atividade que se inscreve na memória de uma espécie.

O instinto não dá lugar, por parte do ser ou do sujeito envolvido, nem à consciência, nem à construção de sentido, nem à doação de significação.

É habitualmente comum a todos os membros de um coletivo de seres vivos, em especial de uma espécie, e considerado como transmitido dentro desse coletivo.

Classificado como inato, o instinto é algo adquirido transmitido de forma intergeracional.

71. C. Bernard, *Cahier de notes 1850-1860*, 1965, p. 138.

INTELIGIBILIDADE

- Atividade que produz especificamente o estabelecimento de relações entre vários existentes.

As atividades de inteligibilidade produzem especificamente representações ou enunciados sobre o funcionamento do mundo. Elas funcionam como relações de vários reconhecimentos ou identificações do mundo e pressupõem a existência prévia de construções mentais ou enunciados sobre essas relações. No plano mental, elas correspondem às atividades de compreensão; no plano discursivo, às atividades de análise.

Quando os enunciados são objeto de uma validação social, eles tendem a se constituir em *saberes* de inteligibilidade. A produção de *saberes* de inteligibilidade não é somente obra de pesquisadores, ela pode ser obra de sujeitos envolvidos nas atividades. Os “profissionais” não produzem somente saberes relativos à condução da ação, eles produzem frequentemente representações e enunciados sobre relações entre existentes a partir da sua experiência. A validação é, então, a da experiência. Essas representações ou enunciados podem consistir no ponto de partida ou de apoio de ações de pesquisa conduzidas por eles próprios e/ou por outros.

Quando a atividade de inteligibilidade se inscreve no âmbito de ações de *pesquisa*, ela dá lugar a referências a regras sociais, a uma formalização e a uma comunicação sobre o seu próprio processo e sobre os seus resultados, de modo a permitir um controle social.

As utilizações dos resultados da atividade de inteligibilidade são múltiplas. Na ação, elas são utilizadas ou utilizáveis em novas atividades de compreensão e de análise que acompanham as intervenções no mundo e podem facilitar o envolvimento dos sujeitos, favorecendo a emissão de hipóteses e a definição de estratégias; mediante transposição, elas são comunicadas no ensino e na formação em todos os níveis; no campo da pesquisa, elas contribuem para o desenvolvimento de corpos de saberes e para o seu questionamento.

INTENÇÃO

- Relação existente entre um sujeito e uma organização de atividades ordenada em torno de uma transformação.

As intenções podem ser intenções-em-ato, inferidas a partir das organizações-em-ato dos sujeitos. Em alguns casos, é o próprio envolvimento no ato que revela progressivamente ao sujeito o que ele procura. É o testemunho, sobretudo, de muitos artistas e até místicos: “é o que eu faço que me ensina o que eu procuro” (Soulages). “É fazendo que eu aprendo o que eu procuro” (Paul Klee). “Se você não sabe para onde vai, siga por caminhos que você não conhece” (Jean de la Croix). A ação é desse ponto de vista progressiva; pode-se ter uma orientação, uma intenção sem conhecê-la, sem dela ter consciência.

As intenções podem dar origem a construções mentais específicas; é o sentido mais comum da palavra intenção: da mente em direção à ação. Podem enfim dar lugar à comunicação: elas são, então, intenções declaradas.

INTERAÇÃO

- Relação específica entre entidades do mundo envolvidas ao mesmo tempo em um mesmo processo de transformação.

INTERAÇÕES (plural)

- Atividades recíprocas de sujeitos que participam em um mesmo espaço de atividades e que se influenciam mutuamente por ações e reações.

George Herbert Mead fala de uma “conversa de gestos”.⁷² Tende-se também a falar hoje de “coreografia de atividades”.

O termo é particularmente utilizado no espaço das comunicações, mas o fenômeno diz respeito a todas as formas de atividade.

72. G. H. Mead, *Mind, self and society*, 1934.

INTERESSE

- Inferência que pode ser feita sobre um sujeito a partir da observação das suas preferências de atividades.

Para André Lalande, é “o que realmente importa a um determinado agente; o que lhe é vantajoso, quer o saiba ou não”.⁷³

O interesse é uma especificação da relação de atividade entre um sujeito e o seu *ambiente*.

Os interesses podem ser inferidos a partir da observação de *preferências de atividade*, o que pode ter uma grande incidência na educação e, de um modo mais geral, no conjunto das profissões de intervenção sobre a atividade de outrem, o que possibilita *proposições de atividade* coerentes com os interesses dos sujeitos.

INTERPRETAÇÃO

- Construção de atividade que relaciona, em situação, um dado que se impõe à atividade de um sujeito e hábitos de atividade emergentes de experiências anteriores desse mesmo sujeito.

A interpretação mental de uma situação é uma construção mental que relaciona percepções de existentes e outras construções mentais, surgidas durante a história anterior do sujeito que interpreta. Ela consiste, muitas vezes, em produzir um sentido novo para além da significação proposta.

Na atividade de pesquisa, interpretar implica fazer intervir a título de hipótese componentes que não estão explicitamente presentes na situação e que dependem da experiência do pesquisador.

INTERVENÇÃO

- Organização singular de atividades que ocorrem em contexto.

As intervenções ocorrem sempre em processos já em curso.

73. A. Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, 2002, p. 531.

A noção de intervenção é mais utilizada nos processos de transformação do mundo físico e/ou social.

INTERVENÇÃO NA ATIVIDADE DE OUTREM

- Organização de atividades ordenada em torno de uma transformação de atividades de outros sujeitos.

As intervenções na atividade de outrem correspondem às “profissões da sociedade”, que agrupam, em especial, a *educação*, a saúde, a *intervenção social*, o *gerenciamento*, a segurança, a gestão dos recursos humanos, etc.

Tendem a desenvolver léxicos particulares, léxicos de intervenção sobre os outros, aliás conectados entre si, que têm por função permitir a todos os atores envolvidos, e em particular aos agentes que intervêm, se comunicarem entre si sobre o “alvo” da sua intervenção, sobre os métodos que utilizam, sobre as relações que preconizam entre atores, sobre os resultados que perseguem, etc. Esses léxicos têm uma vocação funcional; eles comportam um número importante de *conceitos mobilizadores*, de *ambiguidades funcionais* e de *polissemias* e não devem ser confundidos com um *léxico de inteligibilidade* dos fenômenos envolvidos. Esses léxicos são um componente essencial das *culturas de ação* profissional.

Com o desenvolvimento de novas culturas de organização das atividades econômicas e sociais, centradas em uma transformação das relações entre os sujeitos e as suas atividades, as atividades de intervenção sobre os outros estão atualmente em desenvolvimento; elas têm como característica comum tender a se apoiar nas ciências humanas para o desenvolvimento de saberes sobre as atividades humanas.

Os léxicos de atividade se alteram sempre que, em um domínio importante de intervenção (por exemplo, a educação, o social ou a saúde, cujos limites são, aliás, vagos), uma cultura de ação entra em conflito com outra. É assim que, por exemplo, no campo da psiquiatria, as abordagens em termos de sofrimento se foram impondo progressivamente

às abordagens em termos de desvio, e que hoje são substituídas, ainda, por outras abordagens baseadas na identificação e não na avaliação das atividades de públicos-alvo. No campo da ação social, sucederam-se os vocabulários da periculosidade, da privação e da desafetação. É provavelmente assim que se explica ainda, no campo da gestão dos recursos humanos, portanto da mobilização dos sujeitos no trabalho, a notável passagem da referência à qualificação para a referência à competência, que acompanha provavelmente a imposição de novas relações sociais nesse campo.

ÍNTIMO

- Espaço de atividade em que um sujeito interage exclusivamente consigo mesmo.

INTUIÇÃO

- Ação-em-ato.

A intuição apresenta, em particular, três características:

É do âmbito da ação: está centrada na transformação precisa do mundo que ordena o seu desempenho.

É imediata: é habitualmente descrita como um modo de conhecimento, de pensamento e de julgamento percebido como imediato, que ocorre em situação. Ela se dá em ato.

Não pressupõe uma intenção, uma relação prévia entre o sujeito e a organização de atividade em que se envolve. Para Bergson, a intuição é o que se encontra sem procurar. No entanto, ela é própria ao sujeito e remete à sua história.

INVESTIMENTO

- Combinação, para um sujeito, de um envolvimento de atividade, de uma representação antecipadora e de um experimento.

O investimento está ligado a uma expectativa, a uma esperança e a uma despesa de atividade.

ITINERÁRIO

- Conjunto das construções de atividades dos sujeitos que constitui o seu próprio percurso de atividade.

Um itinerário pode ser especificado segundo os campos ou espaços de atividades envolvidos: itinerário de formação, itinerário social, itinerário profissional, itinerário de pensamento, itinerário espiritual.

O itinerário não é uma construção *a priori*: “Caminhante, são os teus rastros este caminho, e nada mais; caminhante, não há caminho, o caminho se constrói caminhando. Caminhando se constrói o caminho e, olhando para trás, vê-se o caminho que nunca pisaremos de novo. Caminhante, não há caminho, apenas sulcos no mar”.⁷⁴

JULGAMENTO

- Enunciado atributivo de valor.

LEMBRANÇA

- Ativação mental/discursiva de uma marca de atividade.

LÉXICO DA AÇÃO

- Léxico utilizado pelos sujeitos envolvidos em uma ação nas suas comunicações entre si e com os seus parceiros para a finalização e a condução do esforço dessa ação.

Os *conceitos* mobilizados no léxico da ação se situam, ao mesmo tempo, para os atores que os utilizam, em vários registros de significações, entre eles, três registros: um registro mental, um registro afetivo e um registro conativo. A noção de objetivo, vista como um “*desejo* mentalizado”, ilustra essa relação entre registro mental e registro afetivo; a noção de *investimento*, que está no centro do léxico da ação, pode ser também definida em referência, ao mesmo tempo, a um conteúdo conativo

74. A. Machado, “Chant XXIX”, 1917.

(a mobilização de um bem, de uma energia ou de um tempo), a uma representação (a antecipação de um ganho) e a um afeto (a esperança desse ganho). O mesmo se aplica à noção de *valor*. Todos os conceitos característicos da linguagem da ação estabelecem, assim, ligações imediatas entre vários registros de significações e podem ser objeto de um juízo de *definição* análoga. Eles podem aparecer como conceitos que têm um conteúdo aparentemente mais “rico” do que os conceitos do discurso científico clássico.

Os conceitos característicos do léxico da ação são marcados axiologicamente e desempenham um papel funcional no estabelecimento de uma relação entre a representação de um existente e a representação de um desejável. A maior parte dos conceitos utilizados nesse léxico são já portadores, no seu enunciado, de uma atribuição de valor; eles são utilizados para fins mobilizadores da ação. Eles são investidos de *interesses de atores*: situando-se no terreno da desejabilidade, eles se inscrevem no quadro de dinâmicas de atores diferentes, o que lhes confere sentidos e significados diferenciados. É o caso, evidentemente, das noções de *competências* e de *capacidades*; é o caso também das noções de progresso, de restrições, de resistências, etc. São *conceitos mobilizadores*.

Os conceitos característicos do léxico da ação comportam ainda, para os atores que os utilizam, o estabelecimento de relações entre o espaço da ação envolvida e outros espaços de ação ou de experiência. Esse fenômeno surge, mais uma vez, nos fenômenos de *determinação de objetivos* ou de *avaliação de transferência* em formação de adultos, em que o que acontece no espaço pedagógico está explicitamente ligado com o que acontece no espaço profissional ou no espaço social. Aparece também explicitamente nas situações de *parceria* em que vários atores, de acordo para conduzir em conjunto uma ação, lhe dão explicitamente significações diferentes em referência aos seus outros espaços de ação respectivos. Tal característica pode explicar esses fenômenos particularmente interessantes na linguagem das ações, que são os fenômenos de cargas ou de sobrecargas de *significações*.

Esses conceitos mantêm entre si ligações de intersignificação: funcionam em rede, uma noção chamando outra. Dois fenômenos ilustram, em particular, essas relações de intersignificações: as relações funcionais constatáveis entre as diferentes funções identificáveis na condução das ações, a saber, *determinação de objetivos*, *elaboração de projeto de ação*, *avaliação de ação*, *avaliação de transferência*. De fato, não há avaliação que não se apoie em uma determinação de objetivos, por muito elementar que ela seja, e que, em contrapartida, não a alimente. Essas relações são iterativas e cíclicas, e fazem do desenvolvimento do *pensamento* para a ação um processo progressivo, que não é necessariamente a condição prévia do envolvimento da ação, mas que, pelo contrário, alimenta-se dele e o alimenta. As representações dos *existentes* formadas durante o desenvolvimento do pensamento para a ação se revelam, de fato, dependentes dos desafios identitários e dos desafios de envolvimento na ação dos que as elaboram.

No total, essa rede conceitual, baseada em um pressuposto de *consciência* do ator, funciona como produtora de uma totalidade significativa, suscetível de se transformar de forma contínua. Isso explica o caráter global e lábil das significações produzidas durante a ação e, portanto, as dificuldades em aprendê-las de forma “objetiva” e local, segundo os hábitos da pesquisa clássica. Isso explica também o fato de que um trabalho intelectual específico de “estruturação da vida significativa” possa ser realizado a partir dessa rede. É tradicionalmente o espaço de intervenção da reflexão filosófica, que utiliza categorias intelectuais para a ação e que produz significações para a ação. É ainda mais precisamente o projeto visado de forma explícita pela fenomenologia, que procura aparentemente proceder a uma *objetivação* da *subjetividade*, daí a apresentação das categorias empregadas como tendo um caráter “transcendental”.

Nas ações de pesquisa em matéria de inteligibilidade, o léxico da ação pode ser considerado como um material para a pesquisa, não como o seu quadro conceitual.

LÉXICO DA INTELIGIBILIDADE DAS AÇÕES

❶ Léxico utilizado em atividades de inteligibilidade das ações.

As características do léxico da inteligibilidade das ações podem ser identificadas, em especial, a partir de abordagens de conhecimento de tipo histórico, de tipo clínico, ou ainda de todas as abordagens de análise que têm por objeto ações “situadas” no seu ambiente, na sua dimensão dinâmica e, na verdade, na sua singularidade. Em parte, elas retomam as características das abordagens de inteligibilidade em geral e, em parte, elas apresentam um caráter específico.

Os conceitos característicos do léxico da inteligibilidade apresentam, tanto quanto possível para os que os utilizam, um caráter unívoco na esfera do seu emprego. Isso explica, em particular, o caráter determinante que revelam, nessas abordagens como em todas as abordagens de inteligibilidade, as operações de *definição*, *a priori* ou *a posteriori*. Essas operações consistem, de fato, em determinar a compreensão que caracteriza um conceito, a partir de outros conceitos conhecidos. Elas podem se referir à própria designação do objeto do conhecimento. Não se trata da ação em geral de um ator, mas de uma (ou várias) ação (ações) precisa(s) de um (ou vários) ator(es), situada(s) histórica e socialmente. Daí a nossa expressão de inteligibilidade das ações. Elas podem igualmente dizer respeito às ferramentas utilizadas para a análise ou interpretação, o que conduz também a um trabalho de delimitação precisa das ferramentas teóricas utilizadas na abordagem de produção de saberes.

Os conceitos característicos do léxico de inteligibilidade das ações são ainda, para os que os utilizam, relativos a um *existente*, com exclusão de um desejável. Isso é semelhante a uma característica geral do discurso positivista que é a importância, para as abordagens de conhecimento, do trabalho empírico, da produção ou da coleta de dados “relativos” ao mundo, quer seja ele físico, social ou mental. No caso do conhecimento das ações, esse caráter tem uma consequência essencial: as significações e categorias conceituais que acompanham as atividades, quer sejam produzidas espontaneamente pelos atores em situação quer na

continuidade de interações com o pesquisador, podem claramente ser incluídas como componentes das abordagens de conhecimento, mas na condição de ser consideradas como o material, e não como a ferramenta do trabalho de inteligibilidade. Em outras palavras, noções tão importantes como as de identidade, de competência ou de sujeito não podem entrar diretamente no trabalho de interpretação (elas se tornariam avaliações); pelo contrário, elas podem ser particularmente preciosas para estabelecer “fatos-de-pensamento” e para permitir a abordagem dos universos de *sentido* que acompanham os atos; o que pressupõe, então, falar não de identidades, de competências ou de sujeitos, mas de representações identitárias, de sentimentos de competência, de representações de si mesmo como sujeito que age, etc.

O léxico de inteligibilidade das ações permite e pressupõe o estabelecimento de ligações de influência recíproca ou de interdependência entre vários existentes. De fato, dois tipos de conceitos podem aparecer: conceitos de identificação, descritivos ou empíricos, relativos, como acabamos de ver, à representação de um existente e suscetíveis de gerar “saberes factuais” – no caso da pesquisa em formação, descrição de práticas, de comportamentos, de acontecimentos, de dispositivos, etc.; conceitos de inteligibilidade propriamente ditos, que consistem no estabelecimento de ligações de correlação e de dependência recíproca entre os precedentes e, portanto, entre as representações de vários existentes que eles permitem. Assim, pode-se estabelecer, para a compreensão de uma atividade de resolução de problema, uma ligação de influência recíproca entre representação da situação, representação de si como sujeito que age e representação da ação, pois essas representações evoluem em conjunto na atividade de resolução de problema. O mesmo se aplica à atividade de elaboração de projeto individual, em que representação da trajetória anterior, sentimento de si e projeto sobre si mesmo evoluem provavelmente em conjunto. Aliás, a noção de *habitus*, definida por P. Bourdieu como “estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante”, estabelece, de fato, uma ligação entre uma trajetória anterior, o que seria uma característica identitária, e a prática. A noção de *dinâmica identitária* estabe-

lece, por sua vez, ligações entre trajetória objetiva e trajetória subjetiva, etc. Todo o valor de um trabalho de inteligibilidade (etimologicamente: ligar em conjunto) consiste no estabelecimento de ligações que não tinham sido efetuadas anteriormente.

Ao contrário do léxico da ação, o léxico da inteligibilidade das ações não pressupõe necessariamente, por parte do ator que age, a *consciência* da sua atividade. Muitos atos não intencionais ou cuja intencionalidade foi ocultada, reprimida ou transformada são, evidentemente, objeto de um trabalho de inteligibilidade. Uma grande parte da psicanálise e das abordagens que dela resultam se envolveram, desde então, nessa via, muito fecunda. Mas é ainda mais geralmente o caso de várias correntes de pensamento que se interessam pela análise das ações, incluindo a análise dos aspectos não conscientes das cognições, pois surgiram noções aparentemente paradoxais tais como cognição em ato, inconsciente cognitivo, teorema em ato, etc. Aliás, isso confirma, se ainda fosse necessário, que as significações dadas em acompanhamento das atividades não devem ser tomadas em caso algum como a explicação das atividades, mas como um material a ser interpretado ao mesmo tempo que elas.

MARCAÇÃO

- Identificação do público-alvo de uma intervenção por meio de categorias relacionadas com a transformação a que é ordenada essa intervenção.

O pedagogo Roger Cousinet costumava dizer: “Pensa-se que se fala da criança; na realidade, fala-se do aluno”.

Da mesma forma, quando se pensa que se fala do doente, fala-se, na maioria das vezes, do paciente.

MATERIAL

- Entidade a partir da qual se efetua o processo de transformação que constitui uma atividade.

MEIO

- Entidade em função da qual se realiza o trabalho de transformação que constitui uma atividade.

Os meios são meios apenas na atividade dos sujeitos; eles têm um *status* funcional. O produto de uma atividade pode ser o meio de uma outra atividade. É o caso dos intérpretes na semiologia de Peirce. Os meios são, portanto, extremamente variáveis; eles não se identificam pela sua natureza, mas pela sua função. Para Wallon, “o que é chamado por nós de ‘meios’ se insere na estrutura que une ao objeto o desejo do sujeito e o realiza”.⁷⁵

Existe uma forte ligação entre a detenção de meios em uma atividade e as relações entre sujeitos nessa atividade, em especial suas relações de poder. No caso da avaliação, a identificação das condições de detenção do *referente* permite entender a distribuição específica das relações de poder no ato de avaliação.

Nas intervenções sobre a atividade de outrem, a análise das relações entre sujeitos é facilitada quando se está em condições de responder à pergunta: nos acoplamentos de atividades, quem desencadeia a atividade de quem?

MEIO (ambiente)

- Conjunto das atividades dos seres vivos que entram no contexto da atividade de um sujeito.

MEMÓRIA DE ATIVIDADE

- Modo de presença de atividades anteriores na atividade atual.

A memória é muitas vezes limitada, erroneamente, a um fenômeno mental ou discursivo.

A noção de memória de atividade leva em consideração fenômenos

75. *De l'acte à la pensée*, introduction, Paris, Flammarion, 1992, p. 13.

muito mais amplos (memória corporal, memória dos gestos, memória emocional, por exemplo). Todas as memórias são memórias de atividade. Essa persistência é plural; talvez fosse mais exato falar de memórias de atividade.

A noção de memória é também utilizada como discurso sobre o passado; ela funciona então como referente, para fundamentar uma identidade declarada. Tanto o esquecimento como a comemoração são fundamentos de identidade. Existem acontecimentos difíceis de assegurar uma identidade coletiva. O esquecimento consolida sistemas de atitude. O esquecimento e a memória são também inventivos.

Em *L'Oeil de l'esprit*,⁷⁶ Sacks relata que um dos pacientes, que sofre de agnosia visual, depois de ter executado com êxito uma fuga de Bach, fala de “memória muscular”: já não sabe decifrar as partituras musicais...

MENTAL

- Espaço de atividade de um sujeito que produz a transformação das suas próprias representações.

MENTE

- Espaço de atividade inferido pelos sujeitos para si a partir da vivência de atividades de pensamento.

A mente é uma construção que o sujeito faz por si e para si, lhe permitindo considerar a sua atividade de pensamento como uma entidade que lhe seria interna.

METÁFORA

- Conjunção por um falante de dois registros discursivos, ordenada em torno da indexação de uma construção discursiva por uma outra construção discursiva.

76. O. Sacks, *L'oeil de l'esprit*, 2012.

Para Aristóteles, “a metáfora é o transporte para uma coisa de um nome que designa outra coisa”.⁷⁷

Para Lakoff e Johnson, “A metáfora é um modo de definição das situações e um modo de estar nas situações, transferência de significação de uma situação para outra”.⁷⁸

A metáfora é, na atividade discursiva, o equivalente à analogia na atividade mental.

MÉTODO

- Enunciado sobre a ligação entre uma organização de atividades e objetivos declarados.

Os métodos se apresentam como conjuntos de meios ou de procedimentos mobilizáveis ou mobilizados por um sujeito suscetível de assegurar a ocorrência de um resultado perseguido.

Inscrevem-se em uma perspectiva de ação e em referência a experiências anteriores relativas às atividades associadas a eles: podem assinalar alguns erros a evitar com vista a atingir um resultado determinado.

MOBILIDADE FUNCIONAL

- Mudança da função de uma mesma entidade na atividade de um mesmo sujeito.

O produto de uma construção mental é muitas vezes utilizado como meio de outra construção mental.

Assim, o produto de uma atividade de determinação dos objetivos pode servir de referência a uma atividade de avaliação.

Para designar tais deslocamentos, Yves Clot fala de “migrações funcionais”.

77. Aristóteles, *Poétique*, 1457b.

78. G. Lakoff e M. Johnson, *Les métaphores dans la vie quotidienne*, 1986, p. 25.

MODELO

- Relação de semelhança introduzida na condução de uma ação.

MODO

- Invariantes ou regularidades constatáveis em organizações-em-ato de atividades.

Os modos de produção, os modos de trabalho, os modos de comunicação, os modos de pensamento são regularidades observáveis nas relações entre sujeitos nos campos de atividade correspondentes.

MOTIVAÇÕES

- Enunciados sobre o que fundamentaria o envolvimento dos sujeitos em dispositivos propostos.

O discurso sobre as motivações dos sujeitos é muitas vezes obra dos responsáveis pelos dispositivos que recorrem à atividade desses sujeitos.

A motivação determinaria o desencadeamento da atividade na direção proposta com a intensidade desejada e asseguraria seu prolongamento até a conclusão ou a interrupção.

Diferenciar-se-ia da noção de energia requerida para o conjunto da atividade de um mesmo sujeito.

MÓVEL

- Inferência sobre experimentos considerados como causa de atividades situadas.

MOVIMENTO

- Alteração da posição ou do lugar de uma entidade em relação às outras entidades com as quais interage.

Para Vygotski, “é apenas em movimento que um corpo mostra o que é”.⁷⁹

MULTIATIVIDADE

● Envolvimento simultâneo de um sujeito em várias atividades.

“‘Tome, certamente’, diz-me a senhora de Guermantes, fixando-me um olhar sorridente e suave, [...] fazendo também sinal de que voltaram a dar aspargos com molho de musselina”.⁸⁰

NARRAÇÃO, RELATO

● Comunicação de experiência que ordena vivências de atividade.

A narração é uma ligação: para J. Bruner, “A narração é o modo privilegiado de criação de sentidos das pessoas comuns”.⁸¹

Liga vários momentos da atividade de um mesmo sujeito: ainda para Bruner, “a nossa principal ferramenta para colocar ordem na experiência, para forjar um tipo de continuidade entre o presente, o passado e o possível, é o relato, a narração. E isso é o que antes foi quase completamente ignorado pelos psicólogos (eu – J. Bruner – inclusive)”.⁸²

Utiliza categorias de linguagens descritivas que se inserem na identificação destinada a outrem.

Ao contrário da descrição, a narração grava no tempo: a descrição é interna à narração. Para Ricoeur, o tempo se torna humano na narração.

O relato é o produto da narração: é uma construção discursiva sobre a organização temporal da experiência de um sujeito.

79. L. S. Vygotski, *Mind in society: the development of higher psychological processes*, 1978, pp. 64-65.

80. M. Proust, *Du côté de Guermantes*, 1920.

81. J. Bruner, *The culture of education*, 1996.

82. J. Bruner, *Car la culture donne forme à l'esprit*, 2000.

NATURAL

- Qualificação que emerge de uma experiência compartilhada e constitutiva de uma cultura de ação.

Em muitos aspectos, o natural é o que esquecemos que construímos.

NATURALIZAÇÃO DOS CONCEITOS

- Processo que consiste em transformar em entidades do mundo as ferramentas mentais e/ou discursivas construídas pelos sujeitos para identificar as entidades do mundo ou estabelecer relações entre elas.

Para Claude Bernard, “a natureza das coisas é a natureza da nossa mente”.⁸³ Para Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron, “o conceito de natureza humana sobrevive, no entanto, sob espécies que são como a moeda: por exemplo, as *motivações* em psicologia geral ou as *necessidades*”.⁸⁴

A naturalização é uma naturalização de construtos mentais e discursivos.

NECESSIDADES

- Enunciados relativos a atividades consideradas pelos seus enunciadores como atividades que se impõem aos sujeitos.

A noção de necessidades tem a particularidade de se situar em dois registros de significações. Significações objetivantes: a necessidade seria uma necessidade natural ou social, para um sujeito, uma exigência; teria uma existência. Significações subjetivantes: a necessidade seria também nos sujeitos uma prova ou um sentimento de falta, de privação. As necessidades são normalmente objeto de um processo de *naturalização*.

83. C. Bernard, *Cahier de notes 1850-1860*, 1965, p. 126.

84. P. Bourdieu, J.-C. Chamboredon e J.-C. Passeron, *Le métier de sociologue*, 1983.

NEGOCIAÇÃO

- Comunicações que têm especificamente por objeto a definição das posições de cada sujeito nas organizações de atividades.

OBJETIVAÇÃO

- Transformação da experiência de um sujeito em objeto para a atividade de outros sujeitos.

A objetivação da subjetividade é uma comunicação sobre as construções de sentidos dos sujeitos: “Considera-se normal que os livros sobre os seres humanos sejam muito sóbrios ou muito sensíveis. O meu não é nem um, nem outro, e ambos ao mesmo tempo, na medida em que se esforça por ser objetivo sobre essa sensibilidade sem a qual nenhuma ciência realista do comportamento é possível”.⁸⁵

OBJETIVO

- Representação antecipadora e finalizante do uso do produto de uma ação.

OBJETIVOS DA AÇÃO

- Representações/imagens antecipadoras e finalizantes do estado final da entidade objeto-alvo de uma ação ao término da sua realização.

Os objetivos da ação são *representações* de desejados ou enunciados associados a essas representações de desejados.

A sua definição pode ser objeto de uma ação explícita (ação de *determinação dos objetivos*).

Os objetivos da ação mantêm relações estreitas, iterativas, dinâmicas com as outras representações/imagens antecipadoras que constituem os objetivos para a ação e os projetos, bem como com as outras representações/imagens retrospectivas que constituem as avaliações da ação, as avaliações de transferência, no âmbito da *condução* das ações.

85. G. Devereux, *De l'angoisse à la méthode*, 1994, p. 20.

OBJETIVOS PARA A AÇÃO

- Representações/imagens antecipadoras e finalizantes do estado final da situação que resulta do recurso a uma ação.

Os objetivos para a ação são construções mentais ou discursivas: *representações*, por sujeitos, de desejados ou enunciados associados a essas representações.

Os estados desejados são estados da situação que suscitou o recurso à ação: os sujeitos envolvidos na *realização da obra* da ação desempenham um papel essencial na sua definição.

Essa definição pode ser o objeto de uma ação explícita (*análise das necessidades* ou determinação dos objetivos para a ação).

Os objetivos para a ação mantêm relações estreitas, iterativas, dinâmicas com as outras representações/imagens antecipadoras que são os objetivos da ação e os projetos, bem como com as representações/imagens retrospectivas como as avaliações de ação e as avaliações de transferência no âmbito da condução da ação.

OBJETO

- Entidade do mundo que apresenta uma unidade de uso, de sentido ou de significação para sujeitos em atividade.

Os “objetos” são necessariamente objetos “para” a atividade dos sujeitos; portanto, longe de se opor aos “sujeitos” como quer um paradigma ocidental persistente que opõe um sujeito ativo a um objeto passivo, objeto e sujeito pertencem a uma mesma lógica. Para Piaget, as propriedades dos objetos vêm da atividade e na atividade.

Para Uexküll, “designamos de forma imprecisa as coisas que usamos habitualmente (embora todas elas sejam, sem exceção, portadoras de significação humana), os ‘objetos’, como se fossem simples coisas sem relação com nada mais”.⁸⁶

86. J. v. Uexküll, *Mondes animaux et mondes humains*, 1965, p. 87.

Para Dewey, “as coisas existem como objetos para nós somente na medida em que foram previamente determinadas como resultados de inquéritos.”⁸⁷

OBSERVAÇÃO

- Ação ordenada em torno da transformação das representações de um sujeito sobre um curso de atividade sem intenção de modificá-lo.

“Acreditem em mim se quiserem, eu tenho uma vida íntima: eu observo”.⁸⁸

OCUPAÇÃO

- Envolvimento de um sujeito em um curso de atividade e construções de sentidos correspondentes.

“Um homem vive com prazer na sua casa. Quer ele veja uma mulher que lhe agrade, quer ele jogue cinco ou seis dias com prazer, ele é um miserável se ele voltar à sua primeira ocupação. Nada é mais comum do que isso”.⁸⁹

OFÍCIO

- Hábitos de atividades ligados ao exercício de uma atividade regular, socialmente reconhecida, de produção de bens e de serviços.

OPERAÇÃO

- Enunciado relativo a uma classe de processos de transformação do mundo.

ORDEM

- Enunciado relativo a uma organização de objetivos ou atividades.

87. J. Dewey, *Logique. La théorie de l'enquête*, 2006, p. 84.

88. A. Gide, *Le prométhée mal enchaîné*, 1925, p. 15.

89. B. Pascal, *Pensées*, 114.

A ordem é um enunciado: para William James, “não existe na realidade ordem intrínseca: somos nós que projetamos a ordem no universo selecionando objetos e traçando relações de forma a satisfazer os nossos interesses intelectuais. Nós esculpimos uma ordem deixando de lado as partes desordenadas.”⁹⁰

De modo mais geral, a atividade intelectual não tem por objeto descobrir a ordem do mundo, mas sim construir uma ordem do mundo.

ORDINÁRIO

- Atributo dado por sujeitos a classes de atividades caracterizadas pela regularidade da sua ocorrência no âmbito da sua atividade.

ORGANIZAÇÃO

- Relação estabelecida por um (ou vários) sujeito(s) entre vários componentes de um mesmo conjunto.

ORIENTAÇÃO DA AÇÃO

- Construções de sentidos que ocorrem em um sujeito em situação de ação que ligam as representações finalizadas que ele faz dessa situação com as representações antecipadoras e finalizantes dessa ação.

Os hábitos de orientação da ação são regularidades constatáveis na atividade de construção de sentido do sujeito, ligando as representações que ele faz da situação (em que situação eu estou?) e do que tem de fazer na situação (o que tem de fazer nessa situação?).

OTIMIZAÇÃO E PESQUISA EM OTIMIZAÇÃO

- Ação ordenada em torno de uma transformação da eficácia ou da eficiência de outras ações.

As atividades de otimização tomam muitas vezes a forma de ações de *pesquisa* que têm esse objetivo; elas têm por característica a intenção

90. W. James, *Philosophie de l'expérience*, 1re leçon, 2007, p. 19.

de produzir novos saberes relativos à condução de ações de transformação do mundo.

É o caso de muitas pesquisas impulsionadas por organizações econômicas, políticas e sociais: pesquisas profissionais, pesquisas ditas finalizadas, pesquisas avaliativas, pesquisas-experimentações, avaliações de políticas. Uma podem ter como objetivo um diagnóstico e/ou uma previsão da evolução, e como resultado dominante a definição de objetivos; outras, a concepção de planos, de programas, de estratégias; outras, ainda, a avaliação: análises retrospectivas, balanços, análises de efeitos, avaliações de métodos, avaliações de políticas.

As pesquisas de avaliação, em particular, conhecem hoje um novo impulso: elas são às vezes rotuladas de “avaliações científicas”, o que, no sentido literal, é uma contradição que desempenha uma função social de imposição de *referências*. A noção de pesquisa-ação é utilizada para designar qualquer forma de pesquisa sobre as ações que implicam os sujeitos envolvidos nessa ação. Na maior parte dos casos, ela funciona como uma pesquisa em otimização: ela tem como resultado direto a produção de novos saberes sobre a condução dessas ações.

Na origem das pesquisas em otimização, encontra-se um envolvimento preexistente em uma ação de transformação do mundo e a formulação de um problema relativo à condução dessa ação. A constituição do objeto funciona, na realidade, como uma identificação, uma elucidação desse problema, e a pesquisa se inscreve diretamente como uma definição da resposta a ser dada. Essas pesquisas constituem, na realidade, um momento da condução das ações de transformação do mundo, mesmo que elas se efetuem no âmbito de dispositivos suplementares e que envolvam outros atores.

O léxico utilizado por essas pesquisas se junta, evidentemente, a enunciados finais, que se tornam ferramentas na própria condução da abordagem de pesquisa. O rigor próprio da abordagem de pesquisa consiste em uma abordagem de explicitação máxima das atribuições de valores feitas pelos atores (“objetivação da subjetividade”) e, em seguida, em estabelecer fatos ou correlações congruentes com essas atribuições de

valor. Procura-se, portanto, explorar de forma precisa os objetivos, desafios e valores dos atores envolvidos. Nas pesquisas de avaliação, por exemplo, procura-se explicitar os objetivos, projetos e referentes em função dos quais se avalia, e desenvolver indicadores e ferramentas de produção de informação congruentes com eles. As hipóteses eventualmente formuladas funcionam como enunciados sobre possíveis transformações do mundo.

No que diz respeito ao papel dos atores, a definição dos papéis e funções na pesquisa e na condução da ação não difere sensivelmente; quando “pesquisadores”, no sentido social, se envolvem, eles desempenham na realidade um papel que não é diferente do dos “profissionais”, no sentido social do termo, envolvidos na ação. Esses papéis não são específicos da ação de pesquisa.

Essas pesquisas conduzem à produção de saberes relativos à totalidade ou parte da condução de ações de transformação do mundo: concepção de novas abordagens, de novas formas de fazer, concepção de ferramentas, de políticas, recomendações, novas propostas de ação.

Os usos mais imediatos das pesquisas em otimização envolvem, evidentemente, a ação: elas podem preceder o envolvimento efetivo de novas ações de transformação do real, aliás não só favorecendo as atividades mentais, mas também desempenhando um papel sobre as *emoções* suscetíveis de favorecer o envolvimento na ação. De fato, essas emoções são precisamente favorecidas pela linguagem *finalizante* (os “conceitos mobilizadores”) que elas utilizam. Elas são então suscetíveis de favorecer a produção de mudanças. Mas elas podem também ter muitos efeitos no campo da pesquisa, estabelecendo fatos ou correlações que não tinham sido estabelecidos durante outros momentos. No plano da construção dos sujeitos, elas podem, em particular nos sujeitos que realizaram a pesquisa, ter efeitos de transformação das suas atitudes e comportamentos, e de transformação das suas atividades mentais e discursivas relativas às suas próprias atividades. Pesquisas em otimização são muitas vezes utilizadas como ferramentas elaboradas de formação profissional; elas são consideradas como suscetíveis

de produzir “competências complexas”, mais competências de gestão ou retórica da ação do que competências de ação propriamente ditas.

PALAVRA

● Unidade de proposta de significação na comunicação verbal ou escrita. Para William James, “as palavras apenas podem ser os nomes dos conceitos”.⁹¹ Para Wittgenstein, “as palavras não fazem sentido, apenas têm empregos”.

PAPEL

● Reconhecimento social ligado à posição dos sujeitos nas organizações de atividades.

PARCERIA

● Tipo de relação entre sujeitos fundamentada na observação da sua convergência de interesses para o lançamento de uma ação, na definição compartilhada dos seus objetivos, na identificação dos recursos que uns e outros são suscetíveis de colocar à disposição, e na construção de projetos comuns, mas portadores de múltiplos sentidos.

Não se trata aqui da promoção de um modelo de colaboração entre *atores*, acepção em que esse termo é muitas vezes tomado, mas de uma entrada de análise para identificar as relações de lugar e as relações entre atores no envolvimento, na condução e no desempenho das diferentes atividades. A análise das parcerias revela frequentemente um ou vários parceiros dominantes.

PARTILHA

● Modo de interatividade que se caracteriza por uma simultaneidade de atividade dos sujeitos envolvidos.

91. W. James, *Philosophie de l'expérience*, 7^e leçon, 2007, p. 195.

“O prazer compartilhado é a base de toda experiência social, a origem da linguagem. Ele permite a descoberta de si mesmo e dos outros, o desenvolvimento através do aparecimento de novos desejos. Ele é o motor da mudança”.⁹²

PENSAMENTO

- Ação de transformação, pelos sujeitos e para si mesmos, das suas construções mentais relativas aos entes.

O pensamento é uma ação dos sujeitos cujos resultados são produzidos para si, para a sua própria intenção.

Os materiais das atividades de pensamento são *representações*, que têm como característica ser relativas a outros objetos.

As atividades de pensamento são atividades organizadas de reconstrução de representações.

As representações transformadas podem ser de natureza diferente: auditiva, visual, etc.

As representações transformadas são investidas em outras atividades e ações dos mesmos sujeitos, e contribuem assim para as atividades de transformação do mundo.

Quando as atividades de pensamento ligam representações que emergem de vários momentos do itinerário dos sujeitos, elas funcionam como atividades de reconstrução de *sentido*.

PERCEPÇÃO

- Espaço de atividades caracterizadas pela transformação de entidades do mundo em objetos para um sujeito.

Etimologicamente, a percepção é um ato orientado para aquele que percebe: tomar, acolher, receber “através”.

92. M. Pagès, *Le travail amoureux*, 1977, p. 34.

Para John Dewey,⁹³ ela é uma experiência direta, mas não imediata.

A experiência imediata seria, em nossa opinião, a sensação caracterizada pela noção de estímulo. Ainda para Dewey,⁹⁴ “na verdade, nunca percebemos os estímulos periféricos a que respondemos em um dado momento. Mas estamos conscientes do estímulo unicamente através das respostas que damos e das consequências dessas respostas”.

A percepção é provavelmente uma transformação dos estímulos em objetos para os sujeitos em atividade: para Merleau-Ponty, “há de fato um ato humano que atravessa todas as dúvidas possíveis para se instalar em plena verdade: esse ato é a percepção em sentido amplo do conhecimento das existências”.⁹⁵

Os objetos são objetos dotados de *qualidade* para a atividade de um sujeito.

A percepção funciona como uma atividade de reconhecimento: para William James, “o tipo de conhecimento chamado percepção [...] é o tipo de caso em que a mente goza de uma ‘familiaridade’ [*acquaintance*] com um objeto presente”.⁹⁶ Ela pressupõe a presença de quadros perceptivos que emergem de experiências prévias. A atividade de reconhecimento funciona como um reconhecimento de unidades e uma construção de *configurações* de unidades. A percepção gera quadros perceptivos investidos nas atividades ulteriores de percepção.

A percepção é, ao mesmo tempo, percepção do mundo transformado pelo sujeito e percepção de si próprio transformando o mundo.

PERFORMANCE

- Atividade situada, finalizada, atribuída ao sujeito envolvido, que dá lugar à atribuição de valor.

93. J. Dewey, *Experience and nature*, 1958.

94. *Ibidem*, p. 272.

95. M. Merleau-Ponty, *Phénoménologie de la perception*, 1945, p. 50.

96. W. James, *Essai d'empirisme radical*, 2005, p. 65.

A atribuição de valor conferida por inferência ao sujeito envolvido por e nessa atividade constitui a *competência*. Para Jacques Curie, a “competência é uma inferência a partir de uma *performance*”.

PERSONALIDADE

- Configuração singular e duradoura de traços atribuídos a um sujeito por inferência a partir dos seus envolvimento de ação.

A personalidade de um sujeito deve ser relacionada com as emoções que abrem os envolvimento de ação. É uma configuração singular considerada como característica do sujeito.

Quando essas emoções se referem ao conjunto da atividade desse sujeito, pode-se falar de “emoções de vida”. Os traços atribuídos são para o conjunto da sua atividade.

É uma construção mental feita por inferência a partir dos envolvimento constatados de ação do sujeito.

É também uma construção discursiva atributiva de características por sujeitos a outros sujeitos, inclusive eles próprios.

Um traço de personalidade é independente de uma situação específica.

PESQUISA

- Ação ordenada em torno de uma produção de saberes inéditos e de uma comunicação sobre essa produção em condições que permitam um julgamento sobre a sua validade por uma comunidade destinatária.

As pesquisas conduzem a enunciados: não há ação de pesquisa sem enunciação e comunicação dos saberes produzidos junto a uma comunidade destinatária.

Esses enunciados são enunciados novos, “inéditos” no sentido etimológico do termo: a simples repetição de enunciados não é considerada pela comunidade destinatária como uma pesquisa concluída. O ator da pesquisa não pode se limitar a fazer um discurso sobre o processo da pesquisa. “A Academia Real das Ciências, como a Royal Society, criada

em 1662, tem como tarefa aproximar coisas que ninguém viu ainda e pensamentos que ninguém teve ainda – e não debater religião”.⁹⁷

O conjunto do processo que permitiu a produção desses saberes dá lugar também à comunicação, para permitir à comunidade destinatária um julgamento sobre a validade desse processo e dos seus resultados.

PODER

- Posição ocupada pelos sujeitos no envolvimento/transformação das suas atividades recíprocas.

O poder é uma interação entre sujeitos caracterizada pelo fato de que a atividade de um é suscetível de desencadear a atividade do outro.

Para Max Weber, é uma relação assimétrica entre sujeitos caracterizada pela capacidade de um obter do outro aquilo que ele não teria feito sozinho, e que está em conformidade com as intimações e sugestões do primeiro.

POLIFUNCIONALIDADE

- Conjunto dos efeitos que acontecem na sequência de atividades, para além das intenções, nos diferentes espaços envolvidos.

As ações são distintas nas suas intenções e, portanto, na sua organização, mas as atividades que elas organizam ou associam não funcionam como processos independentes. Elas produzem outros resultados e efeitos além dos que se pretende que produzam.

Em formação, por exemplo, os dispositivos com intenção dominante de qualificação, de inserção ou de desenvolvimento podem produzir efeitos nos espaços diferentes da sua intenção. Não é porque os dispositivos de formação seriam centrados mais na “aquisição” de “saberes”, de “saber-fazer” ou de “saber-ser” que eles não produziram também efeitos sobre o funcionamento do conjunto dos sujeitos humanos. O

97. C. Salomon-Bayet, *Organisation royale des Sciences par Louis XIV. Célébrations nationales*, 1999.

simples fato de se tratar de *dispositivos* suscetíveis de envolver as atividades de sujeitos humanos faz com que eles produzam transformações muito mais amplas do que as que eles pretendem produzir.

Em avaliação, as ações de avaliação baseadas na avaliação das ações podem ter efeitos sobre a avaliação dos sujeitos por si próprios e por outrem, e reciprocamente.

Em pesquisa, a mesma observação: pesquisas com intenção de otimização podem produzir às vezes saberes de inteligibilidade, e pesquisas em inteligibilidade podem ter como efeitos transformações do mundo. De qualquer modo, as pesquisas contribuem de forma importante para a construção dos sujeitos nelas envolvidos.

Todos esses fenômenos encontram a sua base no fato de os sujeitos estarem envolvidos em várias atividades ao mesmo tempo, que eles associam e de que conservam o rastro. São os mesmos sujeitos que estão presentes em todas as atividades, independentemente da intenção dominante de um dispositivo.

O cruzamento dos efeitos das atividades não significa necessariamente confusão. Por exemplo, em pesquisa, observa-se que, em determinados trabalhos ou campos de pesquisa, a presença sucessiva e não controlada de enunciados que não têm o mesmo *status* no plano epistemológico (enunciados factuais e prescritivos, por exemplo) não favorece a sua credibilidade, mesmo que, e talvez porque, exista uma demanda forte e ambígua de enunciados sobre a condução das ações que tenham os mesmos atributos sociais que os saberes de inteligibilidade.

“É quando você canta para você/Que você abre para os outros/O espaço que eles desejam”.⁹⁸

O que é apresentado como um exercício de confrontação com os outros e muitas vezes um exercício de confrontação com si próprio.

98. E. Guillevic, “Le chant”, 1990.

POLISSEMIA

- Coexistência de várias significações associadas a uma mesma palavra.

POLÍTICA

- Campo de transformação das condições coletivas das ações dos sujeitos.

POSIÇÃO

- Categoria de pensamento ou de discurso que permite situar um objeto entre outros nas relações que eles mantêm entre si.

A posição ocupada por um sujeito é uma inferência que pode ser feita, a partir de uma organização-em-ato de atividades, para cada sujeito envolvido por referência aos outros.

POSSIBILIDADE DE ATIVIDADE

- Atividade suscetível de ocorrer por parte de um sujeito em contexto.

Habitualmente, as possibilidades de atividade dão lugar à arbitragem por parte do sujeito, o que dá lugar à *preferência de atividade*.

A noção de possibilidade de atividade é próxima da noção de poder no sentido escolástico do termo: “Virtualidade; caráter do que pode se produzir ou ser produzido, mas que não está atualmente realizado.”⁹⁹

PRÁTICA

- Enunciado ou discurso produzido por um sujeito sobre a sua própria atividade.

Na maior parte dos casos, aquilo que os sujeitos em atividade chamam de “prática” é aquilo que eles querem dizer da sua atividade em uma comunicação a outrem. Nesse sentido, os profissionais não são apenas criadores de fatos, eles são também criadores de palavras.

99. A. Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, 2002, p. 860.

Essa abordagem da prática questiona a função da referência ao “fazer” nos discursos. Uma observação análoga pode ser feita sobre o termo “campo”: o “campo” é onde se encontra quem fala. A referência à prática se interpreta como uma ação de comunicação, inscrevendo-se nas *relações entre sujeitos*.

Consequentemente, o que chamamos de *análise das práticas* é frequentemente uma atividade discursiva sobre uma atividade discursiva, razão pela qual convém não confundir com a análise da atividade, que passa frequentemente pela observação, por características de atividade e/ou por verbalizações a partir dessas características. A análise das práticas se inscreve em ações ordenadas em torno da construção dos sujeitos; a análise das atividades pode se inscrever em ações ordenadas em torno da produção de saberes de inteligibilidade.

A noção de prática pertence majoritariamente ao *léxico da ação*.

PRAZER

- Experiência ligada à percepção de si em atividade, suscetível de acompanhar o envolvimento ou a continuidade de uma atividade.

Spinoza fala de alegria que provocaria o aumento do poder de agir.

Como o afeto que é sentido, o prazer é uma dimensão da atividade. Para Jean-Didier Vincent, o prazer é um “concomitante natural da atividade”.¹⁰⁰

PREFERÊNCIA PELO ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES

- Atividade em que, de fato, um sujeito se envolve, renunciando a outras atividades.

Pode-se falar também de valores-em-ato, isto é, *valores* tais que podem ser inferidos da constatação de um envolvimento em ações, ou interes-

100. J.-D. Vincent, *Biologie des passions*, 1999.

ses pela atividade. As preferências pelo envolvimento são o que, para os sujeitos, de fato, é importante fazer ou realizar.

As preferências pelo envolvimento se observam no campo das atividades de transformação do mundo físico e social envolvidas, mas também no campo dos atos mentais ou atos de comunicação, e não para as atividades que eles têm como objeto.

No plano metodológico, uma via privilegiada de acesso a essas preferências consiste, então, na coleta de dados produzidos diretamente durante o exercício dessas atividades: observações, registros, verbalizações em curso de ação. O registro dos métodos e técnicas utilizáveis é, assim, amplo: métodos etnográficos, observações físicas, medidas e análises de comportamentos, seleção de marcadores linguísticos que traduzem o envolvimento na atividade. Podem ser inferidos a partir da constatação de um *envolvimento* em atividades.

Essas preferências pelo envolvimento se encontram mais precisamente no campo das relações-em-ato entre os sujeitos, as suas atividades e os seus ambientes. Elas pertencem ao campo semântico dos construtos criados para dar conta das relações entre os sujeitos individuais e coletivos e as suas atividades: noções de atitude, de disposição, de hábito, de esquema, de padrão, de montagem, de organizador de atividades. Elas são referidas em termos de interesse que os sujeitos têm pelas suas atividades.

Essas preferências se especificam pela introdução em situação de uma hierarquia, de uma ordem entre essas relações sujeitos/atividades/ambientes. O envolvimento em uma atividade implica, de fato, a renúncia a outras atividades possíveis ao mesmo tempo.

Essas preferências são o produto de uma história dos sujeitos e podem evoluir ao longo dessa mesma história, ainda que tais evoluções sejam mais lentas do que as das próprias atividades. Elas especificam os sujeitos, mesmo nas suas transformações. O *ethos* é frequentemente característico de um grupo humano cujos membros podem compartilhar, muitas vezes sem o seu conhecimento, os mesmos modos físicos e sociais de se comportar.

Por fim, essas preferências pelo envolvimento não se transmitem, evidentemente, pelos discursos, mas eventualmente pela participação em atividades comuns. É isso que geralmente se quer dizer quando se afirma que os valores não se aprendem, mas se experimentam nas atividades.

PRESERVAÇÃO

- Ação ordenada em torno da manutenção de um ente.

No caso dos seres vivos, trata-se de uma manutenção de vida/de atividade.

PROBLEMA

- Ruptura da ativação em situação de um hábito de atividade.

Ao contrário da naturalização que é frequentemente feita, um problema existe como problema apenas para um sujeito em atividade; falar de problema implica especificar para quem.

A emergência de um problema não é separável de uma ruptura ou suspensão de atividade. Essa ruptura pode dizer respeito às próprias atividades dos sujeitos ou às construções de sentido (e/ou significações) em torno dessas atividades.

As rupturas também devem ser ligadas às *emoções*, definidas como transformações das construções de sentido em torno da atividade (interpretação) e pela abertura eventual de novas ações. Para Fabre, “há problemas que o sujeito elabora e que abrem um universo de pensamento e ação”.¹⁰¹

PROCEDIMENTO

- Enunciado sobre as prescrições de sequências ordenadas de operações suscetíveis de serem reproduzidas em classes de situação.

101. M. Fabre, *Philosophie et pédagogie du problème*, 2009.

PROCESSO

- Processo tendo sido objeto da identificação de um determinado número de invariantes ou de regularidades.

PROCESSO (*processus, procès*)

- Passagem de um estado para outro estado apresentando uma unidade de função.

PRODUÇÃO DOS MEIOS DE EXISTÊNCIA

- Atividades que produzem os meios mobilizados na produção de existência dos sujeitos.

Nas sociedades contemporâneas, o trabalho assalariado constitui a via dominante da produção dos meios de existência dos sujeitos, para si ou para aqueles que dependem dele na produção da sua existência. Na linguagem ordinária, essa situação é descrita em termos de “ganhar a vida” (“ganhar o pão”, “*breadwinner*”).

PRODUTO

- Transformação da entidade objeto-alvo de uma atividade, no final do seu exercício.

PROFISSÃO

- Discurso realizado sobre um ofício pelo grupo que o exerce.

Falar de profissão é um discurso de valorização do exercício de um ofício (cf. raiz grega *pro-phemi*: falar antes).

PROFISSIONALIZAÇÃO

- Intenção de transformação contínua de competências em relação com a intenção de transformação contínua de atividades.

No seu uso corrente, a noção de profissionalização não é um conceito

de inteligibilidade, mas um *conceito mobilizador* que finaliza um campo de atividade.

A intenção que ordena esse campo de atividade é uma intenção de produção e de transformação de *competências*.

A referência a uma intenção de profissionalização constitui hoje uma entrada essencial para entender as novas políticas de formação e de gestão de recursos humanos das organizações privadas e públicas.

O desenvolvimento de dispositivos ordenados em torno dessa intenção se inscreve provavelmente no desenvolvimento de uma cultura econômica e social descrita em termos de economia de serviços, pilotada pela demanda e que implica uma transformação contínua de atividades. Ele explica o lugar dado à noção de profissionalidade como designação das competências que correspondem a um exercício profissional.

PROJETO DE AÇÃO

- Representação/imagem antecipadora e finalizante de uma organização de atividades ordenadas em torno de uma transformação do mundo.

PROJETO DE SI

- Representação antecipadora e finalizante construída por um sujeito, relativa às suas próprias transformações como sujeito.

PROMOTOR DA OBRA (comanditário)

- Atividades que produzem o recurso a uma ação, a atribuição de meios para a sua realização, o uso dos resultados.

A função promotora designa o conjunto dos fenômenos e atores que intervêm no recurso a uma ação, na mobilização de meios para realizá-la e no uso dos seus resultados. É entre os atores presentes na função promotora de uma obra que se situam os comanditários e primeiros destinatários da engenharia, bem como aqueles que definem as especificações.

Os atores presentes na função promotora desempenham um papel mais específico na análise das necessidades e na avaliação dos efeitos da ação; quando a engenharia comporta várias etapas temporais explícitas (anteprojeto, projeto, ajustamento), o que é muitas vezes o caso, eles constituem os primeiros interlocutores dos atores da engenharia.

PROPOSTA DE ATIVIDADE

- Comunicação de atividade ordenada em torno de um envolvimento de outro sujeito na atividade proposta.

PROVA

- Ruptura na gestão pelo sujeito das suas próprias transformações de identidade.

PSÍQUICO

- Atividade de um sujeito que tem por objeto a sua própria atividade de transformação de si.

QUADRO

- Transformação do contexto em meios para a atividade em curso de um sujeito.

Para Goffman, que se interessa pelas atividades de interpretação e de construção de sentidos que acompanham a atividade, o quadro de experiência é um “dispositivo cognitivo e prático de organização da experiência social que nos permite entender o que está acontecendo e participar nisso. Um quadro estrutura tanto o modo pelo qual nós definimos e interpretamos uma situação como o modo pelo qual nós nos envolvemos em um curso de ação”.¹⁰²

Mais geralmente, os quadros são elementos presentes em um *contexto*,

102. E. Goffman, “Le sens commun”, 1991, p. 24.

utilizados como *meios* na atividade em curso. O quadro difere do parâmetro, que é uma condição da atividade em curso.

Na condução de uma ação, os produtos das atividades de determinação dos objetivos se tornam *referentes*, ou seja, quadros da atividade de avaliação.

QUALIDADE

- Enunciado relativo a um objeto na sua relação com a atividade de um sujeito.

QUALIFICAÇÃO

- Enunciado atributivo de valor que dá lugar à comunicação.

A qualificação é uma operação discursiva, social e que utiliza indicadores e critérios socializados, enquanto a avaliação pode ser uma operação mental.

RACIONALIDADE

- Construção mental/discursiva que ordena meios e fins.

É frequentemente chamado de irracional um comportamento cuja função não é entendida.

REALIDADE

- Fenômenos considerados pelo sujeito como existentes fora da sua própria atividade e impondo-se, por isso, a ela.

O real é descrito por Lacan como o que resiste à atividade.

RECONHECIMENTO (atividade de)

- Ligação realizada por um sujeito entre o conhecimento que emergiu de uma relação de atividade em curso e o conhecimento que emergiu de relações de atividade anteriores.

Reconhecer é julgar que um objeto atualmente presente já foi conhecido anteriormente sob qualquer aspecto.

REFERÊNCIA

- Enunciado relativo a uma representação compartilhada.

REFERENTE DA AVALIAÇÃO

- Representação ou enunciado de desejado que entra como meio em uma atividade de avaliação.

O referente é “aquilo em função de que” uma avaliação é feita; corresponde aos objetivos, critérios, normas suscetíveis de entrar no processo de avaliação.

Constitui o *meio específico* do processo.

A detenção do referente está ligada muito diretamente com a distribuição do *poder* no âmbito da atividade de avaliação.

O referente é o modo de presença dos *afetos* na avaliação.

REFERENTE IDENTITÁRIO

- Modelo introduzido por um sujeito na construção das suas próprias representações identitárias.

Referentes identitários são implementados nas situações de identificação de um sujeito a um outro sujeito: esse processo é descrito por Freud como o processo pelo qual um sujeito assimila um aspecto, um atributo do outro, e se transforma total ou parcialmente segundo o seu modelo.

REFERIDO DA AVALIAÇÃO

- Representação ou enunciado de existente que entra como material em uma atividade de avaliação.

O referido é “aquilo a partir do qual” uma avaliação é feita: corresponde aos dados, às informações disponíveis suscetíveis de entrar no processo de avaliação.

Constitui o *material* específico desse processo.

É, sob a forma de representação ou de enunciado, o modo de presença, no âmbito da avaliação, das entidades do mundo constituídas em *objetos* de avaliação. Está ordenado no ato de avaliação; é uma *representação finalizada* de existente.

REGIME DE ATIVIDADE

- Conjunto dos parâmetros a partir dos quais e nos quais os sujeitos desenvolvem a sua atividade.

Estar doente é provavelmente um regime de atividade. Para Canguilhem, “estar doente é viver uma outra vida”.

Um regime de atividade circunscreve as *possibilidades de atividade*.

O tratamento curativo (“cura”) pode ser definido como uma ação especificamente ordenada em torno de uma intervenção sobre o regime de atividade.

REGISTRO

- Espaço de atividade dotado de uma unidade de sentido e/ou significação para um sujeito.

O humor, a ficção, o imaginário são espaços que apresentam na atividade dos sujeitos uma lógica específica e são dotados de uma unidade de sentido/significação.

Na análise do discurso, os modalizadores são termos e expressões que indicam, em particular, a atitude do falante no que diz respeito ao seu próprio discurso. Eles constituem, à intenção do destinatário, uma oferta de significação suscetível de evitar os “contrassensos”.

A combinação de registros de atividade diferentes pode provocar emoções (poesia, tragédia, comédia).

A representação de atividade é uma forma de presença, por antecipação ou retrospectiva, na *condução* ou na *gestão* da atividade, de atividades que estão ausentes da própria atividade. Ela é um modo de articulação entre vários espaços de atividade.

REGISTRO DE ATIVIDADE

- Transformação a partir da qual pode ser inferida a atividade de um sujeito.

REGRA

- Enunciado apresentado como organizando a atividade dos sujeitos.

A palavra regra é utilizada em dois sentidos: como referente que fundamenta ou que define a atividade dos sujeitos, ou como ferramenta teórica avançada para explicar as atividades observadas dos sujeitos e as regularidades que são constatadas. A confusão entre os dois resulta, em parte, do primado da teoria sobre a prática nas culturas ocidentais. Em nossa opinião, convém reservar a palavra regra aos enunciados apresentados como fundamentando e definindo a atividade dos sujeitos. “O que se revela na observação das práticas não são regras, mas sim regularidades”.¹⁰³

As regras dão frequentemente lugar a um trabalho de escrita. Os textos mais antigos da humanidade são ficções ou o enunciado de regras, como o código de Hammourabi. “O trabalho legislativo”, escreve Carbonnier, “é antes de mais nada um trabalho de escrita e a legislação é sem dúvida o primeiro de todos os escritores. Não apenas porque é o mais prolixo, mas sobretudo porque é o único a poder transformar o mundo pela única virtude da escrita: a escrita das leis e dos decretos, dos regulamentos.”¹⁰⁴

RELAÇÃO

- Enunciado relativo a uma relação entre dois objetos tal que qualquer modificação de um deles implica uma modificação do outro.

Estabelecimento de ligação.

No campo dos objetos de pensamento, as equações constituem um

103. B. Laks, *Langage et cognition*, 1996, p. 126.

104. J. Carbonnier, *Sociologie juridique*, 1978, p. 156 et seq.

exemplo de relações entre grandezas no caso da matemática, entre medidas no caso das leis da física.

Quando se trata de objetos, a natureza dessa ligação pode ser variável: identidade, coexistência, sucessão, correspondência, causalidade.

RELAÇÃO DE LUGAR

- Relação entre sujeitos relativa à organização das suas respectivas atividades, que se infere a partir de organizações-em-ato de atividades.

RELAÇÃO-EM-ATO

- Relações estabelecidas entre um sujeito e os componentes do seu ambiente durante o exercício de uma atividade.

As relações-em-ato que um sujeito mantém com os componentes do seu ambiente constituem “aquilo que ele faz com eles”.

Essas relações têm existência e fundamento apenas no envolvimento de uma atividade entendida como uma totalidade, isto é, como um conjunto de elementos mutuamente dependentes e que não podem funcionar uns sem os outros. Por conseguinte, eles podem ser apreendidos e descritos apenas no quadro de uma relação de *implicação*. Essas relações são uma construção interna à atividade e transformam, por exemplo, uma entidade física ou um artefato em objeto ou ferramenta da atividade.

Essas relações entre sujeitos e ambientes têm um *status* pré-semântico e pré-linguístico; podem existir independentemente da consciência dos sujeitos envolvidos na atividade. Elas não são obrigatoriamente objeto, por parte do sujeito, de uma atividade de representação ou de uma atividade discursiva. Elas são precisamente relações-em-ato. Elas podem ser identificadas por um observador ou um analista externo a partir da atividade. Mas elas podem também ser objeto de um trabalho de mentalização ou de uma atividade discursiva por parte do sujeito.

Essas relações se caracterizam por um processo de marcação do ambiente em função das características da atividade e do sujeito. Falou-se, assim, de *affordance* (Gibson) ou de instrumentalização (Rabardel).

As relações-em-ato se caracterizam também por um processo de transformação dos sujeitos envolvidos na atividade por interiorização dessa atividade e, portanto, por integração, incorporação do uso. A maioria dos conceitos utilizados nas ciências sociais para dar conta dessas transformações dos sujeitos em relação com as suas atividades integram essa dimensão: esquemas, hábitos, *ethos*.

Essas relações entre sujeito e ambiente evoluem e se transformam ao mesmo tempo que as atividades evoluem e se transformam.

RELAÇÕES ENTRE SUJEITOS

- Construções recíprocas de representações e de imagens identitárias durante comunicações entre sujeitos.

As relações entre sujeitos são as definições recíprocas do lugar que os sujeitos envolvidos em interações se atribuem mutuamente.

- Distribuição específica das posições de sujeitos em um espaço de atividade.

“A Grande República [os] libertou no espaço público [...], deixou-os ser-vos na empresa” (Jean Jaurès).

REPRESENTAÇÃO

- Atividade que produz a presença do sujeito em atividades de objetos ausentes do seu ambiente ou atividades em que não está envolvido.

As representações “substituem” os seus objetos e podem ocorrer na sua ausência.

REPRESENTAÇÃO DE ATIVIDADE

- Modo de articulação entre espaços de atividades que implica a introdu-

ção, no espaço em que está envolvido o sujeito, de outros espaços de atividades em que não está envolvido ao mesmo tempo.

São atividades “internas” aos sujeitos, o que permite a “presentificação” na sua mente de experiências passadas e de eventuais atividades futuras (antecipação, retrospectção), sendo, portanto, nos sujeitos o eventual lugar de estabelecimento de uma ligação entre passado, presente e futuro.

São produzidas pelos sujeitos por sua própria conta; se nem sempre são avaliativas, são sempre qualitativas.

Embora as representações sejam facilmente acessíveis aos próprios sujeitos pelo que se convencionou tradicionalmente designar introspecção, o seu acesso para observadores externos é, no entanto, delicado no plano metodológico. A via habitual é a provocação de discursos pelos sujeitos sobre a sua atividade de representação mental, supondo-se que esses discursos “explicitem” essa atividade. Mas as verbalizações são atos de comunicação, o que é muito diferente, e uma simples análise do seu conteúdo não previne muito contra as estratégias discursivas em jogo nessa “explicitação” e, em particular, contra todos os fenômenos de ostentação de si a outrem e a si mesmo presentes nos atos de comunicação. Essas técnicas também não permitem acessar os fenômenos ditos de “segundas intenções”, que desempenham um papel tão importante nas ações e que dão lugar à enunciação. Sem negligenciar essa via, convém observar que ela pode ser complementada e que uma via mais segura no plano metodológico pode ser encontrada na identificação, dentro dos gestos e comunicações dos sujeitos, de marcadores de tais representações, muitas vezes sem o saberem, claro.

Essas representações podem ter por objeto atividades muito diversas: atividades visuais, atividades auditivas, atividades discursivas, etc., que permitem falar de representações visuais, auditivas, discursivas. Dá-se a Django Reinhardt esta expressão: “Na minha cabeça, eu escuto acordes que nunca poderei tocar”. Tem-se um testemunho análogo sobre Beethoven ter ficado surdo.

REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA

■ Representação operada por sujeitos sobre si como sujeitos.

Quando os sujeitos são operadores de identificação para si, pode-se falar então de identidade para si ou de representação de si por si. Quando o operador de identificação é outro, pode-se falar de representações de um sujeito por outro.

Essas construções são solidárias com construções análogas que os sujeitos operam em torno das suas atividades e do ambiente das suas atividades. Elas são solidárias na sua emergência e nas suas transformações. Elas constituem com elas a experiência dos sujeitos. Nesse sentido, uma teoria de construções identitárias não é distinguível de uma teoria das construções das atividades humanas. A cada unidade de ação de um sujeito corresponde, provavelmente, neste último, uma representação de si como sujeito que age nessa ação.

Essas construções mentais que os sujeitos operam em torno de si assumem frequentemente os mesmos contornos que as que eles operam em torno das suas atividades. Existem tantas representações identitárias possíveis quanto campos de ação reconhecidos por um sujeito: é possível, por exemplo, distinguir aos olhos de um sujeito um eu em formação, um eu profissional, um eu social. Os sujeitos são portadores de uma multiplicidade de representações identitárias, ao mesmo tempo autônomas e ligadas entre si.

Essas construções mentais são muito transitórias, estão mais ou menos ativadas, mas estão sempre presentes e relacionadas com outras representações anteriores, contribuem para a formação da identidade como representação recorrente que o sujeito faz de si. Essa representação recorrente corresponde à representação que ele faz de si, a partir das suas atividades, como entidade dotada de uma determinada permanência na mudança, produzida por e investida nas suas atividades. Essa abordagem se aproxima da definição da identidade proposta por Erikson em referência ao que faria a unidade ou a continuidade de um sujeito através das suas atividades. O estabelecimento de uma relação entre essa representação identitária recorrente e as representações de

si como sujeito que age no curso da atividade explica de forma importante os *afetos identitários* que provêm do próprio exercício da ação: prazer ou sofrimento conforme o caso, que têm muita importância para o envolvimento de novas atividades. A não congruência entre representações ligadas a uma ação particular e representações identitárias duradouras pode explicar situações de bloqueio na resolução de problemas de ação.

As representações identitárias estão em estreita interação com as imagens identitárias. Constata-se, em particular, uma incidência muito forte das imagens que os outros dão de um sujeito sobre as representações que esse sujeito faz de si, incidência evidenciada no efeito Pigmaleão. Ao contrário, constata-se uma influência das imagens de si que um sujeito pode dar a outro sobre as representações que os outros podem fazer desse sujeito, ou sobre as imagens que os outros podem dar desse sujeito. É, claro, em tais efeitos que se baseiam as estratégias de dissimulação de si ou, pelo contrário, as estratégias de afirmação de si. A psicologia social, na medida em que se situa na articulação entre o psicológico e o social, interessou-se particularmente por essas questões. As interações entre representações e comunicações entre sujeitos sobre si salientam o fato de que elas são recíprocas: representações e comunicações entre sujeitos sobre si não funcionam como conhecimentos, mas como reconhecimentos.

As representações identitárias são avaliativas. Relacionadas com as imagens identitárias, elas desempenham um papel essencial na formação da autoestima, que é precisamente a base dos fenômenos de prazer e de sofrimento identitário.

As representações identitárias desempenham ainda um papel essencial naquilo que se convencionou chamar de *dinâmicas* de transformação identitária, que põem em jogo, com os afetos correspondentes, várias representações e imagens identitárias: a representação de si próprio para si, a representação que um sujeito faz da representação que o outro tem dele, imagem dada a outro, representação do si desejado.

REPRESENTAÇÕES FINALIZADAS

- Representações que os sujeitos fazem do seu ambiente, de si ou da sua própria atividade, orientadas pelos processos de transformação em que já estão envolvidos.

As representações finalizadas correspondem às representações de existentes feitas pelos sujeitos no exercício das suas atividades, tendo em conta o seu envolvimento nessas atividades.

Correspondem à noção de imagem operativa, tal como definida por Ochanine, ou seja, apresentando, em particular, três características: seletividade e laconismo, polarização, deformação funcional.

As representações finalizadas mantêm relações de intersignificação com os outros componentes da condução da ação, e pode ser útil para os pesquisadores se dotarem de ferramentas de pesquisa empírica fundamentadas no reconhecimento dessas intersignificações: representações que os sujeitos fazem da situação segundo a sua imagem de sujeito que age e a sua representação da atividade, representações de si segundo a situação e a atividade, representações da atividade segundo a situação e si mesmos, etc.

As representações finalizadas não se opõem a representações que seriam puramente cognitivas: as representações que um pesquisador faz, no exercício de uma atividade de pesquisa, daquilo que ele toma como objeto são finalizadas pela sua intenção de produção de saberes e sobredeterminadas também pelo quadro teórico investido.

REPRESENTAÇÕES FINALIZANTES

- Representações do que os sujeitos consideram como desejável, para si próprios, para as suas atividades ou para os seus ambientes.

Constata-se, nas atividades mentais dos sujeitos, a presença de representações relativas à existência de desejáveis, que chamamos de representações finalizantes. Elas permitem a atribuição, *a priori* ou *a posteriori* em relação às atividades, de uma qualidade a objetos, situações, sujeitos, acontecimentos, ações. Também se pode falar de repre-

sentações-referentes. Essas representações são variáveis no seu conteúdo e se transformam à medida que se transformam as atividades e os sujeitos envolvidos nessas atividades.

As representações finalizantes são as representações que os sujeitos fazem daquilo que, na sua opinião, vale (ou valeria) a pena ser feito (em uma situação dada). Elas são “o que dá sentido à vida” e são suscetíveis de influenciar a escolha dos seus modos e meios de ação. Elas pertencem ao universo das construções de sentido.

Surgem, em particular, durante operações mentais de avaliação ou de atribuição de valor a atividades, *a priori* em antecipação (determinação de objetivos, construção de projetos), ou *a posteriori* em retrospectiva (avaliações propriamente ditas). Elas desempenham um papel funcional no ato de atribuição mental de valor, na medida em que elas são expressão do desejável. São elas que introduzem no nível mental do sujeito uma relação de ordem e de hierarquia. Elas constituem um modo de presença dos *afetos*, das experimentações no campo das representações. Portanto, elas se especificam e evoluem durante a condução das ações.

As representações finalizantes das atividades contribuem muito diretamente para a formação das representações dos “si desejado” que os sujeitos elaboram na e a partir da sua história; estas se originam daquelas e contribuem para transformá-las. Essa ligação muito estreita surge, em particular, através dos fenômenos de prazer e de sofrimento identitários identificáveis no exercício das atividades, que traduzem ou não ligações de coerência estabelecidas espontaneamente pelos sujeitos entre representações do si atual provenientes de experiências em curso e representações do si desejado provenientes das suas trajetórias anteriores. Esse ponto foi tão bem entendido por alguns pesquisadores ou intervenientes interessados na questão dos valores que, em vez de questionar diretamente os sujeitos sobre os seus valores (atitude muito frequente que permite coletar apenas valores professados, declarados, expostos), eles os questionam sobre as situações em que “eles se sentem bem”. Isso explica também a relação estreita

feita espontaneamente pelos sujeitos entre as suas próprias pessoas e não os valores que eles afirmam, mas os valores que eles vivem, que eles experimentam.

RESULTADO

- Avaliação pelos sujeitos das transformações operadas pelas suas ações em função dos seus objetivos.

O resultado se refere à lógica da ação, e menos diretamente à lógica da atividade, a qual se refere mais à noção de resultante.

É o produto de uma avaliação.

Inscribe-se frequentemente no paradigma da ação racional, que privilegia a relação causa-consequência, ligação que é um hábito coletivo de pensamento relativo à condução da atividade.

RESULTANTE

- Estado final do objeto-alvo de uma intervenção.

A resultante é o produto identificado da integração do resultado de uma ação no contexto, enquanto o resultado é o produto avaliado dessa própria ação.

RISO

- Efeito provocado nos destinatários de uma comunicação por uma conjugação de espaços de atividades que pertencem a deliberadamente de registros opostos.

Na fórmula famosa de Bergson, o riso vem de uma “mecânica copiada do vivo”.¹⁰⁵ “Uma situação é sempre cômica quando ela pertence ao mesmo tempo a duas séries de acontecimentos absolutamente independentes, e que ela pode ser interpretada ao mesmo tempo em dois sentidos diferentes”.¹⁰⁶ É o caso, por exemplo, do quiproquó.

105. H. Bergson, *Le rire. Essai sur la signification du comique*, 1946, p. 29.

106. *Ibidem*, pp. 73-74.

O riso é uma ruptura na atividade e, desse ponto de vista, assemelha-se a uma microemoção; provocar o riso pode permitir transformar uma situação de interação, o que explica expressões como “colocar os que riem do seu lado” ou “*castigat ridendo mores*” (“é rindo que se corrigem os costumes”).

O cômico é uma ação ordenada em torno da produção do riso e, portanto, da organização de atividades que integram tais espaços que pertencem a registros de sentidos muito diferentes nos sujeitos destinatários.

RITMO DE ATIVIDADE

- Organização periódica da atividade de um sujeito.

SABERES

- Enunciados proposicionais associados de forma relativamente estável a representações ou sistemas de representações sobre o mundo e a sua transformação, sendo objeto de uma validação social que se situa habitualmente no registro do juízo de verdade (verdadeiro/falso) ou do juízo de utilidade (eficaz/ineficaz).

Os saberes são enunciados, em particular, escritos ou orais. Eles aparecem em atividades de comunicação. Nas situações formalizadas de transmissão de saberes, como o ensino, as noções de saberes e de conhecimentos se situam como complementos obrigatórios. Os saberes são objeto de enunciação por parte dos sujeitos comunicantes e devem ser objeto de um processo de apropriação, assimilação, integração pelos sujeitos destinatários, neste caso, os que aprendem. Eles manifestam uma intenção de influência dos sujeitos comunicantes sobre as construções de representações do mundo dos sujeitos destinatários.

Eles têm uma existência social distinta daqueles que os enunciam e daqueles que se apropriam deles. Eles são conserváveis, acumuláveis, apropriáveis por atores diversos em momentos diversos. Eles estão convencionalmente *associados* a representações ou a sistemas de re-

apresentações provisoriamente estabilizados sobre o funcionamento do mundo e a sua transformação. Os saberes são saberes sobre.

Esses enunciados são indexados a um juízo de valor, um reconhecimento, uma *qualificação* social. Dizer que um enunciado constitui um saber equivale a lhe conferir um *status* junto do destinatário da comunicação. A comunicação de saberes se acompanha de valorizações.

A validade desses enunciados, isto é, a sua ligação de correspondência entre representação e objeto representado, é objeto de um controle social, quer por experiência do exercício de uma atividade (saberes de experiência), quer pela pesquisa (saberes de pesquisa). Não tem saber sem designação do espaço de referência em que é reconhecido como tal, quer se trate de um espaço profissional (comunidade de ofícios) ou de um espaço acadêmico (referência à noção de “comunidade científica”). Os espaços sociais de reconhecimento dos saberes tendem eles próprios, em uma determinada cultura, a manter entre si relações hierárquicas de reconhecimento, o que não deixa de afetar a hierarquia de reconhecimento social dos saberes correspondentes.

Esses enunciados são considerados como suscetíveis de serem investidos em atividades de pensamento, de comunicação ou de transformação do ambiente físico e social.

SAÚDE

- Experimento duradouro de um sujeito relativo ao seu regime de atividade.

A definição de saúde dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a partir de 1946 é a seguinte: “Estado completo de bem-estar físico, social e mental [que] não consiste apenas na ausência de doença ou enfermidade”.¹⁰⁷ Essa definição foi posteriormente esclarecida: “Estado de bem-estar em que o indivíduo pode se realizar, superar as tensões normais da vida, realizar um trabalho produtivo e frutuoso e contribuir para a vida da sua comunidade”.¹⁰⁸

107. Organização Mundial da Saúde, *Conferência Internacional de Saúde*, 1946.

108. K. Young, *Population health concepts and methods*, 1988.

Desde Hipócrates, ela foi vista como um equilíbrio entre funções; a doença apareceu como uma ruptura desse equilíbrio; o tratamento como uma ação ordenada em torno da restauração desse equilíbrio.

A face subjetiva da saúde é, portanto, o bem-estar, a cura sendo ordenada em torno da restauração do bem-estar ou, pelo menos, da produção de um melhor-estar.

SEGURANÇA/AMEAÇA

- Experimentos duradouros (vivências duradouras) relativos à preservação de si e da sua atividade.

Segurança e ameaça são sentimentos surgidos da consciência/comunicação de processos ou ações que preservam/põem em perigo a atividade do sujeito.

Uma ação de segurança é, na verdade, uma ação ordenada em torno da produção de um sentimento de segurança ou da supressão de um sentimento de ameaça.

SENSAÇÃO

- Espaço de atividade caracterizado pela relação entre uma transformação de entidades do mundo e configurações de estímulo para um sujeito.

De maneira talvez inesperada, Bossuet dá uma estimulante definição de sensação: “Podemos definir a sensação [como] a primeira percepção que se faz na nossa alma à presença dos corpos que chamamos objetos e depois da impressão que fazem nos órgãos dos nossos sentidos”.¹⁰⁹

SENTIDO

- Experimento de um sujeito ligado a uma relação, a uma conjunção estabelecida por esse sujeito entre representações provenientes da ati-

109. J.-B. Bossuet, *Connaissance de Dieu et de soi-même*, 1722.

vidade em curso e representações provenientes de outros episódios de atividade.

O sentido é uma *construção mental* que ocorre no sujeito durante uma atividade, pelo estabelecimento de relação entre representações provenientes dessa atividade e representações provenientes de outros episódios de atividades.

Os sujeitos humanos, ao longo das suas atividades, continuam efetuando tais construções que tratam tanto do ambiente dessas atividades, da sua organização e do seu desenvolvimento, quanto de si como sujeitos que agem e dos outros sujeitos com os quais eles interagem. Essas construções mentais e os afetos correspondentes constituem a sua *experiência*. Elas são extremamente móveis e dificilmente acessíveis.

O sentido é também um experimento; está ligado diretamente com as disposições dos sujeitos para se envolver nas atividades. “Fazer sentido” pode ter um efeito de apaziguamento ou de dinamização. Desse ponto de vista, entende-se o lugar dado na literatura científica sobre a cultura à afirmação da sua “força dinâmica” e à sua ligação com as *atitudes*.

As construções de sentido não são separáveis das construções discursivas realizadas no âmbito de interações com outros, que as favoreçam ou transformem; mas não se devem confundir essas comunicações em que se realizam as construções de sentido com as comunicações que têm por objeto a manifestação dessas construções de sentido, das quais faz parte a cultura no sentido de domínio social autônomo de atividade.

A noção de sentido é frequentemente confundida com a noção de *significação*. A significação é dada em uma atividade de comunicação; o sentido, por sua vez, constrói-se em uma experiência do sujeito para si. Uma expressão como “isso me diz muito” aparece frequentemente em situações de comunicação verbal ou escrita, mas denota construções de sentido e é um indicador destas.

SENTIMENTOS

- Construções mentais e/ou discursivas sobre experimentos considerados como apresentando uma relativa estabilidade.

Os sentimentos são construções marcadas por um determinado reconhecimento e por uma conexão com um conjunto conhecido e partilhado. Eles têm um caráter mais duradouro e menos singular do que os afetos e as emoções, pelo menos na sua designação. Para Pagès, o sentimento “é uma diferenciação do afeto [...]; o seu critério distintivo é a sua associação a um discurso interno que ele denomina e a natureza da relação [...] o sentimento se constrói no tempo e liga as pessoas”.¹¹⁰

Os sentimentos surgem em contextos de construção/reconstrução das representações/imagens identitárias dos sujeitos envolvidos sobre si.

Pressupõem uma atividade de *consciência*, isto é, de representação de si ligada à representação que eles fazem da sua própria atividade. Essa atividade de consciência está na origem da constituição do *eu*, resultante do conjunto das ações de *pensamento* em si que o sujeito destina a si mesmo. O eu *se* compõe nomeadamente de um eu atual, em ligação com as representações finalizadas que um sujeito produz em torno das suas próprias ações, e de um eu desejado em ligação com as *representações finalizantes* que ele produz em torno das suas próprias ações.

Pressupõem também uma situação de comunicação que envolva a construção do *eu* e nomeadamente dois tipos de construções: construções de *imagens identitárias*, ou seja, imagens de si dadas a outrem; construções de *representações identitárias*, isto é, representações que um sujeito faz das representações que outros fazem dele, entre outras.

Pode-se supor que o estabelecimento de relação, efetuada pelo sujeito e inserida na atividade, dessas novas representações/imagens faz surgir diversas situações de concordância/discordância, homogeneidade/heterogeneidade, congruência/tensões, que produzem sentimentos diferenciados: alegria/tristeza, ameaça/segurança, atração/repulsão, filiação/individuação, amizade/hostilidade, amor/ódio, etc.

110. M. Pagès, *Trace ou sens, le système émotionnel*, 1986.

Os sentimentos correspondem a transformações das relações que os sujeitos estabelecem entre os seus construtos identitários.

SI

- Resultante das ações de percepção, por um sujeito, de si como sujeito que age.

O si corresponde à percepção de uma unidade de envolvimento de atividade.

SIGNIFICAÇÃO

- Complexo intencional que, em um falante, acompanha uma atividade de mobilização de signos, a fim de produzir efeitos de construção de sentido no destinatário da comunicação.

Ela é, nas palavras de Grice, “o que se quer dizer”.

Baseia-se em uma interação social, habitualmente designada na comunicação verbal pelo par falante-ouvinte, mas que pode tomar outras formas em função da diversidade das situações de comunicação. Ao contrário do *sentido*, a significação é obrigatoriamente destinada. Ela implica a presença de signos que são suscetíveis de serem reconhecidos como tais por outros indivíduos além daqueles que os mobilizam. As significações podem, portanto, ser apreciadas apenas em contextos de interações comunicacionais.

A significação pode ser definida como a intenção específica que acompanha o sujeito envolvido em uma atividade de mobilização de signos. Significar é fazer sinal. O trabalho que fundamenta uma enunciação em um sujeito, que a faz emergir, constitui o seu sentido; a própria enunciação pode ser considerada parte da função de desempenho.

Essa intenção, que pode ser uma intenção-em-ato, é uma intenção de mobilização da atenção de outrem e de produção para ele de *efeitos de sentido* para fins de *influência*. A mobilização da atenção de outrem passa provavelmente por uma oferta ao ouvinte do sentido potencial. Essa

oferta de sentido potencial se traduzirá em eventual influência apenas se se desencadearem no ouvinte mecanismos de construção de sentido, correspondente ou não à oferta.

Ao contrário da aceitação dominante do termo significação em ciências da linguagem (convenção estável), a significação apresenta, assim, todas as características de uma *configuração*. Ela tem um caráter conjuntural, ligado ao próprio ato de comunicação e ao seu contexto. As significações das palavras podem ser flutuantes, mudar ao longo da mesma sequência de ideias; elas são, na sua maioria, determinadas pela situação. Para Locke, “cada um tem uma inviolável liberdade de fazer com que as palavras signifiquem as ideias que ele quer”.¹¹¹ As significações mobilizam representações sobre as associações convencionais mais ou menos compartilhadas, que são as denotações e as conotações; elas mobilizam hipóteses sobre as representações prévias dos destinatários das comunicações; elas também mobilizam crenças.

Finalmente, à oferta de significações ligada à comunicação está associado um jogo de ofertas de *imagens identitárias* entre parceiros da comunicação: imagens de si oferecidas a outrem, representação que os outros fazem de si, etc. Ao contrário das identidades para si ligadas à construção de sentido, trata-se de identidades “para outrem”. Essas ofertas de imagens identitárias podem desempenhar um papel importante nas ofertas de significação (apresentação de imagens coerentes das suas atividades, por exemplo).

SIGNO

■ Entidade que se refere a uma outra entidade para um sujeito.

O signo é a unidade básica das atividades de comunicação.

Caracteriza-se por um estabelecimento de relação entre uma entidade física (o significante: palavra, gesto, ato), uma entidade mental dos sujeitos (significado) e uma entidade externa aos sujeitos e à qual se refere.

111. J. Locke, *Essai philosophique sur l'entendement humain*, 1689, p. 327.

O signo se torna signo apenas no âmbito de uma atividade de comunicação. É destinado; é um signo “para alguém”.

Não substitui a entidade a que ele se refere, mas a representa na sua ausência.

Peirce resumiu as características do signo em diferentes escritos e, em especial, em uma fórmula notável: “o signo é algo que considera algo para um sujeito”.¹¹²

Para Saussure, a semiologia é a “ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social” e da qual a linguística “é apenas uma parte”.¹¹³

SIMULAÇÃO

- Ação de representação de ação.

SITUAÇÃO

- Qualificação por um sujeito do contexto em que ele age.

A situação é uma construção discursiva sobre a relação que um sujeito mantém com um contexto do ponto de vista do seu envolvimento na ação.

Para Sartre, “a psicologia [...] toma o homem no mundo, tal como ele se apresenta através de uma multitude de situações: no café, em família, na guerra. De forma geral, o que lhe interessa é o homem em situação. Como tal, ela é, como vimos, subordinada à fenomenologia, uma vez que um estudo realmente positivo do homem em situação deveria ter esclarecido, primeiro, as noções de homem, de mundo, de situação”.¹¹⁴

STATUS

- Posição estável reconhecida em um sujeito ou grupo de sujeitos em um campo dado de atividade.

112. C. S. Peirce, *Lettre à Madame Welby*, 1931.

113. F. Saussure, *Cours de linguistique générale*, 1995, p. 33.

114. J.-P. Sartre, *Esquisse d'une théorie des émotions*, 1995.

SUBJETIVAÇÃO

- Processo de construção de sentido por si e para si.

SUBJETIVIDADE

- Atividade de gestão pelos sujeitos das suas atividades psíquicas.

A subjetividade não é uma entidade, é um processo.

É uma relação do sujeito consigo mesmo.

É sobre si e é destinada a si e para si.

A injunção de subjetividade é uma pressão social que visa a fazer com que os sujeitos produzam um sentido pessoal para todas as atividades em que estão envolvidos, impostas ou escolhidas.

SUJEITO

- Unidade de envolvimento em ações.

A palavra “sujeito”, neste *Vocabulário*, é tomada em duas acepções: a) como conceito de apoio nas definições – é então equivalente a “ser humano envolvido na/pela sua atividade”; b) como conceito valorizado no vocabulário da ação – designa então uma construção mental ou um enunciado que faz do ser humano a causa da sua própria ação, bem como os afetos ligados.

O sujeito do enunciado – este corresponde à definição dada por Ducrot da personagem envolvida no enunciado para a polifonia: “ser quem, no mesmo sentido do enunciado, é apresentado como o seu responsável, isto é, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade do enunciado”.¹¹⁵

TÉCNICA

- Enunciado socialmente valorizado relativo a organizações estáveis de atividades suscetíveis de assegurar a ocorrência de resultados.

115. O. Ducrot, *Le dire et le dit*, 1984, p. 193.

Para Mauss, a técnica é um “ato tradicional eficaz”.

Falar de técnica pode ser uma forma de salientar as organizações de atividades correspondentes. Por exemplo, para públicos influenciados pelo paradigma teoria/prática, a “técnica” pôde aparecer como mais valorizada que o “profissional” (em especial, pelos professores, que são suscetíveis de fornecer saberes técnicos); a introdução de culturas da profissionalização modificou um pouco essa situação privilegiando as competências.

TENDÊNCIA DE ATIVIDADE

● Relação entre um sujeito e um envolvimento de atividade.

Viver diferentes atividades produz no sujeito, ao mesmo tempo, *hábitos de atividade* diferenciados e tendências de atividade diferenciadas. Widlöcher põe em paralelo diferenciação das ações e diferenciações dos afetos, que se podem considerar como transformações das tendências de atividades: “os afetos [...] continuam acompanhando ações cada vez mais diferenciadas”.¹¹⁶

Pressupõe-se que as tendências de atividades sejam diferenciações do *impulso de atividade* no e através do exercício da atividade.

As tendências de atividades podem ser, de acordo com diferentes autores, chamadas de disposições, propensão, inclinação, tendência de ação.

As tendências de atividade apresentam, em particular, três características, que se encontram na noção de força em física: a) uma direção e uma orientação; b) uma valência positiva e negativa em relação a essa orientação; c) uma intensidade.

As tendências de atividade se transformam no e através do exercício da atividade; essas transformações constituem os *afetos*.

116. D. Widlöcher, “De l’émotion primaire à l’affect différencié”, 1992.

TEORIA

❶ Enunciado referente a relações estáveis entre objetos de pensamento. Nas ações de pesquisa, as atividades de teorização têm como resultado específico a produção de enunciados sobre relações entre conceitos construídos para dar conta de *existentes* e das construções conceituais mais amplas (invariantes de relações). Uma parte importante do trabalho de pesquisa consiste em tratar essas relações no que se convencionou designar quadro teórico, quadro conceitual, problemática, quadro interpretativo, teoria de referência. Em todos os casos, trata-se de enunciar uma arquitetura de conjunto de ferramentas conceituais, o que é a etimologia da própria palavra “teoria”. O escopo do quadro teórico supera o escopo das ligações realizadas a partir dos dados identificados. As atividades de teorização correspondem, provavelmente, no plano discursivo, àquilo que chamamos, no registro mental, de atividades de interpretação.

As vias de atividades de teorização são diversas. Elas podem ser efetuadas por referências disciplinares explícitas, pela referência a escolas de pensamento no seio das disciplinas ou transversalmente a várias disciplinas, pela referência ainda a alguns grandes paradigmas de pesquisa. A escolha de um quadro teórico ou de uma disciplina tem muitas vezes uma incidência na divisão do próprio objeto da pesquisa, às vezes sem que os pesquisadores percebam, o que com frequência torna os intercâmbios ditos pluridisciplinares bastante ingênuos.

Nas comunicações de pesquisa, as atividades de teorização dão lugar à explicação e discussão sob a forma, em particular, de revisão de literatura, de apresentação do contexto científico, de escolha ou de construção do quadro teórico.

Nas ações de pesquisa, o quadro conceitual inicial e as discussões sobre as implicações teóricas dos resultados estão muito próximos em termos de *status*. O que está também em jogo é a dimensão de historicidade da pesquisa. No decurso de uma mesma pesquisa, os quadros teóricos podem evoluir, e os pesquisadores envolvidos podem considerar

essa evolução como uma mais-valia. Isso é ainda mais verdadeiro no nível de uma trajetória de pesquisa, durante a qual os atores envolvidos podem construir e socializar progressivamente o seu universo teórico.

TRABALHO

● Atividade socialmente reconhecida como produtora de utilidade.

O trabalho é uma atividade. A análise do trabalho é, portanto, uma análise da atividade. Ela se refere a um duplo contexto: contexto do trabalho propriamente dito, contexto de emergência da demanda de análise.

O trabalho é produtor de utilidades, geralmente designadas em termos de bens e serviços.

Quando o trabalho é objeto de uma transação que dá lugar a uma estimativa de um valor de troca (trabalho assalariado): pode dar lugar à distinção entre o trabalho prescrito, que corresponde à atividade esperada dos sujeitos no trabalho e formalizado por ordens, diretivas, regras, procedimentos, códigos, resumos das comunicações escritas e orais que derivam das organizações, e o trabalho “real”, tal como é desempenhado pelos sujeitos, dotado de sentido pelos sujeitos e pelo seu ambiente. Para Dejours, “o trabalho é a atividade coordenada desenvolvida pelos homens e pelas mulheres para enfrentar aquilo que, em uma tarefa utilitária, não pode ser obtido por uma simples execução da organização prescrita”.¹¹⁷

Como um grande número de termos utilizados no vocabulário da ação, a palavra “trabalho” pode designar ao mesmo tempo o processo de produção e o produto.

TRABALHO SOCIAL

● Ação ordenada em torno de uma transformação das relações entre os sujeitos e o seu ambiente social.

117. C. Dejours, *Le facteur humain*, 2010, p. 44.

TRAÇOS

- Característica duradoura, distintiva, de atividades na memória de atividade dos sujeitos.

Esses traços estão muitas vezes ligados com emoções, que podem ter sido chamadas de memória emocional. Eles podem apresentar um caráter fundador para a atividade dos sujeitos, na medida em que transformam as construções de sentido que eles operam, às vezes, em torno do conjunto da sua existência.

Para Alfred Manessier, criador de vitrais, “A vocação de um homem está ligada, mais do que se crê, à qualidade da luz do lugar onde se banhou o olho deslumbrado de uma criança”.¹¹⁸ “Ninguém se cura da sua infância” cantaram, em um outro registro, Jean Ferrat¹¹⁹ e Barbara.¹²⁰

Talvez possamos considerar os *conhecimentos* como traços das *construções mentais* dos sujeitos.

TRANSAÇÃO

- Modo de interatividade entre sujeitos caracterizado por designações recíprocas de atividades que dão lugar a uma estimacão de valor.

TRANSAÇÃO DE RECONHECIMENTO

- Atividade através da qual os sujeitos estabelecem uma relação baseada em uma atribuição recíproca de valor.

Um exemplo particular de transação de reconhecimento é dado por Rousseau na “Profissão de fé do vigário savoiano” (“*Profession de foi du vicaire savoyard*”): a representação que os crentes fazem de Deus está ligada com as representações que fazem de si mesmos. Perfila-se a possível relação entre desenvolvimento do monoteísmo e desenvolvimento da noção de pessoa.

118. A. Manessier, *Baie de Somme*, 1980.

119. J. Ferrat, “Nul ne guérit de son enfance”, 1991.

120. Barbara, “Mon enfance”, 1968.

Lê-se também no hospício de Beaune: “Deus cuida de mim; ele tem os olhos postos especialmente em mim, e sou singularmente testado apenas porque sou singularmente amado” (inscrição na sala Saint Nicolas).

TRANSFORMAÇÃO

- Paradigma de pensamento investido na análise da atividade, o que faz da atividade analisada um processo situado, que ocorre ele mesmo em processos em curso, e cuja análise é ela mesma um processo.

O paradigma de pensamento que privilegia a transformação na abordagem do mundo é um paradigma muito antigo na cultura ocidental: “Nada nasce, nem morre, mas as coisas já existentes se combinam e depois se separam de novo”, dizia Anaxagore de Clazomènes, no século V a.C. Atitude retomada por Lavoisier, no próprio nascimento de uma disciplina moderna como a química: “[...] pois, nada se cria, nem nas operações da arte, nem nas da matéria, e se pode afirmar em princípio que, em qualquer operação, existe uma igual quantidade de matéria antes e depois da operação [...] e que só há mudanças, modificações”.¹²¹

Progressivamente, esse paradigma se estendeu à construção dos sujeitos humanos, à intervenção humana sobre o mundo, sobre os outros e sobre si. Para Winnicott, “o mundo já está aqui e ao mesmo tempo é criado pelo sujeito”.¹²² E, para Sartre, “para além do que eu sou por herança e do que fizeram de mim pelo meio e pela educação, há o que eu faço com o que eu sou e o que fizeram de mim”. A reflexão contemporânea se estende à atividade intelectual com o desenvolvimento de diferentes formas de construtivismo.

TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO FÍSICO, MENTAL, SOCIAL

- Dominante das transformações às quais são ordenadas organizações de atividades.

121. A. L. Lavoisier, *Traité élémentaire de chimie*, 1789.

122. D. W. Winnicott, *Jeu et réalité*, 1971.

Podem-se distinguir, por exemplo:

Dominantes comunicacionais: a ação é, em primeiro lugar, uma mobilização de signos com intenção de influência sobre os outros ou sobre si – ela transforma significações, mas pressupõe em acompanhamento uma atividade de pensamento e uma atividade operatória. É o caso, por exemplo, da *expressão* do pensamento.

Dominantes de pensamento: o processo é, em primeiro lugar, uma atividade de transformação de representações, mas pressupõe também outras atividades. Por exemplo: o pensamento verbal.

Dominantes operativas: o processo é, então, em primeiro lugar, uma atividade de transformação do ambiente externo, mas pressupõe também outras atividades. Por exemplo: “o pensamento operativo”, a “língua-gem operativa”, as “representações para a ação”.

TRANSFORMAÇÕES CONJUNTAS

- Transformações ocorrendo simultaneamente em vários espaços de atividade e que afetam simultaneamente os sujeitos envolvidos nesses espaços de atividade.

“Transformações conjuntas” é um *conceito* de *identificação*; os conceitos de *análise* correspondentes são os conceitos de solidariedade de transformação e/ou de correlação de transformação.

Quando vários espaços de atividade são objeto de uma *associação*, eles são afetados por transformações conjuntas.

Dentro da atividade, as transformações dos sujeitos em atividade e as transformações da atividade são conjuntas. Elas são apenas duas *faces* da atividade.

No plano epistemológico, a solidariedade e a correlação de transformação se diferenciam de um modelo de *causalidade* linear. Para Cosnier, “parece indispensável evitar um pensamento causalista linear, e é perigosamente redutor não considerar as dialéticas permanentes entre o estado fisiológico, o estado cognitivo e o estado afetivo”.¹²³

123. J. Cosnier, *Psychologie des émotions et des sentiments*, 1997, p. 150.

TRATAMENTO CURATIVO/CURA

- Ação ordenada em torno da transformação do regime de atividade de um sujeito.

A definição social dos tratamentos curativos se efetua habitualmente a partir da designação de uma patologia que afeta o público-alvo: doente, paciente, etc.

Assim, a intervenção de tratamento tem obrigatoriamente uma *marcação* desse público, *marcação* coerente com os seus próprios objetivos de transformação, frequentemente descritos, aliás, em termos de “melhor-estar”.

Mas se pode pensar, como o faz aliás Canguilhem, que estar doente (e, melhor ainda, estar doente crônico) é simplesmente viver provisória ou definitivamente outra vida.

Para designar essa situação, pode-se falar de *regime de atividade*; um *regime de atividade* descreve a relação entre a atividade e os parâmetros que a definem.

Por conseguinte, a intervenção de tratamento pode ser apresentada como uma ação ordenada em torno da transformação do regime de atividade de um sujeito.

TRATAMENTO DE CUIDADO

- Ação ordenada em torno da preservação da atividade de um sujeito, da sua manutenção em vida, da perpetuação do seu ser.

O tratamento, quer seja do sujeito para si ou para os outros, é uma atividade cotidiana, ordenada para a manutenção e a preservação da vida.

O tratamento dos outros ocorre com o surgimento de situações de dependência. A relação de tratamento descreve a intervenção de um terceiro na produção de vida de um outro sujeito.

No caso da relação pais/filhos de tenra idade, François Flahault fala de relação de dependência incondicional.¹²⁴

124. F. Flahault, *Be yourself!*, 2006.

É com referência à relação social de tratamento que se pode falar de fenômenos de maus tratos.

ÚTIL

- Enunciado de um sujeito que qualifica a percepção que pode ser feita do uso do produto de uma atividade.

Por conseguinte, o julgamento de utilidade qualifica a eficácia ou a eficiência dessa atividade.

VALOR

- Relação de ordem, de hierarquia para sujeitos em um conjunto de relações sujeitos-atividades-ambientes.

O termo “valor” é utilizado com diferentes significados nas mais variadas disciplinas: economia, filosofia, linguística, sociologia, psicologia, matemática, música e arte. Para além da diversidade desses empregos, constata-se duas invariantes ligadas: os valores são constituídos por uma coisa dessemelhante suscetível de ser trocada por aquela cujo valor deve ser determinado, bem como por coisas semelhantes que podem ser comparadas com aquela cujo valor está em questão; eles são a relação das coisas entre si enquanto têm uma relação com um sujeito. Utilizada no âmbito de abordagens de análise das atividades e das ações humanas, a noção de valor parece poder ser, assim, situada no centro de uma dupla relação.

É obrigatoriamente relativo a relações entre sujeitos-atividades-ambientes. Sem o exercício de uma atividade, não há substrato possível para o valor; é, de fato, na atividade que os objetos do mundo – físicos, sociais, simbólicos – podem ser objeto de apreciações qualitativas, por parte do próprio ator ou de um observador. Eles se tornam “significativos” e adquirem qualidade porque estão envolvidos no exercício de uma atividade. O valor pressupõe o envolvimento de um sujeito nessa atividade: uma atividade é abstrata se não estiver situada na atividade do sujeito envolvido, em um momento determinado da sua história.

Implica também obrigatoriamente o estabelecimento de uma comparação entre vários tipos de relações sujeitos-atividades-ambientes. Essas relações sujeitos-atividades-ambientes, embora indispensáveis como substrato dos valores, não são suficientes para especificá-los. Envolver-se em uma atividade é renunciar a outros tipos de atividades, quer essa renúncia seja consciente, explicitada ou não. Pode-se pensar, portanto, como o filósofo Lavelle, quando há ruptura da indiferença ou da igualdade entre as coisas, e preferência por uma delas.¹²⁵

Os valores comportam assim a referência a uma ordem, a uma escala, estruturadas por dois polos que permitem o estabelecimento de relações, de comparações entre essas atividades ou campos de atividade. Os valores são necessariamente hierárquicos, fazem sistema; permitem a determinação de posições relativas dentro desses sistemas.

No total, o campo semântico dos valores, no sentido amplo, especifica-se pelo estabelecimento ou pela presença de uma dupla relação: relação de ordem, de hierarquia para sujeitos em um conjunto de relações sujeitos-atividades-ambientes. Podem-se distinguir, em especial, três situações: os valores em ato ou *preferências de atividades*, os valores representados ou *representações finalizantes*, os *valores declarados* ou apresentados.

VALOR DECLARADO

- Enunciado de sujeitos sobre a ordem, a hierarquia que eles estabelecem entre relações sujeitos-atividades-ambientes.

Em um determinado número de casos, o envolvimento dos sujeitos nas suas atividades dá lugar, por seu lado, enquanto tal, a comunicações, orais ou escritas, verbais ou não verbais. Em nível individual: é, de modo geral, o caso de todas as situações que têm por desafio a comunicação sobre a sua “subjetividade”. Em nível de *atores* coletivos: é o caso também, evidentemente, de todas as formas de comunicação interna e externa dos responsáveis de empresas ou coletividades, em

125. L. Lavelle, *Traité des valeurs*, 1950.

pleno desenvolvimento hoje. Pode-se falar de valores declarados, de valores formalizados, de valores apresentados ou de valores significados. Os valores declarados correspondem, na realidade, ao que é importante, para os sujeitos, dizer ou comunicar relativamente aos seus envolvimento em atividades.

Os valores formalizados ou significados pertencem ao universo das comunicações entre sujeitos e devem ser analisados com ferramentas utilizadas na abordagem dessas atividades. O que o sujeito que comunica quer dizer ou o que ele quer significar não é o equivalente ao que quer fazer dizendo ou significando; e o que ele faz ou as construções de sentido que opera o destinatário não são o equivalente ao que ele quer fazer. O sujeito que comunica, ao comunicar, oferece também ao outro uma imagem dele como um sujeito que comunica, o que não deixa de ter impacto quando este enuncia valores.

Há de se lembrar que as comunicações podem se efetuar também por gestos ou por atos, mas que não deixam de ser comunicações, como se vê em todos os comportamentos ostensivos (dar o exemplo); é o que justificaria a denominação ampla de “valores significados”.

Os valores significados devem ser explicitamente considerados, mesmo que isso possa parecer paradoxal e não tenha nada de pejorativo *a priori*, como ferramentas de outras intenções por parte do falante.

No plano metodológico, o acesso aos valores formalizados é, evidentemente, mais fácil do que o acesso às representações, embora se possa deplorar uma confusão constante entre os dois na maior parte das análises de conteúdo. Os valores formalizados se referem a atividades ou, melhor ainda, àquilo que chamamos de conjuntos sujeitos-atividades-ambientes. As diferentes tipologias (e as hierarquias) elaboradas no domínio dos valores mostram-no bastante bem; elas correspondem em geral às tipologias (e às hierarquias) que os seus autores fazem no domínio das atividades: por exemplo, atividades hedônicas (prazer), produtivas (o útil ou o pragmático), sociais (o bem comum), estéticas (o belo), afetivas (o amor), intelectuais (o verdadeiro ou o epistêmico), espirituais (a salvação), etc. Esses valores formalizados se apresentam geralmente

como enunciados proposicionais relativos aos princípios tomados ou que devem ser tomados nas condutas; são, portanto, marcados por um esforço de conceitualização e, eventualmente, de descontextualização. Quando são significados em um determinado contexto, os valores formalizados correspondem, na maior parte dos casos, a um desafio de ostentação própria (individual ou coletivo) ou de imagem de si dada a outrem (e eventualmente a si). Esse desafio se torna evidente através daquilo que foi chamado de “onda ética” contemporânea nas empresas e nas organizações. Para várias empresas, a adoção de uma “carta ética”, nas últimas décadas, inscrevia-se explicitamente em uma política de comunicação.

Mais fundamentalmente, é provavelmente possível estabelecer uma ligação entre comunicações sobre as suas próprias atividades, e em particular sobre os valores que se destinam a inspirá-las (daí a temática sobre os valores que “fundamentam”), e abordagens de afirmação de si em relação aos outros.

Essa ligação é provável no nível individual, mas também no nível dos grupos humanos: a afirmação de “valores coletivos” constitui provavelmente o meio mais eficaz de afirmação dos grupos em relação aos outros grupos e de recorrer a “identidades coletivas” que, ao mesmo tempo, incluem e excluem (cf., por exemplo, o discurso atual sobre a Europa). Essa ligação está provavelmente na base da relação que se pode estabelecer entre a noção de valor e a noção de cultura: a noção de cultura no sentido amplo pode, de fato, designar o conjunto das atividades que, nas suas comunicações com outros grupos, um grupo humano considera como característica da sua identidade.

A exposição ou a “significação” de valores se inscreve, então, de forma perfeitamente explícita nas relações entre atores sociais (indivíduos e grupos) e nas suas estratégias recíprocas. A afirmação de valores acompanha muito frequentemente dispositivos de “intervenção sobre os outros”. Isso é evidente nos casos de exercício explícito de violência contra os outros frequentemente acompanhados de um discurso muito investido em valores. Em todos esses casos, os valores apresentados são qualificados pelos sujeitos que os enunciam como tendo alcance

universal. A perspectiva, hoje muitas vezes proposta de “discussão sobre os valores” no seio de um grupo humano, responde muitas vezes a uma intenção muito direta de aumentar a coerência e a coesão desse grupo, em especial, em relação aos seus parceiros.

VERDADEIRO

- Enunciado de um sujeito que qualifica a percepção de uma correspondência entre uma construção mental/discursiva e o seu objeto.

O juízo de verdade é um enunciado: para Hobbes, “verdadeiro e falso são atributos da palavra e não coisas; onde não há palavra, não há verdade nem falsidade”.¹²⁶

É relativo a uma correspondência, designada na filosofia escolástica, entre *res* e *intellectus*. Para Polin, “a definição clássica da verdade exprime o acordo, por imanência, do pensamento e da coisa pensada, a identificação ou a identidade de uma e outra em uma realidade única”.¹²⁷

O juízo de verdade participa no estabelecimento do poder dos sujeitos sobre as coisas e sobre os seres: “A verdade da ciência é domínio porque é feita em vista desse domínio”.¹²⁸ “A verdade não faz tanto bem no mundo quanto suas aparências fazem mal”.¹²⁹

No entanto, o verdadeiro é uma crença: para William James, é o que há de bom no caminho da crença.

VIDA

- Processo pelo qual e no qual a atividade de um indivíduo continua e esse indivíduo se mantém.

Para o médico Bichat, ele mesmo falecido muito jovem, a vida é o conjunto das funções que resistem à morte.¹³⁰

126. T. Hobbes, *Leviathan*, IV, 1651, p. 31.

127. R. Polin, *La création des valeurs*, 1977, pp. 14-15.

128. *Encyclopaedia universalis*, 1988.

129. F. La Rochefoucauld, *Maximes*, 64, 1869.

130. X. Bichat, *Recherches physiologiques de la vie et la mort*, 1800.

A vida é o conjunto das atividades que contribuem diretamente para a persistência da atividade de um sujeito e de si mesmo na e pela sua atividade.

A vida é uma transformação constante da atividade e do sujeito em atividade. No prefácio à *Fenomenologia do espírito*, Hegel indica que viver pressupõe não deixar de se tornar outro, diferir no jogo dessas variações e diferenças para si. O mesmo ou o idêntico se obtém apenas a partir de uma conservação-superação da alteridade (*Aufhebung*). A alteridade é fora de si, mas também e primeiramente dentro de si.¹³¹

O *impulso* de vida, que não é diferente do impulso de atividade, ou do impulso de ser, é a relação que um indivíduo mantém com o conjunto da sua atividade, com a persistência dessa atividade e de si mesmo como indivíduo na e pela sua atividade.

VIRTUAL

● Qualificação de uma possibilidade de atividade.

A significação do termo “virtual” não está afastada da noção escolástica de potência, retomada de Aristóteles, e oposta ao ato: o que se pode produzir ou ser produzido, mas não é atualmente realizado.

Para o urbanista Virilio, o virtual não se opõe ao real, opõe-se ao atual. O real é composto pelo atual e pelo virtual.

VIVÊNCIA

● Conjunto das transformações imediatas de um sujeito ligadas ao exercício da sua atividade.

A vivência pode ser descrita como o que acontece aos sujeitos no exercício da sua atividade. Ela corresponde bastante bem ao alemão *Erlebnis* (ou melhor, ao plural *Erlebnisse*), ao espanhol *vivido*, ao francês *vécu* ou ao inglês *experience*, no sentido primeiro do termo.

131. F. Hegel, *Phénoménologie de l'esprit*, 1807/1997.

A vivência não é dissociável do próprio curso da atividade; ocorre dentro e através da atividade. Ela constitui o vestígio, provisório ou duradouro, nos sujeitos das suas interações com o(s) seu(s) ambiente(s) por intermédio da sua atividade (noção de “transações” em Dewey).

A vivência tem um estatuto pré-reflexivo ou predicativo; ela não pode ser nem reconhecida, nem identificada pelo sujeito.

Existem tantas vivências quanto espaços investidos pela atividade. Viver um sonho ou desenvolver uma atividade imaginária é também uma vivência.

Apresenta, em especial, as seguintes características: está situada *hic et nunc*, o que leva a falar de vivências, no plural; é evolutiva e cumulativa; é dotada de continuidade e contribui para a constituição de um “si” (*idem* para Ricoeur) bastante parecida com a noção de memória de atividade; é um modo de conhecimento próprio ao sujeito, baseado na familiaridade (*acquaintance*, para William James¹³²); é integrada pelo sujeito em formas de rotinas, hábitos ou “formas de pensamento” que estão em perpétua transformação – pode-se falar de *possibilidades de atividades*; o estrato da vivência subsiste, sejam quais forem os outros estratos de desenvolvimento dos sujeitos.

A vivência provavelmente corresponde à noção de sujeito afetado, em Spinoza.

VONTADE

- Experimento (no sentido de vivência) associado, por um determinado sujeito, a um potencial de energia orientado para uma atividade.

Almonaster la Real, Andaluzia, agosto de 2010

Erevan, Armênia; São Paulo, Brasil, agosto-setembro de 2015

Languedoc, França, verão de 2020

132. W. James, *Essai d'empirisme radical*, 2005, p. 65.

Referências



- Agamben, G. (2007). *Qu'est ce qu'un dispositif?* Paris: Rivages Poche.
- Aristóteles. (1990). *Éthique à Nicomaque*. I 2 1094a. Paris: Vrin.
- Aristóteles. (1999). *Poétique*, 1457b. Paris: PUF.
- Bachelard, G. (1993). *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Vrin.
- Bakhtin, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard.
- Barbara. (1968). Mon enfance. In Barbara, *Le soleil noir*. Paris: Victor Masson.
- Benveniste, É. (1966). *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- Bergson, H. (1946). *Le rire. Essai sur la signification du comique*. 77 ed. Paris: Alcan.
- Bernard, C. (1965). *Cahier de notes 1850-1860*. Paris: Gallimard.
- Bichat, X. (1800). *Recherches Physiologiques de la vie et la mort*. Paris: Victor Masson.
- Bossuet, J.-B. (1722). *Connaissance de Dieu et de soi-même*. Paris: Amaury. I, 1.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C. & Passeron, J.-C. (1983). *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton.
- Brel, J. (1961). L'ivrogne. In J. Brel, *Marieke*.
- Bruner, J. (1996). *The culture of education*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bruner, J. (2000). *Car la culture donne forme à l'esprit*. Paris: Retz.
- Carbonnier, J. (1978). *Sociologie juridique*. Paris: PUF.
- Cosnier, J. (1997). *Psychologie des émotions et des sentiments*. Paris: Retz. (Col. Psychologie dynamique).
- Dejours, C. (2010). *Le facteur humain*. Paris: PUF.
- Descombes, V. (1998). *Le raisonnement de l'ours*. Paris: Seuil.
- Devereux, G. (1970). *Essai d'ethnopsychiatrie générale*. Paris: Gallimard.
- Devereux, G. (1994). *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Paris: Flammarion. <https://editions.flammarion.com/de-langoisse-a-la-methode-dans-les-sciences-du-comportement/9782700721867>

- Dewey, J. (1958). *Experience and nature*. Mineola: Dover Publications.
- Dewey, J. (1993a). *La formation des valeurs*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond.
- Dewey, J. (1993b). *Logique. La théorie de l'enquête*. Paris: PUF.
- Dewey, J. (2006). *Logique. La théorie de l'enquête*. Paris: PUF.
- Ducrot, O. (1984). *Le dire et le dit*. Paris: Minuit.
- Encyclopaedia Universalis. Symposium. Les chiffres du monde*. (1988). Paris: Encyclopaedia universalis France.
- Erikson, E. (1972). *Adolescence et crise. La quête d'identité*. Paris: Flammarion.
- Fabre, M. (2009). *Philosophie et pédagogie du problème*. Paris: Vrin.
- Ferrat, J. (1991). Nul ne guérit de son enfance. In J. Ferrat, *Dans la jungle ou dans le zoo*.
- Fichte, J. G. (1778/1971). System der Sittenlehre nach den Prinzipien des Wissenschaftslehre. In J. G. Fichte, *Fichtes sämtliche Werke*. Berlin: Gruyter, IV.
- Flahault, F. (2006). *Be yourself!* Paris: Mille et une nuits.
- Foucault, M. (1984). *L'usage des plaisirs*. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1914). *Pour introduire le narcissisme*. Paris: PUF.
- Gide, A. (1925). *Le prométhée mal enchaîné*. Paris: Gallimard, NRF.
- Goffman, E. (1991). *Les cadres de l'expérience*. Paris: Minuit.
- Guillevic, E. (1990). *Le Chant*. Paris: Gallimard, NRF.
- Hegel, F. (1807/1997). *Phénoménologie de l'esprit*. Paris: Vrin.
- Hegel, F. (1817). *Smaller logic*.
- Hobbes, T. (1651) *Leviathan*, IV.
- Hugo, V. (1831). Lorsque l'enfant paraît. In V. Hugo, *Les feuilles d'automne*. Paris: Eugène Renduel.
- Huxley, A. (1954). *The doors of perception*. London: Chatto & Windus Ltd.
- James, W. (1921). *Précis de psychologie*. Paris: Marcel Rivière.
- James, W. (2005). *Essai d'empirisme radical*. Paris: Agone.
- James, W. (2007). *Philosophie de l'expérience*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond.
- Jodelet, D. (2006). Place de l'expérience vécue dans les processus de formation des représentations sociales. In V. Haas (Dir.), *Le savoir du quotidien. Transmissions, appropriations, représentations* (pp. 235-255). Rennes: PUR.
- Jullien, F. (2000/2005). *Le nu impossible*. Paris: Seuil.
- La Rochefoucauld, F. (1869) *Maximes*. Paris: Firmin Didot Frères.
- Laing, R. D. (1969). *La politique de la famille*. Paris: Stock.

- Laing, R. D. (1971). *Le soi et les autres* (trad. *Self and the others*). Paris: Gallimard.
- Lakoff, G. & Johnson, M. (1986). *Les métaphores dans la vie quotidienne*. Paris: Minuit. (Col. Proposition).
- Laks, B. (1996). *Langage et cognition*. Paris: Hermès.
- Lalande, A. (2002). *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: PUF.
- Laloux, E. (2014). *Triso et alors!* Paris: Max Milo.
- Lavelle, L. (1950). *Traité des valeurs*. Paris: PUF.
- Lavoisier, A. L. (1789). *Traité élémentaire de chimie*. Paris: Cuchet.
- Lévy-Bruhl, L. (maio-jun. 1935). Le réel et le mental. *Journal de Psychologie*.
- Livet, P. (2002). *Émotions et rationalité morale*. Paris: PUF.
- Locke, J. (1689). *Essai philosophique sur l'entendement humain*, III, II, § 8 (trad. Coste). Paris: Vrin.
- Machado, A. (1917). Chant XXIX des Proverbes et chansons. In A. Machado, *Champs de Castille* (trad. José Parats-Llorca). Paris: Gallimard.
- Malraux, A. (1937). *L'espoir*. Paris: Gallimard.
- Manessier, A. (1980). *Baie de Somme* [Pintura].
- Matisse, H. (1951). *Entretien avec Georges Charbonnier*. Chaîne Nationale.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society*. Chicago: Chicago University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1945). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.
- Monteil, J.-M. (1997). *Éduquer et former: perspectives psychosociales*. Fontaine: PUG. (Col. Vies Sociales).
- Nuttin, J. (1980). *Théorie de la motivation humaine: du besoin projet d'action*. Paris: PUF. (Col. Psychologie d'aujourd'hui).
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (1946). *Conferência Internacional de Saúde*. Nova Iorque.
- Pagès, M. (1977). *Le travail amoureux*. Paris: Dunod.
- Pagès, M. (1986). *Trace ou sens, le système émotionnel*. Paris: Hommes et Groupes.
- Panofski, E. (1967). *Architecture gothique et pensée scolastique*. Paris: Minuit.
- Parra, V. (1966). *Gracias a la vida*.
- Pascal, B. (1887). *Pensées*. Paris: Ch. Delagrave.
- Peirce, C. S. (1931). *Lettre à Madame Welby*. Cambridge: Harvard University Press. (Col. Collected Papers).
- Polin, R. (1977). *La création des valeurs* (3 ed.). Paris: Vrin.
- Proust, M. (1920). *Du côté de Guermantes*. Paris: NRF.
- Rabelais, F. (1532). *Pantagruel*.
- Ricoeur, P. (1960). *Philosophie de la volonté I*. Paris: Aubier.
- Sacks, O. (2012). *L'oeil de l'esprit*. Paris: Seuil.

- Salanskis, J.-M. (2000). *Modèles et pensées de l'action*.
- Salomon-Bayet, C. (1999). *Organisation royale des sciences par Louis XIV. Célébrations nationales*. Paris: Paris 1.
- Sartre, J.-P. (1995). *Esquisse d'une théorie des émotions*. Paris: Hermann.
- Saussure, F. (1995). *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot.
- Schütz, A. (1932). *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*. Wien: Springer.
- Sperber, D. & Wilson, D. (1989). *La pertinence. Communication et cognition*. Paris: Minuit.
- Spinoza, B. (1677). *Éthique*, III.
- Spinoza, B. (1677). *Éthique*, IV.
- Spinoza, B. (1677). *Éthique*, VI.
- Spinoza, B. (1677). *Éthique*, VII.
- Suchman, L. (1987). *Plans and situated actions: the problem of human-machine communication*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Uexküll, J. v. (1965). *Mondes animaux et mondes humains*. Paris: Gonthier.
- Vincent, J.-D. (1999). *Biologie des passions*. Paris: Odile Jacob.
- Vygotski, L. S. (1978). *Mind in society: the development of higher psychological processes*. Cambridge: Harvard University Press.
- Vygotski, L. S. (1994). Le problème de la conscience dans la psychologie du comportement (trad. F. Sève). *Société française*, 50, 35-47. Texto original de 1925.
- Wallon, H. (1942). La conscience et la vie subconsciente. In G. Dumas, *Nouveau traité de psychologie*. Paris: PUF.
- Widlöcher, D. (1992). De l'émotion primaire à l'affect différencié. In P. Mazet & S. Lebovici (Dir.), *Émotions et affects chez le bébé et ses partenaires*. Paris: Eshel.
- Winnicott, D. W. (1971). *Jeu et réalité*. Paris: Gallimard.
- Young, K. (1988). *Population health concepts and methods*. New York: Oxford University Press.



Título *Vocabulário de análise das atividades:
Pensar as conceitualizações ordinárias*

Autor Jean-Marie Barbier

Tradução Pauline Cuenin

Revisão técnica Daisy Cunha

Revisão Paula Bauab Jorge

Projeto gráfico, diagramação e capa Adriana Garcia

Imagem da capa Freepik

Formato 16 x 23 cm

Tipologia Source Serif Pro

Número de páginas 192 (versão digital)

Este *Vocabulário* busca provocar mudanças de pensamento sobre conceitos ordinários. Ele ganha sentido em uma perspectiva de inteligibilidade dos quadros comuns de verbalização da ação, propondo, em particular, definições com intenção científica de definições sociais. É um *Vocabulário* com intenção epistemológica, inscrevendo-se ele mesmo em uma problemática teórica. Cabe ao leitor apreciar a sua fecundidade.

J.-M. Barbier



FE Fundação
Carlos Chagas

Cátedra UNESCO sobre
Profissionalização Docente



unesco

Cátedra